



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

204ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 10 a 13 de setembro de 2012

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

204ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 10 a 13 de setembro de 2012

1 Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e doze teve início a Ducentésima Quarta Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidenta do
3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria
4 de Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e
5 Suplentes do CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, SNAS; Conselheira Solange
6 Teixeira, MDS; Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, SNAS; Conselheira Lea Lúcia
7 Cecílio Braga, SNAS; Conselheiro José Geraldo França Diniz, MPOG; Conselheiro Fábio Moassab
8 Bruni, SNAS; Conselheira Fátima Aparecida Rampin, MPS; Conselheira Margarida Munguba
9 Cardoso, MDS; Conselheiro José Ferreira da Cruz, SNAS; Conselheiro Marcílio Marquesini
10 Ferrari; Conselheira Eloiana Cambraia Soares, FONSEAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,
11 CONGEMAS; Conselheiro Charles Roberto Pranke, CONGEMAS; Conselheira Márcia de
12 Carvalho Rocha, Lar Fabiano de Cristo; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira;
13 Conselheira Cláudia Laureth Faquinote, Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC;
14 Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Conselheira Dóris Margareth de Jesus,
15 União Brasileira de Mulheres – UBM; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da
16 População de Rua; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos Miranda, UNEGRO- União de Negros
17 pela Igualdade; Conselheira Aldenora Gomes González, Confederação Nacional das Associações de
18 Moradores – CONAM; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro
19 Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABEDDEV;
20 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, FENAS; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho
21 Nunes, CTB; Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF; e, Conselheiro Thiago Szolnoky
22 de Barbosa Ferreira Cabral, OAB. **Visitantes:** Secretária Denise Colin; Maria Joaquina de Jesus,
23 CEAS/GO; Ana Beatriz de Almeida, CAS/DF; Viviane de Carvalho, Diocese Montenegro; Meire
24 Lucia Fais, CEAS/TO; Deborah Akerman, CFP; Ana Lucia Soares, FNTSUAS; Maria Rosa
25 Silveira Aguiar, CD/Gabinete Deputado Eduardo Barbosa; Patrícia Chaves Genke, SESAN/MDS;
26 Kathleen S. Oliveira, SESAN/MDS; Ozana Aparecida Silva, CMAS/Barro Alto/GO; Edilar Cruz,
27 CEAS/RS e FONACEAS; Aniella G. Lemos, CMAS/Barro Alto/GO; Stevan S. de Andrade,
28 CMAS/Barro Alto/GO; Rosalda Nunes Prado, Assistente Social; Wellington de Pinho,
29 acompanhante Conselheiro Edivaldo; João de Deus Pawlak, Movimento Nacional da População de
30 Rua; e, Luziana Carvalho de A. Maranhão. **COFFITO. ABERTURA.** A Presidenta, iniciando a
31 reunião, solicitou à Secretária-Executiva a verificação do quorum: Conselheiros Titulares e na
32 Titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheiro José Geraldo França Diniz;
33 Conselheira Fátima Aparecida Rampin; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Marisa
34 Rodrigues da Silva; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana;
35 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera;
36 Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheira Eloiana Cambraia Soares; Conselheira Márcia de
37 Carvalho Rocha. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Fábio Bruni; Conselheiro Marcílio Ferrari;
38 Conselheiro Charles Pranke; Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira Nilsia Lourdes dos
39 Santos; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; e, Conselheiro Tiago Barbosa Ferreira

40 Cabral. **Pauta – Dia 10/ 09/ 2012 - 14h às 18h:** Reunião da Comissão de Acompanhamento de
41 Benefícios e Transferência de Renda. Reunião da Comissão de Ética. **Dia 11/ 09/ 2012 – Manhã:**
42 **9h às 13h00:** Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social:
43 Debate sobre operacionalização das reuniões regionalizadas do CNAS com os CEAS e CAS/DF e
44 outros. Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Capacitação
45 sobre matéria orçamentária e financeira e outros. Reunião da Comissão de Normas da Assistência
46 Social: Discussão sobre o tema mobilização e participação dos usuários na política de assistência
47 social. Reunião da Comissão de Política da Assistência Social: Apresentação dos critérios
48 estabelecidos para a instituição da Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS e outros.
49 **Tarde - 14h30 às 18h:** Reunião da Presidência Ampliada. Oficinas temáticas (Pauta interna de
50 trabalho) *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2.* **Dia 12/09/2012 – Manhã - 9h às**
51 **09h15:** Aprovação da ata da 203ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 204ª Reunião
52 Ordinária. **09h15 às 10h30:** Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, ASPAR,
53 Conselheiros, FONSEAS e CONGEMAS. **10h30 às 12h:** Apresentação da Secretaria Nacional de
54 Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN/MDS. **Tarde - 14h às 15h30:** Apresentação do Plano
55 Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras drogas pelos Ministérios da Justiça, Saúde e
56 Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **15h30 às 16h30:** Apresentação do Marco Regulatório
57 do 3º Setor pela Secretaria Geral da Presidência da República. **16h30 às 17h30:** Apresentação de
58 representação da sociedade civil (Fórum Nacional da População de Rua, Federação Nacional dos
59 Assistentes Sociais, Fundação Orsa). **17h30 às 18h30:** Relato da Comissão de Acompanhamento de
60 Benefícios e Transferência de Renda. **Dia 13/09/2012 – Manhã - 9h às 10h30:** Relato da
61 Presidência Ampliada. **10h30 às 12h:** Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
62 Assistência Social. **Tarde - 14h às 15h30:** Relato da Comissão de Normas da Assistência Social.
63 **15h30 às 17h:** Relato da Comissão de Política da Assistência Social. **17h às 18h:** Relato da
64 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. **Item Aprovação da ata da 203ª**
65 **Reunião Ordinária do CNAS.** A Presidenta indagou se havia alguma observação, ao que a
66 Conselheira Nilsia informando que seu nome não havia sido chamado quando da verificação do
67 quorum, o que foi sanado. Em não havendo mais nenhuma observação, a Presidenta considerou
68 aprovada a Ata da 203ª Reunião Ordinária do CNAS pelo Pleno. **Item Aprovação da pauta da**
69 **204ª Reunião Ordinária.** A Presidenta observou que à tarde haveria a apresentação do Plano
70 Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas pelos Ministérios da Justiça, Saúde e MDS,
71 sendo transferido o Item para o dia seguinte, de 14h a 15h30, subindo o relato das Comissões, com
72 a concordância do Pleno. **Item Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT,**
73 **ASPAR, Conselheiros, FONSEAS e CONGEMAS.** A Secretária-Executiva procedeu ao relato:
74 *“Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva: Informes gerais: Ausências justificadas:*
75 *Conselheira Simone Aparecida Albuquerque nessa Reunião Ordinária por estar em período de*
76 *férias; a Conselheira Meive Piacesi nessa Reunião Ordinária devido a compromissos*
77 *institucionais; o Conselheiro José Araújo nessa Reunião Ordinária por problema de saúde; o*
78 *Conselheiro José França Diniz na reunião da Comissão de Ética no dia 10 de setembro devido a*
79 *compromissos institucionais; a Conselheira Viviane Vieira da Silva no dia 11 de setembro devido a*
80 *compromissos institucionais; a Conselheira Eliana Cambraia Soares no dia 11 de setembro no*
81 *período da tarde, devido a compromissos institucionais; o Conselheiro Fábio Bruni no dia 11 de*
82 *setembro devido a compromissos institucionais. E-mails enviados aos Conselheiros: convocações –*
83 *participação: o Conselheiro Wagner Carneiro Santana participou de reunião com alunos dos*
84 *centros profissionais e Conselheiro Municipais de Assistência Social da região de Mirandópolis no*
85 *dia 20 de agosto em Mirandópolis – São Paulo. A Presidenta do CNAS concedeu entrevista para a*
86 *MBR sobre os novos desafios do Conselho Nacional de Assistência Social no dia 21 de agosto em*

87 Brasília-DF; o Conselheiro José Araújo participou da 115ª Reunião Ordinária da CIT no dia 21 de
88 agosto em Brasília-DF; os Conselheiros Léa Lúcia e Conselheiras Léa Lúcia Braga; Edivaldo da
89 Silva Ramos e a Presidenta Luziele Maria de Souza Tapajós participaram do Encontro Estadual de
90 Mato Grosso do Sul no dia 23 de agosto em Mato Grosso do Sul; a Secretária Executiva do CNAS
91 participou da solenidade em homenagem aos 50 anos da regulamentação da profissão de
92 psicologia no dia 23 de agosto em Brasília; o Conselheiro Fábio Bruni, a Presidenta Luziele
93 Tapajós, a Secretária-Executiva do CNAS participaram da capacitação, serviços de medida
94 socioeducativa de Liberdade Assistida – LAI, e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC no
95 SUAS e SINASE nos dias 27, 28 e 29 de agosto em Brasília. A Presidenta do CNAS e a Secretária
96 Executiva do CNAS participaram da 6ª reunião com representantes do governo e sociedade civil
97 nas Comissões Organizadoras das Conferências Nacionais no dia 30 de agosto em Brasília. O
98 Conselheiro José Araújo participou da 116ª Reunião Ordinária da CIT no dia 03 de setembro em
99 Brasília. A Conselheira Léa Braga participou da reunião com o Ministério Público do estado do
100 Rio de Janeiro no dia 04 de setembro em Brasília. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera
101 participou do curso de capacitação de Conselheiros Municipais de Assistência Social de Duque de
102 Caxias no dia 05 de setembro em Duque de Caxias – Rio de Janeiro. A Presidenta do CNAS,
103 Luziele Tapajós, e a Vice-Presidenta Leila Pizzato participaram da Reunião Descentralizada e
104 Ampliada do CEAS São Paulo nos dias 04 e 05 de setembro em São José do Rio Preto – São Paulo.
105 Os Conselheiros titulares e suplentes foram convocados para a 204ª Reunião Ordinária do CNAS no
106 período de 11, 12 e 13 de setembro em Brasília – DF. O Conselheiro Anderson Miranda foi
107 convocado para participar do Seminário Populações em Situação de Rua nos dias 12 e 13 de
108 setembro em Brasília. O Conselheiro Wagner Carneiro de Santana foi convocado para participar
109 da reunião da Comissão de Acompanhamento da Implementação do Política Nacional de
110 Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, a convivência familiar e
111 comunitária - CNI no dia 14 de setembro em Brasília. Boletins Informativos do MDS: Boletim MDS
112 número 350, de 17 a 23 de agosto; Boletim MDS 351 de 24 a 30 de agosto; Boletim MDS 352 de 31
113 de agosto a 06 de setembro; Boletim MDS 353 de 07 a 13 de setembro. Documentos diversos:
114 Comunicado da Secretaria Técnica da CIT ao Conselheiro José Araújo e referente à 116ª e 117ª
115 reuniões da CIT. Link para acesso ao caderno de orientações sobre o Índice de Gestão
116 Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS; Apresentações diversas em
117 Power Point exibidas durante a 203ª Reunião Ordinária do CNAS. Pauta da 204ª Reunião
118 Ordinária do CNAS. Degravação e Ata da 203ª Reunião Ordinária do CNAS. Relatórios de
119 participação do Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos na III Conferência dos Direitos da Pessoa
120 com Deficiência realizada no dia 09 e 10 de agosto em Campo Grande. Relatório de participação
121 do Conselheiro Wagner Carneiro na reunião com representantes dos Conselhos Municipais de
122 Assistência Social realizada no dia 20 de agosto em Mirandópolis. Relatório de participação do
123 Conselheiro Fábio Bruni na capacitação, serviços e medidas socioeducativas de liberdade assistida
124 e prestação de serviços à comunidade no SUAS e SINASE nos dias 27, 28 e 29 de agosto em
125 Brasília. Publicações de Resoluções do CNAS e Portarias: Resolução CNAS número 25, de 20 de
126 agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2012, Seção I, página 67,
127 que altera o artigo 32 da Resolução CNAS número 06, de 09 de fevereiro de 2011, que aprovou o
128 regimento interno do Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS número 26, de 30
129 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2012, Seção II, página
130 65 referente à composição das Câmaras Temáticas do Conselho Nacional de Assistência Social.
131 Portaria MDS número 191/2012, que designou Marcilio Marquesini Ferrari, da Secretaria de
132 Avaliação e Gestão da Informação para compor o Conselho Nacional de Assistência Social –
133 CNAS, na qualidade de membro suplente do governo, representando o Ministério do

134 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome no biênio 2012-2014 em substituição ao Conselheiro*
135 *Tomaz Vasconcelos Nascimento. Comunicados: A faculdade de Mirandópolis – FAM, encaminhou*
136 *um e-mail agradecendo pela brilhante palestra do Conselheiro Wagner Carneiro de Santana*
137 *realizada durante a reunião com os representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social*
138 *da região no dia 20 de agosto na cidade de Mirandópolis. O Ministério do Desenvolvimento Social*
139 *e Combate à Fome encaminhou a Portaria número 340 –GM-MDS de 20 de dezembro de 2011*
140 *onde constitui a Comissão de Ética no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate*
141 *à Fome. Ausências realizadas: solicitante: Conselho Municipal de Assistência Social de Pedra*
142 *Branca – Amapari, no dia 20 de agosto de 2012 às 11h30 no CNAS. Participantes: Liliane Neves*
143 *do Carmo – Coordenadora de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social; Fernanda*
144 *Padovan da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos da Secretaria-Executiva e a*
145 *Conselheira Municipal Tatiane dos Santos Costa para tratar dos seguintes assuntos: atualização*
146 *do Conselho no CADSUAS; criação de e-mail institucional; orientações sobre o Índice de Gestão*
147 *Descentralizada do SUAS, legislações do CNAS; Conselho Municipal de Assistência Social sem*
148 *auxílio de assessoria técnica. Providências: foram esclarecidas as dúvidas apresentadas pela*
149 *Conselheira, ressaltando a importância dos Conselhos contarem com uma Secretaria-Executiva,*
150 *conforme definido na Resolução CNAS número 237 e legislação pertinente. Atualização do site:*
151 *inserida em legislação, Resoluções CNAS destacando que estudos e reuniões estão sendo*
152 *realizadas visando melhoramento no site do Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução*
153 *CNAS número 25, que alertou o artigo 32 da Resolução CNAS número 06 de 2011; Resolução*
154 *CNAS nós 26, que compõe as Câmaras Temáticas do CNAS e pauta da 204ª Reunião Ordinária.”A*
155 *Presidenta informou que o Conselheiro José Araujo, Conselheiro Wagner e Conselheiro Tiago,*
156 *respectivamente, aniversariavam nos dias 12, 25 e 27, cumprimentando-os por essa data, indicando*
157 *a ausência do Conselheiro José Araujo. A Presidenta passou aos **Informes do MDS**, pela Secretária*
158 *Denise Colin, agradecendo a parceria e os debates produzidos para a Política de Assistência Social,*
159 *bem como o pronto atendimento pela SNAS de todas as demandas colocadas:”Bom dia a todos e*
160 *todas. Eu gostaria de agradecer imensamente a presença e o engajamento de todos vocês. E me*
161 *desculpar pelas ausências anteriores, desde a posse a um sucessivo agendamento e compromissos*
162 *externos à cidade de Brasília, que não tem permitido que eu esteja aqui. Desde junho, quando*
163 *vocês tomaram posse, essa é a primeira vez, mas há uma rotina da Secretaria e da Secretária em*
164 *estar em todas as reuniões de início de Plenária do Conselho Nacional, não só passando os*
165 *informes da SNAS, mas com muita abertura, com muita democracia também para buscar ouvir*
166 *todas as pautas, todas as agendas que o Conselho Nacional apresenta, porque a Secretaria nada*
167 *mais é do que o órgão Executivo do que foi deliberado por esse Conselho quando da sua*
168 *representação dos três seguimentos dos trabalhadores, dos usuários e dos prestadores, e do*
169 *próprio governo em relação aos demais entes federativos e as demais outras políticas sociais que*
170 *integram o sistema de proteção social do Brasil. Portanto, é nessa perspectiva que nós nos fazemos*
171 *presentes e nos organizamos para que estejamos em todos esses momentos. E queria deixar*
172 *registrado a importância que o Conselho tem para a Política de Assistência Social. Ele não só*
173 *delibera, convoca as conferências, define as diretrizes, e orienta todo o trabalho, mas ele é*
174 *efetivamente se constitui num órgão de participação de controle social. E gradativamente nós*
175 *temos que estar buscando outros espaços em que o Conselho, que o Conselho possa ser*
176 *protagonista e que nós passamos com certeza ampliar essa participação. Ainda nos é muito caro a*
177 *presença efetiva e continuada dos nossos usuários nesses espaços, nos nossos Conselhos*
178 *Municipais, nos nossos Conselhos Estaduais, no nosso Conselho Nacional, nas nossas conferências*
179 *e especialmente no acompanhamento e no redirecionamento da prestação das nossas ofertas de*
180 *serviços públicos para essa população. Então preciso que nós tenhamos isso como propósito e a*

181 Secretaria junto com o Conselho tente essa reformulação, essa reorganização no processo
182 participativo brasileiro, fazendo com que não só representantes, mas os próprios usuários estejam
183 conosco. Nós também estaremos nesse mês na reunião de amanhã junto na apresentação do Plano
184 de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, o MDS compõe a equipe que coordena esse plano, é
185 coordenado pelo Ministério da Justiça, mas ele é uma ação intersetorial, integrada pela saúde,
186 assistência social e segurança pública. Nós então amanhã vamos falar da agenda que está sendo
187 desencadeada, hoje a equipe está em Alagoas, e até o final do ano nós estaremos toda semana dois
188 dias da semana em algum estado brasileiro fazendo o alinhamento conceitual e a definição de
189 protocolos e fluxos para o atendimento desses públicos nesses espaços. Então por isso a razão de
190 pedirmos para transferir de hoje para amanhã, eu não fui à reunião para estar aqui, porque senão
191 mais um mês não estaria, mas a equipe toda está lá e os demais Ministérios também. Eu queria me
192 apresentar para os Conselheiros novos, agradecer a participação, agradecer o engajamento,
193 agradecer a disponibilidade de vocês de saírem das suas casas e dos seus espaços para virem
194 conosco pensar uma política pública que assegure direitos, que assegure proteção social e que
195 vigie situações de vulnerabilidade, agravos, riscos, violações de direitos, a fim de que nós
196 tenhamos um outro Brasil e uma outra sociedade. E nesse sentido, então, é fundamental a presença
197 e as deliberações que são, a presença de vocês e as deliberações emanadas desse Conselho não só
198 para a Política de Assistência Social, mas para outras políticas sociais também, porque aqui
199 definimos várias ações articuladas e que direto ou indiretamente impactam as outras áreas e
200 outros públicos. Meu nome é Denise Colin, eu sou Assistente Social do Ministério Público do
201 estado do Paraná, e eu estou atualmente ocupando cargo de Secretária Nacional de Assistência
202 Social. Tenho mestrado e doutorado em políticas públicas e na assistência social, controle social
203 no mestrado e a nova política de assistência após o Sistema Único de Assistência Social, gestão
204 técnica e financeira no doutorado, e a gente tem também um envolvimento muito grande com essa
205 área. Ocupi a pasta de coordenação da política do estado de assistência social no Paraná, nas
206 duas gestões anteriores, e tenho imenso prazer de ter participado da construção de um sistema
207 público com a função de garantir proteção social para a população brasileira e a Secretaria
208 inteira vem buscando o aprimoramento dessa política seguindo todas as orientações desse
209 Conselho. Então já aproveito para me colocar à disposição e a todos os nossos técnicos e
210 Conselheiros, está aqui Luziele, Socorro, Fábio, Léa, José Crus, Simone que está de férias, Solange
211 da SENARC, o Ministério também, nós temos representações de outras Secretarias Nacionais, que
212 têm contribuído muito nesse aprimoramento. Então a Solange chegando. A qualquer momento em
213 que vocês sentirem necessidade nós já havíamos combinado com o Conselho anterior, é possível
214 fazer a convocação e a gente se faz presente ou qualquer outro técnico componente, membro da
215 própria Secretaria. Eu gostaria então de começar a passar alguns dos informes e depois me coloco
216 à disposição. O primeiro delas já foi mencionado, a presença da Presidenta Luziele e do
217 Conselheiro Fábio num evento que fizemos com o Serviço de Medida Socioeducativa em Meio
218 Aberto, Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade com todos os gestores
219 estaduais responsáveis por essa prestação e por gestores estaduais que não estão vinculados à
220 Política de Assistência, mas são responsáveis pelas medidas em meio fechado, pelas medidas
221 privativas de liberdade. Vocês já estiverem enquanto Conselho também presentes num Encontro
222 Nacional de Medidas Socioeducativas que foi promovido pela Secretaria de Direitos Humanos. E
223 por que nós estamos desencadeando essa sucessão de eventos? Porque foi aprovado no início,
224 aprovado no final do ano passado e sancionado pela Presidenta Dilma no início desse ano o
225 sistema, a Lei que cria o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas, o SINASE, e essa Lei
226 imputa à atribuição para a Política de Assistência Social devido à capilaridade que temos e a
227 expertise de sempre ser o órgão vinculado responsável pela execução dessas medidas, com

228 *algumas exceções, em alguns lugares é direitos humanos e outros educação, a grande maioria*
229 *sempre esteve, pelo menos em meio aberto junto à área da assistência social. E aí ficou*
230 *estabelecido que essa política pública seria responsável pela prestação de cumprimento da medida*
231 *em meio aberto, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, nos respectivos*
232 *municípios, todos eles sendo municipalizados e nós estando à frente do cumprimento dessa medida.*
233 *Junto aos nossos equipamentos públicos, os CREAS, os Centros de Referências Especializados de*
234 *Assistência Social. Para isso nós fizemos várias reuniões, está saindo um caderno de orientação*
235 *técnica, porque embora já fosse executado em grande parte do Brasil pela área da assistência, ele*
236 *carecida de estar absolutamente adequado às previsões do SINASE e às novas normativas da nossa*
237 *área, inclusive reconhecendo esse equipamento público e o seu conjunto de técnicos e definindo a*
238 *inter-relação que é preciso com os demais, com os demais órgãos, porque envolve todo o sistema*
239 *de garantia de direitos, envolve em todas as demais políticas de saúde, educação, trabalho que tem*
240 *que ofertar também o seu atendimento para esse público. É por conta disso que a gente vem*
241 *fazendo uma série de reuniões, o Conselho esteve sempre com representantes nesses espaços, e nós*
242 *agora estamos fazendo, não só a capacitação, mas toda a articulação com os estados que vão*
243 *coordenar no seu âmbito se responsabilizar pelo meio fechado e coordenar o sistema no seu âmbito*
244 *da sua abrangência territorial e com os municípios que vão fazer execução direta de meio aberto.*
245 *Então gostaria de agradecer a participação do Conselho e dizer que esse caderno de orientações*
246 *técnicas foi lá apresentado, está num período de recolher sugestões para o seu aprimoramento, e*
247 *depois nós faremos um outro evento para fechar esse conteúdo, exatamente com os órgãos que vão*
248 *fazer essa execução das duas modalidades de medida. E, portanto está aberto para sugestões do*
249 *próprio Conselho e para o acompanhamento e o monitoramento, eu creio que a partir daí não só a*
250 *Secretaria vai ter que fazer com os estados e municípios essa orientação, mas também seria muito*
251 *importante que esse Conselho pudesse emanar algumas orientações para os respectivos Conselhos*
252 *estaduais e municipais na fiscalização, no controle, no acompanhamento da implantação dessas*
253 *medidas. Um outro informe é a prorrogação do prazo para a finalização do plano de ação de 2012.*
254 *Nós tínhamos ainda 562 municípios em que o Conselho estar aprovando o plano que foi elaborado*
255 *pelos respectivos gestores. É um plano de ação, acho que eu vou explicar um pouquinho como é*
256 *que funciona essa sistemática. Nós temos alguns instrumentos dos nossos sistemas de informação,*
257 *monitoramento e avaliação que balizam toda a organização da política pública nas três esferas de*
258 *governo e Distrito Federal, e também balizam a prestação de contas. Então a cada ano os*
259 *municípios e os estados preenchem um plano de assistência social, essa previsão está no artigo 30*
260 *da LOAS, precisa ter um plano, o Conselho e um Fundo. Esse plano indica todas as ações que o*
261 *respectivo vai desenvolver na área. E ele é informatizado e o governo federal então acompanha*
262 *aquilo que o município ou estado indicaram de execução para a Política de Assistência e o faz o*
263 *repasso do recurso financeiro daquilo que foi pactuado na CIT e aprovado no Conselho Nacional*
264 *para cofinanciamento dessas respectivas ações. Ao final do ano, no início do ano subsequente eles*
265 *preenchem um relatório de gestão, um demonstrativo sintético, físico-financeiro comprovando*
266 *daquelas ações o que foi executada, se as metas foram atingidas, por que outras não foram, os*
267 *recursos que foram gastos e os recursos que serão reprogramados para o ano subsequente e essa*
268 *informação toda volta em forma de planejamento para o ano seguinte no novo plano de ação. O*
269 *preenchimento disso é condição prioritária para o município e para o estado, e para o Distrito*
270 *Federal continuarem recebendo cofinanciamento federal e tendo seu serviço reconhecido como*
271 *efetuado a adesão ao Sistema Único de Assistência Social. O gestor preenche e o Conselho*
272 *necessariamente tem que aprovar, porque se ele é o órgão de fiscalização, ele tem que ver se*
273 *aquelas ações são correspondentes, se são as ações necessárias para aquele ente, se o recurso*
274 *realmente foi executado, se a meta está proporcional, e depois faz um parecer nesse sistema e*

275 *encaminha também on-line. Esse processo, é moroso, e alguns Conselhos acabam não se atendo ao*
276 *prazo, só que a não aprovação implica no cancelamento do recurso todo para o município. Então*
277 *aí também a gente pede um pouquinho de reforço do Conselho Nacional tem aqui uma Comissão*
278 *Específica de assessoramento ao Conselho de como é que a gente pode fazer uma orientação mais*
279 *clara, mais objetiva para que isso não ocorra. De qualquer forma, para não haver prejuízo, porque*
280 *em consulta os Conselhos se manifestaram que estavam apreciando o documento, então houve uma*
281 *prorrogação do prazo até o final agora de setembro. Ele acabaria o prazo no final de agosto. Mas*
282 *nós estamos prorrogando até o final de setembro a fim de que não haja nenhum prejuízo e depois*
283 *podemos conversar com vocês como é que a gente aprimora esse fluxo. Um outro informe é que nós*
284 *também temos um conjunto de normativas legais, que nos dão sustentação e inserem no marco*
285 *regulatório do governo brasileiro todos os direitos e consequentes deveres que cabem a essa*
286 *política na sua execução. A constituição federal é a maior delas, a nossa Lei Orgânica de*
287 *Assistência Social que no ano passado sofreu algumas alterações e incluindo a implantação do*
288 *SUAS, só Sistema Único que estava só na política, e criando então toda a nossa dinâmica de*
289 *funcionamento que foi implantado com o SUAS na forma de repasse dos pisos e tudo, já por Lei*
290 *federal. O que nos é fundamental, porque aí nós negociamos também com as disputas dos Fundos*
291 *Públicos e com a organização dos nossos serviços, já balizado nessas normativas e que são*
292 *homogêneas para o país todo. Como consequência dessa alteração nós temos que também rever as*
293 *nossas normativas que regulamentam essa Lei. Então a Norma Operacional Básica em especial*
294 *que é a norma que prever todas as responsabilidades mais detalhadas dos entes federativos, que*
295 *define todo o processo de planejamento e de oferta de serviços, que define o cofinanciamento do*
296 *governo federal e a dinâmica de repasse na modalidade Fundo a Fundo com repasse regular e*
297 *automático, isso é muito novo para a área da assistência, não é mais convênio e não há mais*
298 *discussão na medida em que o serviço é implantado, a não ser que haja um indicativo de*
299 *malversação de recurso ou de ausência de qualidade na sua oferta, o recurso é continuado e as*
300 *prestações são garantidas. Então para isso nós precisamos rever a nossa Norma Operacional*
301 *Básica, ela também define as instâncias de deliberação e pactuação, então as funções do Conselho,*
302 *da Comissão Intergestores Tripartite, da Comissão Bipartite, da forma de participação dos*
303 *usuários e as regras de transição do modelo anterior para esse. Essa NOB esteve em consulta*
304 *pública durante todo o ano de 2010, Conselho Nacional à época foi muito atuante, foi em todas,*
305 *junto com a Secretaria em todas as regiões do país para discuti-la, ela recebeu uma série de*
306 *contribuições e hoje ela se encontra na CIT, na Comissão Intergestora já no seu prazo final de*
307 *pactuação. Na reunião agora próxima de 10 de outubro ela já irá para a pactuação. O Conselho*
308 *Nacional tem um representante na CIT, um que esteve na gestão anterior, representando a gestão*
309 *anterior e agora, ele vem acompanhando todo esse processo e toda essa discussão, e*
310 *necessariamente essa norma após a pactuação na CIT virá para apreciação e deliberação nesse*
311 *Conselho. É fundamental que vocês possam nos orientar enquanto Secretaria nas previsões que*
312 *essa norma contém, porque é com base nela e na Lei Orgânica e na constituição que nós*
313 *organizamos os nossos serviços e que nós também fomos fiscalizados pelos demais órgãos de*
314 *controle, interno e externo, e que com base nela as cobranças para a implantação do sistema*
315 *também são efetuadas. Então nós estamos aí com uma série de reuniões, com os Ministérios*
316 *Públicos Estaduais, com os Tribunais de Contas federal e estadual, porque eles também estão*
317 *estudando e tirando as suas dúvidas dessas áreas a fim de que a gente possa aplicá-la da melhor*
318 *forma possível. Eu gostaria de pedir imensamente todo o cuidado na apreciação dessa norma, e*
319 *dizer que nós temos uma pretensão de que até o final do ano o Conselho possa se debruçar com*
320 *todas as suas contribuições e se possível até o começo do ano que vem a gente possa tê-la*
321 *aprovado para que com os novos gestores municipais já o regramento esteja de acordo com toda a*

322 *legislação. É óbvio que é um pedido, vocês têm toda a liberdade, mas seria muito importante nós*
323 *podermos casar as orientações e as reuniões que vamos fazer com os gestores que tomarem posse*
324 *já nas normativas revisadas. Nós também montamos uma rede nacional de capacitação, depois*
325 *estamos aqui com o nosso Coordenador, José Crus, que também é Conselheiro, qualquer dúvida*
326 *que vocês queiram de maior esclarecimento há na Norma Operacional de Recursos Humanos a*
327 *previsão de estabelecermos uma política nacional de capacitação que o Conselho está se*
328 *debruçando sobre ela e em cima dessa política uma determinação de capacitação e educação*
329 *permanente para os nossos trabalhadores, para os nossos gestores, para os nossos Conselheiros.*
330 *Então nessa perspectiva nós elaboramos um Programa Nacional de Capacitação e esse programa*
331 *constitui uma rede de instituições de ensino superior com base em vários critérios utilizados pelo*
332 *próprio MEC e queria agradecer muito o Ministério da Educação e Cultura que nos orientou em*
333 *todos esses procedimentos, em como que eles classificam, em como que eles reconhecem essas*
334 *instituições, como que eles avaliam, como que eles pontuam. Nós seguimos as mesmas regras e*
335 *tivemos aí um conjunto de 101 instituições de ensino superior em quase todos os estados brasileiros*
336 *nós só não conseguimos no Acre e... Oh gente, me desculpe. (intervenções fora do microfone) E*
337 *Roraima. Só Acre? (intervenção fora do microfone) Então só o Acre que tem universidades, mas*
338 *que elas não têm mais do que quatro anos, que é a exigência do próprio MEC para poder passar*
339 *por todos os ciclos de organização. Isso não é fechado, a cada semestre haverá abertura de novas*
340 *adesões e avaliações, a gente faz um credenciamento dessas instituições. Então a cada semestre as*
341 *instituições podem se habilitar para isso, e serem analisadas. E o que nós queremos é ter*
342 *capilaridade em todo o país como grupos da academia que possam se organizar para não só*
343 *efetuar os cursos, mas que possam se constituir em espaços de pesquisa, de extensão que vão*
344 *produzindo conhecimento na área e que estejam próximos da realidade. Então seriam profissionais*
345 *que estariam também vinculados àquela realidade territorial, cultural, política, econômica para*
346 *compreender as dinâmicas daqueles territórios e transformar o conteúdo em algo bastante*
347 *operativo e plausível com a realidade. Vocês vão ter a explanação da Comissão que trabalhou tudo*
348 *isso, mas para a gente é um salto muito grande de conseguirmos começar a constituir um grupo de*
349 *profissionais e vinculados à academia que junto conosco produza esse conhecimento, divulgue,*
350 *faça essa qualificação e aperfeiçoamento. Bom, dentro também dos nossos sistemas de informações*
351 *nós temos um conjunto de aplicativos e ferramentas que nos permitem acompanhar a estrutura dos*
352 *nossos equipamentos, estrutura física, de recursos humanos, serviços ofertados, período de*
353 *funcionamento, público atendido, e tanto a organização dos equipamentos públicos, CRAS,*
354 *CREAS, Centros de Atendimento à População de Rua, Centro Pop, iniciando esse ano unidades de*
355 *acolhimento e também levantamento de todos os trabalhadores da organização dos Conselhos*
356 *Municipais, Estaduais, do Distrito Federal, organização dos gestores municipais, estaduais e do*
357 *Distrito Federal. Esse aplicativo se chama Censo SUAS, ele acontece todo ano, começa o*
358 *preenchimento começa no segundo semestre conclui ao final do ano que no início do ano*
359 *subsequente nós temos então um seminário que passa as informações e que trabalha essas*
360 *informações com todos os representantes da política a fim de que a gente vá fazendo o*
361 *monitoramento dessas estruturas e vai poder, e ter informações para nos orientar nas novas*
362 *pactuações, nas novas Resoluções, deliberações e normativas, e cadernos de orientações que saiam*
363 *nesse sentido. Então ele vai iniciar agora o preenchimento a partir do dia 24 de setembro, ele é*
364 *correspondente às ações que foram desencadeadas entre o período do segundo semestre de 2011*
365 *até o período que vai preencher em 2012, começando agora agosto, setembro de 2012. Então ele*
366 *nos permite fazer esse acompanhamento e nós temos aqui um cronograma de datas, eu só vou ler,*
367 *isso vai ficar tudo escrito, mas eu vou ler para ficar gravado das datas de início e término do*
368 *preenchimento, elas não são coincidentes para não sobrecarregar o nosso sistema, porque são*

369 todos esses gestores manuseando ao mesmo tempo. Queria dizer que esse aplicativo é fruto da
370 gestão da nossa Presidenta Luziele Tapajós junto à Secretaria de Avaliação e Gestão da
371 Informação, então ela tem absoluto domínio desse conteúdo para fazer maiores explicações e
372 também tem domínio para nos ajudar a aperfeiçoar. Ela foi, então os CREAS, os Centros de
373 Populações de Rua e as Unidades de Acolhimento, pela primeira vez essas unidades estão sendo
374 inseridas no Censo, sejam elas públicas ou privadas. E eu já vou justificar, porque nós precisamos
375 desse cadastramento, estamos fazendo uma negociação com o Conselho Nacional do Ministério
376 Público, Conselho Nacional de Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos e MDS para nós
377 fazermos a nossa integração dos sistemas, porque eles têm o cadastro das crianças e adolescentes
378 que estão abrigadas e nós temos das instituições de acolhimento os nossos cadastros não se
379 conversam. E, portanto o nosso acompanhamento da execução do Plano Nacional de Convivência
380 Familiar e Comunitária fica extremamente prejudicado, porque a gente não sabe se estão fazendo,
381 os relatórios se têm plano individualizado de acompanhamento, se estão fazendo os relatórios
382 semestrais, se o período de permanência está sendo efetivamente dois anos ou mais. Então nós
383 vamos, a gente espera pactuar isso ainda esse ano, é um pacto de, um Termo de Cooperação
384 Técnica, um pacto para a proteção integral da criança e adolescente com esses órgãos, a fim de
385 que nós possamos também fazer essa interoperabilidade dos nossos aplicativos, mas não só isso,
386 ali tem uma série de medidas e estratégias que ambos se comprometem para fazer esse
387 acompanhamento, então nós vamos fazer essa também começar a registrar nos nossos censos as
388 unidades de acolhimento. A data de início de preenchimento é 24 de setembro e ela vai até 14 de
389 novembro, são 51 dias. Tudo isso depois é também aprovado pelos respectivos Conselhos, então é
390 fundamental de novo nosso acompanhamento. Dos CRAS e da gestão estadual começa em 08 de
391 outubro e vai até 30 de novembro, 54 dias, da gestão municipal dos Conselhos Municipais e dos
392 Conselhos Estaduais 22 de outubro é início e 30 de novembro o término, são 40 dias, e o período
393 de retificação dos dados pelos estados e municípios de 03 de dezembro a 14 de dezembro, 12 dias.
394 Depois disso nós fazemos o processamento desses dados e começamos a fazer a análise para
395 municiar de informações todas as nossas atividades. Também haverá e aí a Solange está aqui para
396 complementar uma reunião entre as Secretarias Nacional de Assistência Social e de Renda e
397 Cidadania, com todos os gestores e da assistência social e gestores do programa Bolsa Família e
398 Cadastro Único de Operadores, para que nós possamos fazer uma orientação e isso será nos dias
399 19 e 20 de setembro agora, o Conselho está convidado para que a gente possa fazer uma
400 orientação para o cadastramento da população de rua. Nós temos uma pesquisa que faz a
401 contagem por capital e grandes municípios e ela está apontando um número muito maior de
402 população de rua existente nos respectivos municípios do que efetivamente se encontram no
403 cadastro. A importância de estar no cadastro, além de poder acessar a transferência de renda, é de
404 que essas pessoas também possam acessar várias outras, todos os programas sociais do governo
405 federal. Então a política de habitação, que para eles é de fundamental importância, energia
406 elétrica, concursos públicos que eles são, não se paga a taxa, tem suspensão da cobrança de taxa.
407 Quer dizer, uma série de outros benefícios que advém desse cadastramento, e que eles estão
408 deixando de acessar por não estarem inseridos nesses espaços. Há um indicativo de que eles não o
409 fazem por receio de serem identificados, outros porque não entenderam efetivamente, mas, na
410 verdade, a gente vai ter que sentar e entender o que está acontecendo, o movimento estará junto
411 conosco para tentar também indicar, não está aqui hoje o Samuel, o Anderson. (intervenção fora
412 do microfone) Ah, ele está em outro evento, mas eles vão estar conosco para que a gente possa
413 entender o que está acontecendo e possa poder viabilizar esses acessos para essa população, então
414 se puderem também conversar aqui um pouquinho sobre isso e apontar nos ajudar a vencer essas
415 barreiras seria fundamental. Por fim, eu queria dar uma notícia que vocês já tiveram ontem na

416 *Comissão de Financiamento, mas agradecer imensamente o nosso Conselheiro José Geraldo*
417 *representando o Ministério do Planejamento, que tem sido o nosso apoio direto, o nosso porta-voz*
418 *junto a esse espaço no governo federal, e lhes dar a boa notícia de que nós fizemos um pleito para*
419 *todos os reordenamentos que estamos apontando aqui e adequações a esse novo momento que o*
420 *Sistema Único de Assistência vive, fizemos uma solicitação de ampliação do nosso recurso*
421 *orçamentário e ele teve a aprovação no Ministério do Planejamento, o José Geraldo muito*
422 *obrigada, porque ele nos ajudou veementemente a defender, e essa ampliação foi significativa para*
423 *serviços. Então todo o reordenamento dos serviços de convivência, todo o reordenamento do*
424 *serviço de acolhimento e todo o reordenamento dos serviços das medidas socioeducativas em meio*
425 *aberto com recursos adicionais, recursos novos, não é e também recursos para a ampliação dos*
426 *nostros cofinanciamentos que a gente sabe que estão aquém do valor real. Então eu gostaria de*
427 *deixar registrado e dar essa boa notícia aqui. E por fim falar então que a gente vai trazer a esse*
428 *Conselho, levar a pactuação da CIT e trazer para deliberação desse Conselho esses*
429 *reordenamentos, nós vamos fazer algumas oficinas dos serviços de convivência agora já em*
430 *outubro, dos serviços de acolhimento provavelmente em dezembro, das medidas já estão*
431 *acontecendo e vocês já estão participando para que nós possamos então dar a devida orientação e*
432 *conformação dessa oferta de forma a fazer jus ao financiamento aí que recebemos. Então também*
433 *peço o apoio desse Conselho para estar conosco pensando nesses reordenamentos e melhorando*
434 *essas prestações para a população. Era isso, muito obrigada e espero no mês que vem trazer*
435 *outras tantas boas notícias, e as difíceis para nos ajudar a enfrentar também”*. O Conselheiro José
436 Geraldo falou que essa relação com o MDS facilitava o trabalho a ser realizado, informando ter
437 distribuído uma síntese da proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional pela
438 Secretaria de Orçamento Federal, chamada OFAT, Orçamento Federal ao Alcance de Todos e que
439 vinha facilitar o entendimento desse assunto. A Conselheira Leila falou sobre a importância da
440 NOB e seu retorno ao CNAS para aprovação. Destacou a relevância do Censo e que se o mesmo
441 não acontecesse para as entidades, conforme indicado na Reunião ampliada de Manaus, essas
442 organizações ficariam prejudicadas, relatando o que havia acontecido naquele evento. Falou que
443 quando o Censo havia sido apresentado ao Conselho Nacional na última gestão, haviam sido
444 mostrados os itens das telas, mas que nunca haviam sido apresentados as informações buscadas
445 junto aos gestores, reiterando essa solicitação de se conhecer o Censo e as telas que seriam postas
446 por inteiro. A Presidenta esclareceu que as perguntas do Censo de Conselhos já havia vindo para
447 avaliação e análise da Comissão de Conselhos, o que poderia ser repassado para os Conselheiros. O
448 Conselheiro Wagner sobre a convivência familiar, informou ter acompanhado a Comissão Nacional
449 Interministerial, sendo que na próxima sexta-feira acompanharia alguns debates. Manifestou sua
450 preocupação sobre como ficaria a Assistência Social na regulamentação da Lei do SINASE, sem o
451 SUAS, observando que deveria haver algum trabalho de articulação com o MDS e demais
452 Ministérios afins, discorrendo sobre alguns acontecimentos com relação a essa questão,
453 acontecendo em 2015, a avaliação do Plano Nacional de Convivência Familiar, informando que o
454 Conselheiro José Crus acompanharia essa questão. Indicando algumas situações, indagou como
455 ficaria a questão da família, campo que precisariam avançar, considerando o controle social. A
456 Conselheira Jane destacou a importância do Censo, indicando que na Conferência de Manaus as
457 questões não haviam saído como gostariam, solicitando à Secretária que a publicização dos dados
458 não fosse feita antes de serem apresentados aos Conselheiros, para que pudesse trabalhar com dados
459 reais. Destacou que havia sido falado que no Censo de 2012 não teriam os dados de entidades, o que
460 deveria ser incluído, considerando a importância dessas informações. A Conselheira Aldenora,
461 justificou seu atraso, informando que na tarde do dia anterior a Comissão de Acompanhamento de
462 Conselhos teve uma oficina que havia feito um comparativo do Censo SUAS 2010 e 2011, o que

463 era muito importante também para conhecimento dos novos Conselheiros. Discorreu sobre o avanço
464 observado nesses dois períodos e sobre alguns pontos, destacando a indicação dos representantes da
465 Sociedade Civil pelo poder público, sendo importante esse acompanhamento para que isso não mais
466 ocorresse. A Secretária Denise falou sobre a função do Censo, de propiciar dados e informações da
467 gestão dos equipamentos, trabalhadores, órgãos de controle e deliberação, devendo estar sempre
468 disponível. Esclareceu que a dinâmica era trazer para a Comissão de Conselhos e depois fazer a
469 apresentação, ficando pronto para publicização no segundo semestre, o que poderia ser aprimorado,
470 discorrendo como isso poderia ser realizado. Com relação às entidades observou que haviam sido
471 inscritas pelos Conselhos pela primeira vez, discorrendo sobre os problemas que haviam surgido
472 nessa inscrição. Esclareceu que haviam resolvido não abrir nesse próximo Censo e fazer essa
473 análise, visto que a Lei obrigava a ter um cadastro de entidades de Assistência Social. Esclareceu
474 que o Censo não havia mostrado questões suficientes para dar segurança nesses registros e dados
475 que depois seriam trabalhados, mas que estavam trabalhando para que esse sistema fosse concluído
476 até o final do ano para ser mostrado aos Conselheiros. Com relação ao SINASE, falou sobre sua
477 ausência, sentida também pelos demais, sendo percebido que não era possível tratar de um Sistema
478 Nacional de Medida Socioeducativa sem trazer a responsabilidade, relatando a realização de
479 oficinas, sendo boa a parceria com os Ministérios Públicos, Poder Judiciário e Secretaria de Direitos
480 Humanos. Que haviam feito uma proposta de reordenamento dos acolhimentos, que era da Política
481 de Assistência, revendo-se a forma como esses serviços eram prestados e também uma garantia de
482 cofinanciamento federal, tendo recebido 32 mil crianças registradas na pesquisa da FGV em
483 acolhimento. Observou a grande discussão que seria realizada e com o convite extensivo aos
484 Conselheiros, para ajudar nesse aprimoramento. A Presidenta agradeceu à Secretária Denise pela
485 presença, colocando o CNAS à disposição da SNAS. **Informes do CONGEMAS.** A Conselheira
486 Marisa relatou que o Presidente havia participado nos dias 27 e 28 de agosto no encontro do
487 SINASE sobre medidas socioeducativas em meio aberto, e em setembro, a convite da SENARC, da
488 oficina sobre a inclusão de famílias em situação de rua no Cadastro Único. Informou que estavam
489 em processo de planejamento dos encontros regionais e do Encontro Nacional do CONGEMAS que
490 ocorreria no próximo ano em março. Que realizariam dois encontros regionais, em Calçaari na
491 Bahia, e em Rio Verde, Goiás, onde discutiriam, além da Política de Assistência Social, um tema
492 regional. Indicou que o tema do Encontro Nacional do CONGEMAS seria “Financiamento do
493 SUAS: Desigualdades Regionais e Desafios da Gestão Municipal”, trazendo todos os Presidentes
494 dos COEGEMAS dos estados, esperando contar com a presença dos Conselheiros em todos os
495 encontros. Indicou o **Informes do FONSEAS e dos Conselheiros**, não havendo nenhuma
496 inscrição. **Item Apresentação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,**
497 **SESAN.** Deu as boas vindas à Secretária Maya Takagi e equipe, indicando as representações do
498 CNAS e a importância do tema a ser apresentado. A Secretária Maya cumprimentou os presentes,
499 elogiando a proposta de trazer as Secretarias do Ministério e colocando-se à disposição, discorrendo
500 sobre a aproximação entre a SESAN e a SNAS e a importância da articulação existente entre os
501 diversos organismos. A seguir, apresentou sua equipe, Sra. Patrícia Gentil, Coordenadora-Geral de
502 Educação Alimentar, do Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos
503 Alimentares; Sra. Ketlin, da Coordenação Geral dos Equipamentos, coordenações que se
504 articulavam bastante com a Assistência Social. A seguir, falou sobre o conceito de segurança
505 alimentar e nutricional, construção coletiva e que grande importância e sempre reforçando o acesso
506 regular e permanente de alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o
507 acesso a outras necessidades essenciais, ademais de preservar sua cultura, os hábitos alimentares e
508 que fosse econômico e socialmente sustentável. Discorreu sobre a Política Nacional de Segurança
509 Alimentar, ponderando que o conceito da segurança alimentar era intersetorial por natureza, falando

510 sobre os oito eixos executados nessa política e a importância de cada um dos mesmos. Informou
511 que tais eixos haviam sido uma criação coletiva com a sociedade, falando sobre a história de
512 construção do tema de segurança alimentar no Brasil. A Secretária discorreu sobre como a SESAN
513 havia sido criada, indicando os programas com os quais trabalhavam, tendo herdado parte das ações
514 de outras secretarias, readequando alguns dos processos utilizados e sobre o trabalho de distribuição
515 e consumo de alimentos e como essa distribuição funcionava e os órgãos que englobava, ademais de
516 outros projetos, citando o das cisternas, programa lançado em 2001. Discorreu sobre a importância
517 das ações na área da Assistência Social de outros programas, como os restaurantes populares,
518 querendo expandir esse projeto que beneficiava toda a população, aproximando dos equipamentos
519 existentes nos municípios, citando o CRAS, servindo como espaço de capacitação e de inserção
520 profissional das famílias no Cadastro Único para a área de alimentação, ademais de outras parcerias.
521 Indicando o material em tela, falou sobre o SISAN, querendo, junto com o CONSEA, transformar
522 esse tema da segurança alimentar em um sistema, e que estava ainda em construção, relatando os
523 passos que estavam seguindo. Que estavam discutindo com a SNAS desde o ano passado como
524 avançar de forma articulada com a Rede SUAS, garantindo o direito à alimentação adequada,
525 conforme reconhecido na legislação. Explicou as parcerias e os procedimentos que estavam sendo
526 tomados, junto à FIOCRUZ, capacitação dos gestores do Bolsa Família e as famílias beneficiadas,
527 aproximar as cozinhas dos CRAS e Centros POP, garantindo a alimentação à população e com
528 articulação entre programas socioassistenciais e equipamentos, quer dizer, além da produção e
529 oferta nos próprios centros, aproximação desses equipamentos. Concluindo, destacou que atendiam
530 equipamentos socioassistenciais, tendo que discutir e orientar como esses alimentos sejam
531 considerados direito, valorizando a produção local e priorizando equipamentos de assistência no
532 município para o PAA. A Presidenta informou que a apresentação feita já se encontrava no *e-mail*
533 dos Conselheiros, com essa consolidação da política de segurança alimentar e nutricional
534 precisando ser de conhecimento de todos os Conselheiros. Relatou que na última Plenária e na
535 reunião com a Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da
536 República, haviam debatido a necessidade de vivenciar a intersectorialidade, sendo muito forte essa
537 política de segurança alimentar e nutricional para enfrentar os desafios que o país tinha na área de
538 direito à alimentação, agradecendo à Secretária Maya e à sua equipe pela apresentação. O
539 Conselheiro Wagner parabenizou pela apresentação, ratificando o tema, da Lei Orgânica de
540 Segurança Alimentar, e informando trabalhar com geração de renda, principalmente na região
541 Norte, discorrendo sobre o projeto das cisternas, com o qual trabalhava. Indagou como a SESAN
542 estava implantando os bancos de alimentos, considerando que o recurso existia, elogiando o
543 envolvimento local da Secretaria de Agricultura Familiar, sendo um processo de democracia
544 participativa. Informou que a Comissão de Normas tinha um tema específico com a SESAN, que no
545 momento oportuno seria convidada a participar. A Conselheira Nilsia informou ter participado da
546 pesquisa solicitada pela UNESCO nas cinco regiões do Brasil, resultando no livro “Alimento e
547 Direito Sagrado”, esclarecendo como esse trabalho havia sido desenvolvido. Indicou ter recebido do
548 MDS o livro com DVD, mas que ainda não havia visto efetivamente o fruto dessa pesquisa, apesar
549 de saber que algumas comunidades já recebiam esse alimento. A Conselheira Márcia relatou ter
550 atuado na ponta e trabalhado com segurança alimentar tanto no Nordeste, quanto em Minas,
551 relatando as experiências que havia tido na Bahia. Questionou o mesmo que o Conselheiro Wagner
552 sobre a implantação dos bancos de alimentos, visto que as cozinhas estavam paradas e também se
553 estavam contemplados com cisternas os 28 municípios da Bahia que estavam em seca. A
554 Conselheira Leila falou sobre os programas que havia participado, tendo dificuldades em enxergar a
555 densidade dessa Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios,
556 encontrando esclarecedora essa apresentação. Questionou a inclusão produtiva de populações em

557 situação de insegurança alimentar e nutricional, a distribuição de alimentos a grupos populacionais
558 e o destino de alimentos para entidades da Rede Socioassistencial, mas que no Sul, via acontecer
559 essa destinação de alimentos. Questionou se era comum tanto a Assistência Social e gestores
560 municipais, como também entidades fazerem ofertas de cestas básicas para o público da Assistência
561 Social e a quem caberia essa ação. Entendia que não caberia à Assistência Social, mas que se não
562 fizessem como ação emergencial, mas não como única ação, ficaria faltando alguma coisa no
563 atendimento ao usuário, querendo saber como era feito esse procedimento. A Conselheira Cláudia
564 parabenizou pela apresentação, mas gostaria de trazer o desafio ainda no campo do movimento da
565 economia solidária em relação aos empreendimentos, aos grupos produtividades quanto à
566 comercialização e o escoamento do que era produzido. A Conselheira Dóris considerou importante
567 nesse processo de passar de ações isoladas da sociedade para uma ação de estado, sendo um grande
568 salto na sociedade brasileira, mas ainda muito aquém das necessidades do povo, o que era preciso
569 olhar com muita firmeza. Indagou no programa de aquisição de alimentos se existia alguma
570 condição de ser orgânico ou outro requisito, ou se não havia essa necessidade, destacando a
571 importância de um alimento mais saudável. Solicitou o levantamento da agricultura urbana e
572 periurbana, considerando a importância que era dada aos jardins e não à cultura de hortas e como
573 isso poderia ser considerado. O Conselheiro Edivaldo destacou o quanto haviam avançado nesse
574 campo, embora ainda houvesse muito a ser feito, haja vista o grau das dificuldades que existia sobre
575 alimentação e nutrição ao longo dos dias. Indagou sobre a cisterna de plástico, por não ser material
576 adequado à região e como essa questão vinha sendo encaminhada. A Secretária Maya destacou a
577 relevância das cisternas para a comunidade, sendo que muitas vezes o governo federal, estados e
578 municípios não chegavam a essas comunidades, sendo a Sociedade Civil que implantava essas
579 cisternas. Falou sobre as cisternas de plástico, indicando a meta a ser alcançada e a necessidade da
580 população, com o acesso à água sendo direito essencial, assim como a alimentação, tendo
581 aumentado as parcerias para alcançar as metas colocadas. A Secretária falou sobre a ampliação de
582 ações no setor, trazendo autonomia para a família, mas com a cisterna de plástico não trazendo os
583 mesmos benefícios que a de placa, que gerava emprego ademais dos benefícios que trazia. Relatou
584 que esse material havia sido escolhido, mas que essa tecnologia ainda estava sendo testada pelo
585 Ministério da Integração, sendo utilizada para ampliar as metas, com os defeitos apresentados sendo
586 monitorados, não chegando a 1%, com as mesmas sendo trocadas e reforçadas. Ponderou que a
587 questão dos equipamentos e implantação era muito importante, com esse projeto sendo melhorado
588 ao longo de sua realização, relatando as exigências que haviam passado a ser feitas. Destacou que
589 era muito importante fazer um trabalho junto aos municípios que estavam atrasados para acelerar
590 essa implantação, indicando como era feita a liberação dos recursos. Falou sobre as dificuldades
591 existentes com relação à implantação de CRAS, relatando o tempo que esse procedimento
592 demorava para implantação. Com relação à colocação da Conselheira Nilsia, informou que estavam
593 cumprindo o compromisso de fazer o lançamento do livro em cada uma das regiões metropolitanas,
594 entregando um volume para cada uma das famílias visitadas, relatando os lançamentos nos quais
595 havia participado, sendo muito importante a visibilidade que estava sendo dada para um público que
596 até então era invisível para as políticas públicas. Observou que desse livro já estava em discussão
597 no governo um plano nacional de segurança alimentar e de desenvolvimento sustentável para povos
598 e comunidades tradicionais de matriz africana, tendo acontecido uma primeira oficina na semana
599 passada, com a presença de diversos organismos. Que receberiam o relatório dessa oficina, com o
600 governo se reunindo para fazer um diálogo sobre as propostas apresentadas pelas próprias
601 comunidades, com a expectativa de lançamento sendo para novembro, avisando o CNAS para
602 participação dos Conselheiros. Informou que na Bahia havia 205 municípios em situação de
603 emergência, explicando como estava sendo feito um trabalho de territorialização de todo o

604 semiárido, indicando, ainda, a parceria do Banco do Brasil na ampliação dessas cisternas,
605 considerando a sua importância para a população carente. Indicou haver outras ações com relação à
606 seca, com as cisternas sendo um equipamento importante para abastecimento de água por carro-
607 pipa, mas que em uma situação de uma seca mais prolongada a água da chuva não era suficiente,
608 fazendo-se um trabalho com o Exército, com a coordenação do Ministério da Integração. Indicou o
609 programa Garantia Safra e o Bolsa Estiagem, relatando como eram aplicados, ademais de um
610 conjunto de ações que ainda estavam sendo fortalecidas, destacando ser a pior seca dos últimos 30 a
611 50, mas com as famílias mais preparadas para conviver com esse período. Respeito ao colocado
612 pela Conselheira Leila sobre a distribuição dos alimentos, sendo que com o PAA conseguiam fazer
613 essa ponte entre estímulo à produção local e distribuição à alimentação escolar, aliada também à
614 questão da saúde e que ainda precisava avançar bastante, mas sendo importante conhecer o caminho
615 a seguir. Que vinham discutindo com a Assistência Social como reorganizar essa distribuição de
616 alimentos de forma organizada, sendo criada no PAA uma modalidade com a nova regulamentação
617 chamada Compra Institucional, relatando como funcionava. Falou ter conversado com a SNAS
618 sobre como casar essa discussão de alimento com o benefício eventual, discussão que também
619 precisava ser feita com o CNAS, com a economia solidária estando no seu âmbito de atuação.
620 Esclareceu que vinham trabalhando esses convênios de inclusão produtiva fomentando cadeias
621 produtivas voltadas para o empreendimento solidário. Esclareceu que trabalhavam mais a questão
622 de alimentação, estimulando a agregação de valor, fortalecendo e estimular o cooperativismo e
623 associativismo, com os empreendimentos solidários estando no âmbito do Brasil Sem Miséria
624 também em articulação com o Ministério do Trabalho, com essas ações voltadas para atividades
625 ligadas à alimentação. Falou como era tratada a questão da comercialização, os acordos feitos com
626 outros projetos, para estimular que a própria rede privada também apoie esses empreendimentos da
627 agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais. Sobre os alimentos orgânicos, relatou
628 que o governo federal havia lançado a Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica,
629 discorrendo sobre seus benefícios, inclusive para o meio ambiente e o estudo da ANVISA
630 indicando que muitos dos produtos traziam resíduos, fazendo-se um seminário no CONSEA com o
631 tema “Como reduzir o uso de agrotóxicos do Brasil”, com o MDA, MMA, MAPA e MDS se
632 juntaram em torno de uma política de agroecologia e agricultura orgânica, relatando como isso
633 refletia no PAA, estabelecendo metas para priorizar essa produção. Sobre a agricultura urbana,
634 ponderou que precisavam de uma Política Nacional de Agricultura Urbana, tendo que estar nos
635 planos Diretores como uma prioridade, estabelecendo áreas apropriadas para a produção de
636 alimentos, ademais de os agricultores urbanos terem acesso à assistência técnica, sendo atualmente
637 apenas para os rurais, discorrendo sobre outras questões. Encerrando, a Secretária Maya relatou que
638 estavam discutindo esse marco legal em um Projeto de Lei que pudesse dar acesso a esse conjunto
639 de políticas para a agricultura urbana, transformando em uma política pública para que os
640 municípios não ficassem dependendo dos convênios do MDS para implantar hortas, o que havia
641 sido discutido na Conferência Nacional de Segurança Alimentar de 2011. O Conselheiro José
642 Geraldo informou que por determinação da Presidente da República o recurso para a construção de
643 cisternas encaminhado na proposta orçamentária de 2013 estava agora no Programa de Aceleração
644 do Crescimento. O Conselheiro Wagner solicitou à Secretária Maya, que o resultado desse
645 monitoramento das cisternas de plásticos fosse encaminhado para o CNAS, informando ter captado
646 recursos fora do país para esse projeto, com o foco de fomentar e fortalecer a política pública. A
647 Presidenta agradeceu à Secretária Maya em nome do CNAS, que estava aberto para futuras
648 parcerias com a SESAN, para debates, aguardando os convites feitos. Parabenizou a Secretaria
649 Nacional de Segurança Alimentar, a Ministra Tereza Campello por mais uma apresentação de uma
650 área do MDS que trazia muito alento com relação ao que vinha sendo feito relacionado à política

651 pública brasileira, com o CNAS, como controle social, estando pronto para colaborar e fortalecer
652 essas políticas sociais. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião para o almoço,
653 convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Presidenta
654 solicitou à Secretária-Executiva a verificação de quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade:
655 Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheiro José Geraldo França Diniz; Conselheira
656 Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana;
657 Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Dóris
658 Margareth de Jesus; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos e Conselheira Dóris. Conselheiros
659 Suplentes: Conselheiro Marcilio Ferrari; Conselheiro Charles Pranke; Conselheira Cláudia
660 Faquinote; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos; e, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho
661 Nunes. A Presidenta falou sobre as alterações na pauta, passando para o **Item Relato da Comissão**
662 **de Acompanhamento para Transferência de Renda** pela Conselheira Márcia que relatou que a
663 Comissão havia se reunido pela primeira vez no dia 10 de setembro, iniciando a análise do plano de
664 ação proposto: *“Reunião 01/2012. Data: 10/09/2012. Horário: Das 14h às 18h. Local: Esplanada*
665 *dos Ministérios, Anexo ao Bloco F, Ala A - CNAS Sala 108. Conselheiros presentes: Márcia de*
666 *Carvalho Rocha, Coordenadora; Anderson Lopes Miranda; Dóris Margareth de Jesus; Marisa*
667 *Rodrigues da Silva; Léa Lúcia Cecílio Braga. Ausências justificadas: Solange Teixeira. Ouvinte:*
668 *Leila Pizzato. Secretaria-Executiva do CNAS: Maria Auxiliadora Pereira; Carolina Ribeiro; Ana*
669 *Tereza Gomes; Maria Antonia Pereira Valente; Rosiely Bonfim. 1. INFORMES SOBRE*
670 *FUNCIONAMENTO DA Comissão: A Coordenadora da Coordenação de Política, Maria*
671 *Auxiliadora Pereira, fez uma apresentação sobre as competências da Comissão de*
672 *Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e o papel da secretaria executiva no*
673 *assessoramento das reuniões. A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de*
674 *Renda, após apresentação de suas competências, entende que sua função é de acompanhamento.*
675 *Portanto, caberá à Comissão de Política pautar assuntos sobre benefícios e transferência de renda,*
676 *que requerem discussão e encaminhamentos. Considerando que a Vice-Presidente do CNAS*
677 *acompanhará as reuniões desta Comissão, a mesma fará, quando necessário, informes de questões*
678 *relevantes discutidas em seu âmbito na reunião da Presidência Ampliada. A partir da discussão da*
679 *Resolução CNAS nº 15, que regulamenta o funcionamento desta Comissão, foram propostos os*
680 *seguintes encaminhamentos: - Realização de uma reunião conjunta com a Comissão de Política,*
681 *em dezembro, tendo como convidados a SNAS para uma apresentação do panorama atual da*
682 *concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC, Benefícios Eventuais - BE, focando nos*
683 *avanços, desafios e agenda; e a SENARC para apresentação do panorama atual do Programa*
684 *Bolsa Família, focando nos avanços, desafios e agenda. - Conforme previsto no Plano de Ação da*
685 *Comissão, solicitar à Assessoria Parlamentar - ASPAR/MDS informe na Plenária do CNAS de*
686 *outubro, dos Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre o Programa Bolsa*
687 *Família, Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Eventuais.” Só para constar, essa*
688 *reunião conjunta, como nós estamos também fazendo parte da Comissão de Política, já*
689 *conseguimos agendar e já ficou acordada a reunião conjunta da Comissão de Política com a*
690 *Comissão de Acompanhamento de Benefícios, para que possamos estar definindo a agenda depois.*
691 *“2. Definição do coordenador (a) e coordenador (a) adjunto (a) da Comissão: A Comissão de*
692 *Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda indica como Coordenadora a*
693 *Conselheira Márcia de Carvalho Rocha e Coordenadora Adjunta, a Conselheira Solange Teixeira.*
694 *3. Discussão da proposta de plano de ação da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*
695 *Transferência de Renda. Abaixo, apresentamos as metas e respectivas ações e estratégias do*
696 *referido Plano de Ação para o período de 2012/2014. Meta 1: Acompanhar a execução do*
697 *Programa Bolsa Família PBF e contribuir para seu aprimoramento Ações/estratégias: 1.1. Zelar*

698 pelo critério de concessão, monitoramento e manutenção do Programa Bolsa Família - PBF. a)
699 Análise da evolução e do impacto social do Programa Bolsa Família. b) Análise e
700 acompanhamento da gestão integrada entre o PBF, benefícios e serviços socioassistenciais. c)
701 Estímulo, proposição e apoio a ações de fortalecimento ou ampliação das transferências de renda.
702 d) Avaliação, acompanhamento e fiscalização do IGD Bolsa Família nos Estados e Municípios. e)
703 Acompanhamento e fomento junto aos Conselhos de Assistência Social dos Estados, municípios e
704 Distrito Federal para o exercício da atribuição de instância de controle social do Programa Bolsa
705 família. f) f) Fazer gestão para que as Secretarias de Assistência Social nas três esferas de Governo
706 sejam responsáveis pela gestão do Programa Bolsa Família. g) Acompanhamento dos projetos de
707 lei em tramitação relacionados à Bolsa Família. META 2: ACOMPANHAR A CONCESSÃO E
708 REVISÃO DO BPC E CONTRIBUIR PARA O SEU APRIMORAMENTO: 2.1. Zelar pelo critério de
709 concessão, monitoramento e manutenção do BPC. a) Análise da evolução e do impacto social do
710 BPC. . b) Encaminhamento das moções relacionadas ao BPC. g) Análise e acompanhamento da
711 concessão do BPC. h) Acompanhamento da gestão integrada dos BPC com os serviços
712 socioassistenciais. i) Acompanhamento da Revisão do BPC. Disseminação de orientações sobre a
713 forma de acompanhamento do BPC para os Conselhos de assistência social, visando o
714 fortalecimento da cultura do planejamento da execução do Controle Social. g) Acompanhamento
715 dos projetos de lei em tramitação relacionados ao PBC. Meta 3: Acompanhar a concessão dos
716 Benefícios Eventuais no âmbito do SUAS e contribuir para o seu aprimoramento: 3.1. Zelar pelo
717 critério de concessão, monitoramento e manutenção dos Benefícios Eventuais. a) Estimular, propor
718 e apoiar ações de fortalecimento dos Benefícios Eventuais. b) Acompanhar a gestão integrada
719 entre serviços e benefícios no âmbito do SUAS. c) Disseminação de orientações sobre a forma de
720 acompanhamento do BPC para os Conselhos de assistência social, visando o fortalecimento da
721 cultura do planejamento da execução do Controle Social. d) Acompanhamento dos projetos de lei
722 em tramitação relacionados a benefício eventuais no âmbito da assistência social. Meta 4:
723 Garantir a transferência de renda e os benefícios socioassistenciais como direitos do cidadão.. 4.1.
724 Atuar na garantia do direito à política pública de assistência social. a) Disseminação de
725 informações e orientações sobre os direitos socioassistenciais no âmbito do SUAS. b) Realização
726 de ações conjuntas para a defesa dos direitos socioassistenciais. c) Disseminação de orientações
727 sobre a forma de acompanhamento dos direitos socioassistenciais, visando o fortalecimento da
728 cultura do planejamento da execução do Controle Social. 4. Definição do calendário de reuniões:”
729 Bom, este foi um ponto que também que nós discutimos um pouco, porque nossa proposta de
730 reuniões são trimestrais, mas aí alguns membros da Comissão achavam que deveria ser uma
731 reunião mensal, mas quando nós fomos raciocinando e vemos que o nosso papel é de
732 acompanhamento, então como chegamos no acordo que realmente vamos manter trimestral. Então
733 a próxima reunião será em dezembro de 2012, onde será em conjunto com a Comissão de Políticas,
734 e aí estaremos revendo a nossa agenda e definindo qual será o prazo para cada uma das
735 estratégias de operacionalização. A próxima reunião é em fevereiro de 2013, depois maio de 2013,
736 agosto, novembro, fevereiro, e aí já fevereiro e abril de 2014”. A Presidenta indagou se havia
737 alguma colocação com relação ao item 1, com a Conselheira Marisa perguntando pelo Conselheiro
738 José da Cruz e informando que na reunião da Presidência Ampliada havia acontecido uma discussão
739 de como estaria essa Comissão na inter-relação da Comissão de Política. Que gostaria que fosse
740 esclarecido que o colocado pelo Conselheiro de que a Comissão de Acompanhamento de Benefício
741 de Transferência de Renda após apresentação das suas competências tinha a função de
742 acompanhamento, cabendo à Comissão pautar assuntos sobre benefício, solicitando que esse item
743 fosse esclarecido. A Presidenta justificou a ausência do Conselheiro José da Cruz, mas que esse
744 esclarecimento aguardaria sua presença. A Conselheira Márcia esclareceu que fazia parte da

745 Comissão de Política, tendo sido acordado o que havia sido colocado, mas observando que gostaria
746 de saber se algo havia sido mudado, para ajustes. A Presidenta considerou sobrestada a aprovação
747 desse item até seu esclarecimento. No Item 3, discussão da proposta de plano de ação da Comissão
748 de Acompanhamento de Benefício de Transferência de Renda, meta um: acompanhar a execução do
749 programa Bolsa Família e contribuir para seu aprimoramento. A Conselheira Marisa informou que
750 na reunião haviam identificado algumas ações e estratégias, parecendo que estavam apenas as
751 ações, relatando a discussão que haviam tido, entendo que a ação, na forma como estava, não
752 atendia 100% da realidade atual a nível de gestão pelo controle social, do Bolsa Família, que tinha
753 outras instâncias transversais que não eram vinculadas diretamente à Política de Assistência Social.
754 Que conforme a colocação da Sra. Dorinha, estava como desdobramento da operacionalização, com
755 a Comissão tendo a responsabilidade de ampliar essa discussão com a SENARC, para que
756 pudessem mudar esse quadro, encaminhando uma proposta para que 100% dos Conselhos
757 Municipais da Assistência Social fossem os Conselhos de controle social do programa Bolsa
758 Família. A Presidenta ponderou que como não tinham o plano de ação todo com a
759 operacionalização, a deliberação ficaria pendente, solicitando que o plano fosse encaminhado
760 integralmente para os conselheiros para análise. Questionou como a Comissão pretendia fazer
761 gestão para que as Secretarias de Assistência Social, considerando ser essa uma discussão muito
762 densa, querendo mais alguns esclarecimentos sobre a questão. O Conselheiro José da Cruz
763 esclareceu que a ideia inicial era ter mais uma Comissão Permanente no Conselho, relatando terem
764 enfrentado no ano passado no período de Conferência, o grande preconceito para com os benefícios
765 socioassistenciais, com o CNAS tendo que se manifestar e surgindo a necessidade do CNAS de
766 instituir a Comissão de Acompanhamento de Benefício de Transferência de Renda no âmbito do
767 SUAS. Que não haviam conseguido no debate instituir uma Comissão Permanente, mas uma que se
768 reunia esporadicamente de acordo com a sua agenda, relatando os importantes debates realizados
769 entre a Comissão de Política com a agenda da Comissão de Acompanhamento de Benefício de
770 Transferência de Renda, indicando a realização de uma primeira reunião conjunta, mas que tivesse
771 uma especificidade pelo volume de benefícios socioassistenciais existentes no país, BPC, benefícios
772 eventuais e o programa Bolsa Família. Sugeriu que essa Comissão se reunisse trimestralmente com
773 a presença das duas Secretarias, a Secretaria Nacional de Assistência Social que coordenava o
774 Benefício de Prestação Continuada e o benefício eventual e a Secretaria Nacional de Renda e de
775 Cidadania, que coordenava o programa Bolsa Família, sendo a forma que o CNAS acompanhasse
776 essas questões. Informou que haviam colocado como uma estratégia na Comissão de Política, assim
777 como na Comissão de Financiamento, a presença da Secretaria também trimestralmente, com uma
778 agenda mais redonda, mais propositiva, em vez de cada mês ter um Departamento. Sugeriu que na
779 Comissão de Acompanhamento de Benefício de Transferência de Renda tivesse uma pauta
780 permanente, trimestralmente, com a presença das duas Secretarias para que o Conselho pudesse
781 acompanhar os benefícios socioassistenciais do SUAS. A Conselheira Marisa questionou o
782 esclarecimento do § 2º do item 1, com o Conselheiro José da Cruz indicando que o assunto sobre
783 benefícios e transferência de renda seria pautado pela Comissão de Acompanhamento e Benefício e
784 não a Comissão de Política, apesar de ter uma agenda convergente. Prosseguindo, a Presidenta
785 indicou a meta um, 1.1, meta 2, meta 3 e a meta 4. A Conselheira Aldenora indicou a meta 4,
786 *“Disseminação de orientações sobre a forma de acompanhamento dos direitos socioassistenciais,*
787 *visando fortalecimento da cultura do planejamento da execução do controle social.”* Que seu
788 entendimento era que discutiria a forma de disseminar as orientações, indagando para quem as
789 mesmas seriam enviadas. A Presidenta esclareceu que a função de pautar as questões relativas aos
790 benefícios e transferência de renda era de responsabilidade dessa Comissão, sendo que a Comissão
791 de Política estaria sempre à disposição para reuniões e encaminhamentos conjuntos, mas não sendo

792 restritiva. A Conselheira Márcia esclareceu que a Comissão de Acompanhamento por ter uma
793 missão de acompanhar, teria que atuar muito em conjunto com o que fosse definido na Comissão de
794 Políticas, querendo deixar isso assegurado desde a primeira reunião. A Conselheira Márcia
795 observou que conforme colocado pela Conselheira Marisa, estava colocado na operacionalização
796 essa questão do item, mas sabendo que não atendia 100% da gestão, o que seria construído à
797 medida que fossem tomando conhecimento. Concordou com a sugestão do Conselheiro José da
798 Cruz de convidar as três Secretarias, acompanhando essas ações, com o Conselheiro
799 complementando que isso seria feito sem ingerência e gestão, mas que se exerceria o controle social
800 dos benefícios, função do CNAS. Após mais algumas colocações, a Conselheira Marisa
801 complementou que essas ações estavam definidas no desdobramento do plano de ação, sugerindo
802 que na próxima reunião dessa Comissão pudessem ampliar essa discussão para que pudessem
803 reordenar a ação com relação à gestão. A Presidenta, em não havendo mais nenhuma manifestação,
804 considerou aprovado o plano de ação da Comissão de Acompanhamento de Benefício de
805 Transferência de Renda. Sobre o item 4, definição de calendário de reuniões da Comissão, indagou
806 se havia algum esclarecimento, considerando-o aprovado pelo Pleno. **Item Apresentação de**
807 **representação da Sociedade Civil (Fórum Nacional da População de Rua, Federação Nacional**
808 **dos Assistentes Sociais, Fundação Orsa).** Informou que as organizações que compunham o CNAS
809 se apresentariam a cada Plenária na ordem dos usuários, dos trabalhadores e das entidades
810 prestadoras, iniciando com o Fórum Nacional de População de Rua, Fundação Orsa e da Federação
811 Nacional de Assistentes Sociais. **Federação Nacional de Assistentes Sociais – FENAS.** A
812 Conselheira Margareth passou a discorrer sobre como essa entidade havia surgido no mundo
813 sindical, conforme o material em tela. Informou que a FENAS, antes conhecida como ANAS, tinha
814 site e um arquivo publicado para aqueles que estivessem interessados, esclarecendo como eram
815 organizados anteriormente e como haviam evoluído através da organização dos Sindicatos, mas
816 com ações muito pontuais nos seus estados. Falou sobre os eventos realizados sobre piso salarial,
817 carga horária e condições de trabalho dos Assistentes Sociais, relatando a grande carga de trabalho e
818 como a discussão sobre a questão era conduzida, em comparação com outras profissões. Que apesar
819 das divergências existentes, entendiam que era o momento dos Assistentes Sociais no Brasil se
820 organizarem por ser a única categoria de nível superior que não tinha uma organização sindical
821 estruturada como todas as categorias de nível superior tinham atualmente, criando a Federação nos
822 cinco estados e orientando os Sindicatos da sua base para trabalhar no setor público, privado e
823 terceiro setor, iniciando os acordos e convenções coletivas de trabalho, com os Assistentes Sociais
824 sendo representados e reconhecidos pela sua entidade sindical. Falou sobre os eventos realizados
825 recentemente, federais e regionais, com o foco sendo também contribuir na organização, não só dos
826 Assistentes Sociais, mas também dos trabalhadores do SUAS, criando o Fórum Nacional parceiros
827 e os resultados alcançados. Informou que em 28, 29 e 30 de novembro de 2012, aconteceria em
828 Brasília, no Hotel Nacional, o IV CONFENAS, convidando a todos os Conselheiros para esse
829 evento, que seria um dos grandes marcos da Federação, sendo representada em 20 estados. A
830 Conselheira Margareth ressaltou que a Federação era importante não apenas para os Assistentes
831 Sociais, mas também da classe trabalhadora geral no processo de articulação com vários Fóruns e os
832 movimentos sociais, indicando sua participação em outros Conselhos. Informou que a música tema
833 da FENAS estava no site e poderia ser acessado pelos interessados, traduzindo os anseios dos
834 Assistentes Sociais, cujo lema era “Que nunca duvidem da capacidade de luta dos trabalhadores”.
835 **Fundação Orsa.** O Conselheiro Wagner informou que a Fundação pertencia a uma unidade do
836 Grupo Orsa, indústria de papel ondulado e celulose e que atuava em várias regiões do Brasil,
837 discorrendo sobre o trabalho sustentável realizado pela empresa, que desenvolvia programas,
838 projetos e serviços socioassistenciais em quatro linhas de atuação, mas com 100% voltado à área da

839 Assistência Social, discorrendo sobre as ações realizadas. Falou sobre os recursos da empresa
840 aplicados para trabalhar com as famílias em geração de renda, o desenvolvimento ambiental
841 principalmente nas áreas onde tinham as florestas, assessorando as famílias para a geração de renda,
842 com aplicação de 1% do faturamento bruto das empresas do grupo Orsa, que chegava de R\$ 7 a R\$
843 10 milhões por ano. Indicou o número de atendimentos realizados, com parceria com outras
844 entidades para disseminar política pública no país. Indicou as regiões onde a fundação atuava,
845 principalmente no Norte do país, principalmente no Pará e Amapá, em parceria com o governo,
846 universidades e escolas, operadores de direito e empresas privadas, ONGs e organizações
847 internacionais. Observou que ademais das ações realizadas, atuavam em sintonia com o programa
848 Brasil Sem Miséria do governo federal, falando sobre o trabalho realizado com a extração da
849 castanha, com as famílias atendidas nas comunidades do Vale do Jarí pela rede do SUAS, com
850 trabalhos realizados por pedagogos, advogados, assistentes sociais e uma infraestrutura de RH para
851 atender em todo o território. O Conselheiro Wagner discorreu sobre os processos de extração de
852 material pelos moradores da floresta, denominado cooperativismo, gestão, negócios, para que
853 pudessem dar continuidade nesse trabalho, com a Fundação Orsa acompanhando e monitorando
854 para que as cooperativas nessa área pudessem trabalhar. Informou a participação no Fórum
855 Nacional da Criança e Adolescente, da Assistência e também em Conselhos, citando o trabalho
856 realizado em São Paulo, material produzido chamado o “Quite Respeitar”, que trabalhava com
857 capacitação para famílias operadoras da Política de Assistência Social e do Judiciário, sobre o
858 combate à violência contra criança e adolescente, que eram o foco da fundação. Falou sobre outras
859 ações voltadas para as crianças, adolescentes, famílias e atletas, fazendo a inclusão social das
860 pessoas com deficiência. Falou sobre o projeto de aleitamento materno denominado “Mãe
861 Canguru”, criado pela Fundação Orsa, sendo que todos seus projetos estavam voltados para
862 disseminar as políticas públicas. **Fórum Nacional da População de Rua.** O Conselheiro Anderson
863 informou a presença do Conselheiro João de Deus, Conselheiro Municipal de Assistência Social
864 representando a população de rua em Porto Alegre, vindo para participar do Seminário. A seguir,
865 cantou algumas músicas sobre a população de rua e que mostravam a sua situação. Informou que o
866 Fórum Nacional da População Em Situação de Rua era um espaço de debate político e produção de
867 conhecimento acerca desse segmento, estabelecendo estratégias e proposição de políticas públicas.
868 Informou os movimentos que compunham o Fórum, reativando e trazendo de volta aquelas
869 lideranças que haviam se retirado, ganhando mais força e parcerias para essa luta. Informou que o
870 governo não participava do Fórum por serem estratégias da Sociedade Civil, com esse espaço
871 fomentando o avanço nas políticas públicas com a construção de cidades mais humanas e justas.
872 Falou sobre o mapeamento da população com a criação do grupo de trabalho interministerial GTI,
873 com o governo federal e pelo MDS/SAGI, o que havia sido fundamental para trazer uma política
874 para esse segmento. Indicou que representava o Movimento e o Fórum Nacional, representando no
875 Conselho o Fórum, relatando as dificuldades que encontrava para conseguir recursos e ajudar essa
876 população, com o Fórum tentando desmistificar essa situação com a ajuda de diversas
877 Universidades, trazendo a academia mais próxima dessa situação. Abertas as inscrições, o
878 Conselheiro Wagner informou que proximamente entregaria o material para distribuição na
879 Plenária. O Conselheiro Edivaldo observou que apenas o Brasil e a Espanha usavam a expressão
880 paraolímpico, sendo alterado para paralimpíada em português, ao que o Conselheiro José Geraldo
881 informou que essa expressão não havia sido aceita, constando no projeto de lei no Congresso
882 Nacional como paraolimpíada. A Conselheira Leila agradeceu pelas apresentações, que haviam sido
883 muito esclarecedoras, assim como a conselheira Maria Aparecida, sendo importante conhecer as
884 entidades e suas atividades. A Conselheira Dóris agradeceu pelo apoio da Conselheira Leila, que a
885 havia recebido em sua casa, justificando sua saída antecipada, por estar doente. O Conselheiro José

886 Geraldo solicitou permissão ara encaminhar para o e-mail da Presidência a matéria publicada na
887 Folha de São Paulo intitulada: “*Essa bobagem de parolímpico.*”, sendo acatada sua sugestão. O
888 Conselheiro Anderson complementou que estavam passando por uma conjuntura muito difícil mas a
889 nível de municípios, sendo que com a época de eleição, as guardas municipais estavam expulsando
890 a população em situação de rua, solicitando ao Conselho uma moção de repúdio às cidades que
891 vinham implementando política higienistas, relatando os locais onde essa situação estava
892 acontecendo, com a Presidenta indicando que essa demanda seria estudada. **Item Apresentação do**
893 **Marco Regulatório do 3º Setor pela Secretaria Geral da Presidência da República.** A
894 Presidenta convidou o Dr. Diogo Santana, Chefe da Assessoria Especial do Gabinete do Secretário-
895 Geral da Presidência da República, que destacou a relevância do tema sobre o 3º setor no Brasil.
896 Explicou sobre o trabalho que estava sendo feito, relatando a legislação existente, havendo um
897 processo de reorganização da relação das parcerias entre o governo federal e a as organizações da
898 Sociedade Civil. Que existia uma determinação da Presidenta de que a Secretaria-Geral coordenasse
899 um grupo de trabalho sobre a questão do marco legal, pensando-se, juntamente com a sociedade em
900 como melhorar a relação das organizações da sociedade civil com o estado. Informou que o trabalho
901 não estava concluído, mas que já era possível discutir as principais diretrizes e os caminhos a
902 seguir. Passou a falar sobre os três itens da questão: diagnóstico, resultado do GT e dialogar sobre
903 os próximos passos, discorrendo sobre cada um desses requisitos. Falou sobre os problemas
904 existentes, burocracia, mudanças na legislação, dificuldade de entendimento, baixa capacitação, etc.
905 de como as entidades deveriam prestar contas, existindo um quadro de ineficiência administrativa
906 que prejudicava as parcerias e principalmente a população mais pobre que deveria estar sendo
907 atendida por elas. Listou os pontos críticos existentes ademais das dificuldades elencadas, sendo
908 importante que os Conselheiros se manifestassem para ver se estavam no caminho correto: despesa
909 de pessoal, prestação de contas, adaptações do SICONV, e dispersão da legislação e da regulação.
910 Ponderou que estavam propondo um projeto de lei específico para regular a relação do estado com
911 as organizações da Sociedade Civil, com o objetivo central sendo substituir o convênio como
912 instrumento prioritário na execução das parcerias, discorrendo sobre essa modificação. Informou,
913 também, que estavam propondo uma minuta de projeto de lei com 31 inovações, todas relacionadas
914 à questão das parcerias, listando as seis mais importantes, para debate: 1) criar um termo de
915 fomento e colaboração, específico para substituição dos convênios; 2) consagrar o chamamento
916 público como regra geral de escolha, indicando as exceções; 3) estabelecer o fim da lacuna sobre o
917 pagamento de pessoal e tributos incidentes no projeto de lei a ser apresentado: pagar pessoal próprio
918 da entidade com os recursos do convênio em horas proporcionais a trabalhadas no objeto do plano
919 de trabalho e a questão dos tributos incidentes; 4) criar uma Comissão de monitoramento e
920 avaliação; 5) extratificação de regras com a diferenciação de prestação de contas; e, 6) regras
921 diferentes para a aprovação da prestação de contas, fortalecendo o SICONV. Falou sobre a demora
922 que a aprovação do projeto de lei poderia ter no Congresso, regulando a questão dos pagamentos de
923 pessoal por decreto com a mesma proposta que o PL, mas que seria encaminhado mais rapidamente.
924 Observou que outra medida seria melhorar os canais que já existiam, a Comissão do SICONV e o
925 colégio de consultores da AGU, criando outro na Secretaria-Geral e na Ouvidoria Geral da União,
926 onde as entidades poderiam recorrer mais rapidamente, melhorando os entendimentos. O Dr. Diogo
927 indicou a atualização de algumas pesquisas importantes, como a FASFIL, cujo resultado deveria
928 sair em dezembro, do IPEA e a realizada pelo MDS havia feito sobre entidades, ademais de outras
929 ações que estavam fazendo para a qualificação das entidades da Sociedade Civil, em parceria com
930 alguns organismos, ademais das medidas relativas a transparência no orçamento. Discorreu sobre a
931 necessidade de tomar medidas para a correta classificação das entidades, considerando as alterações
932 nas suas atividades. Ponderou que com essas medidas esperavam ter inserção, criar novos

933 princípios, fundamentos e diretrizes para melhorar a segurança jurídica, ampliar os mecanismos de
934 transparência e controle social, melhorar o planejamento do poder público e ter produção e estímulo
935 de informações sistematizadas sobre o 3º setor e as organizações em parceria com o estado. Indicou
936 que nos próximos passos o Ministro apresentaria o resultado desse trabalho para a Presidenta, o que
937 ainda se encontrava em fase de avaliação presidencial. Indicou, no material em tela, uma relação de
938 alguns desafios, melhoria do SICONV, da LDO e fazer a revisão de regras sobre títulos e
939 certificações, tema que não estava listado, mas que seria tratado futuramente. Reiterou que havia
940 que se fazer um debate sobre a certificação, SEBAS, títulos e sobre o financiamento de
941 sustentabilidade e que seriam tema de outras agendas. Agradecendo a atenção, esclareceu que
942 quando esse trabalho estivesse pronto, apresentariam para os membros do CNAS. O Conselheiro
943 Wagner, informando os grupos que participava, falou sobre os diferentes tipos de organização,
944 citando o modelo alemão, que considerava um exemplo muito positivo e que poderia ser
945 considerado, colocando a necessidade de um modelo único para todas as entidades, o que não
946 acontecia atualmente. A Conselheira Nilsia falou sobre as perspectivas que tinham, mas que não se
947 realizavam devido às dificuldades existentes, não tendo ficado claro o governo poderia fazer para
948 melhorar as condições para as entidades, com a Sociedade Civil tendo ideias e desejos de realização
949 de projetos e elaboração de convênios com o governo, discorrendo sobre a burocracia existente.
950 Discorreu sobre a necessidade de qualificação, pois se não tivessem técnicos capacitados para
951 elaborar projetos para captar recursos de governo e se não havia a possibilidade de facilitar o
952 entendimento entre governo e Sociedade Civil. A Conselheira Dóris concordou com as dificuldades
953 sobre o SICONV, observando ser uma novidade a apresentação desse projeto, visto que o governo
954 normalmente resolvia sozinho essas questões, tendo desistido de apresentar projetos. Destacou as
955 dificuldades que as entidades tinham para executar suas ações, considerando a falta de recursos para
956 sua manutenção e os empréstimos tomados para garantir a continuidade do seu trabalho. A
957 Conselheira Dóris manifestou que considerava todas as medidas colocadas de fundamental
958 importância para resolver, observando quer as dificuldades da sua entidade deveriam ser as mesmas
959 das demais organizações. O Conselheiro Anderson destacou que esse marco regulatório trazia a
960 descriminalização das organizações e do papel que as mesmas desempenhavam, com as
961 organizações da Sociedade Civil trabalhavam com o protagonismo em prol da população mais
962 vulnerável. Falou sobre o trabalho que estava sendo realizado pelo governo, falando sobre a
963 proibição de contratação da população em situação de rua, com esse projeto mudando essa situação.
964 Manifestou que concordava que uma medida provisória seria o caminho mais fácil e viável, dando a
965 possibilidade de continuidade nas suas ações, com o governo tendo um olhar diferenciado. A
966 Conselheira Leila encontrava que esse marco regulatório vinha para impulsionar as entidades,
967 podendo realizar suas ações, sendo necessário conhecer a fundo o que estava sendo pensado nessa
968 regulação, considerando ser o primeiro contato com esse projeto. Que lhe havia chamado a atenção
969 o item que falava da revisão de tributos e certificação, indagando o que estava motivando a
970 Secretaria-Geral da Presidência. O Conselheiro Edivaldo registrou sua satisfação em saber que
971 estavam pensando em algo que tentaria corrigir problemas que vinham prejudicando o trabalho das
972 organizações. Solicitou que fosse registrado seu pedido de que o SICONV era um bom programa,
973 sua situação totalmente regularizada, relatando o que havia acontecido com a sua entidade.
974 Ressaltou que era interessante que mantivessem um sistema que fosse acessível, mas que
975 principalmente não trouxesse os prejuízos que o SICONV trazia para essas ações. O Dr. Diogo,
976 respondendo ao Conselheiro Wagner, explicou que haviam estudado os modelos internacionais,
977 trabalhando nos projetos de financiamento, com essa estratégia dividida em três blocos: contra
978 atualização, a questão do financiamento e o SEBAS e a questão dos títulos, o que vinha sendo
979 estudado profundamente. Indicou que estavam concentrados em resolver o problema atual das

980 parcerias, tendo que melhorar a eficiência do estado e a relação com as entidades. Concordava com
981 a proposta de uma única prestação de contas, mas discorrendo sobre as dificuldades dessa
982 unificação, mas que essa proposta estava sendo pensada e quando tivesse algo concreto,
983 apresentaria para o Conselho. Concordava com a Conselheira Nilsia, discorrendo sobre a situação,
984 existindo, de um lado, pressão da Sociedade Civil organizada para que as parcerias se dessem de
985 uma forma mais rápida, mais desburocratizada e, por outro, pressão de que todo gasto público no
986 Brasil tinha uma transparência muito maior, buscando-se um resultado que atendesse a necessidade
987 de parcerias mais eficientes entre estado e entidades. Observou que atualmente a sociedade
988 participava muito mais do governo, o que trazia importantes desafios. Dirigindo-se à Conselheira
989 Dóris, considerou seu relato muito importante, com a proposta do projeto sendo construída a partir
990 de problemas concretos de entidades, sugerindo que anotasse os seus contatos para fazer esse relato
991 e enviar os documentos correspondentes, relatando um caso acontecido sobre prestação de contas.
992 Ponderou que o marco regulatório viria regular essas questões pagamento de pessoal, pagamento de
993 tributos e etc., revertendo esse processo de criminalização burocrática. Respondendo à Conselheira
994 Leila, falou sobre o SEBAS, observando que por mais que a Lei 12.101 tivesse trazido algumas
995 coisas positivas que foi separar saúde, educação, assistência, a implementação das decisões estava
996 difícil para o gestor federal, considerando o enorme estoque de processos existente, tendo que se
997 estudar como isso seria resolvido, com os órgãos envolvidos estando preocupados com essa
998 situação. Com relação ao SICONV, complementou para o Conselheiro Edivaldo falou sobre os
999 estudos e propostas para melhorar o Sistema, o que seria feito no próximo ano, facilitando a vida de
1000 todos, do gestor e das entidades. Relatou que havia elaborado junto com o pessoal da plataforma
1001 esse primeiro projeto de lei e que seria apresentado para a Presidenta, mas esclarecendo que a
1002 mesma ainda não estava concluída, podendo ser alteradas algumas questões. A Conselheira Leila
1003 agradeceu a apresentação e solicitou que se fossem fazer alguma revisão na Lei 12.101 a Sociedade
1004 civil do CNAS gostaria de continuar participando. A Presidente agradeceu pela apresentação,
1005 colocando o CNAS à disposição. **INTERVALO.** Após um pequeno intervalo, a Presidenta passou à
1006 Secretária-Executiva para conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade:
1007 Conselheira Leila Braga, Conselheira Margareth Dallaruvera, Conselheira Maria Godói, Conselheira
1008 Fátima Rampim, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheiro José Ferreira da Luz,
1009 Conselheira Eloiana Cambraia Soares, Conselheira Jane Clemente, Conselheira Leila Pizzato,
1010 Conselheira Luziele Tapajós. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Marcílio Ferrari, Conselheiro
1011 Charles Pranke, Conselheira Cláudia Faquinote, Conselheira Margarida Magunba, Conselheiro
1012 Edivaldo da Silva Ramos. Conselheiro na titularidade: Conselheiro Wagner Santana e Conselheira
1013 Aldenora Gomes Gonzáles. **Item Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da**
1014 **Assistência Social**, pela Conselheira Margareth: *“Memória da reunião Comissão de*
1015 *Acompanhamento aos Conselheiros da Assistência Social, setembro 2012. “Reunião 003/2012*
1016 *data: 11/09/2012. Horário de 9h00 as 12h00. Local: Anexo do bloco F ala A, sala 202.*
1017 *Conselheiros presentes: Margareth Alves Dallaruvera, coordenadora, Aldenora Gomes Gonzáles,*
1018 *coordenadora adjunta, Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Charles Roberto Pranke, Fátima*
1019 *Aparecida Rampim, Luziele Maria de Souza Tapajós, Solange Teixeira. Conselheiro com ausência*
1020 *justificada: José Araújo da Silva. Secretaria Executiva do CNAS Liliane Neves Coordenadora,*
1021 *Fernanda Padovan, Josué Alves dos Santos, Lilian Guedes. Item 1 Apresentação do estudo*
1022 *realizado sobre o processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de*
1023 *assistência social. As Conselheiras Aldenora Gonzáles e Leila Lúcia iniciaram o estudo sobre o*
1024 *tema considerando as deliberações da 8ª Confederação Nacional, a consulta pública realizada pelo*
1025 *CNAS e as Resoluções nº 23/2006 e nº 24/2006 e outras normas. O grupo indicou que a comissão*
1026 *de Conselhos dê importância às questões apontadas na consulta pública realizada pelo CNAS em*

1027 2010, as contribuições recebidas foram organizadas pelo CNAS em documento que apresenta uma
1028 sistematização completa e a Comissão precisa aprimorar os estudos sobre o conteúdo,
1029 atualizando a partir dos avanços identificados nas últimas eleições dos representantes da
1030 sociedade civil para o CNAS. Encaminhamentos: 1.1 Dar continuidade ao estudo, com ênfase na
1031 consolidação dos resultados da consulta pública. 1.2 Definir nova composição do grupo, ficando
1032 responsável pelos trabalhos as Conselheiras Aldenora Gomes Gonzáles, Solange Teixeira,
1033 Margareth Alves Dallaruvera e o Conselheiro Charles Pranke. 1.3 Discutir proposta de divulgação
1034 do resultado dos trabalhos. 1.4 Encaminha material aos demais Conselheiros da Comissão. 1.5
1035 Pautar o item na reunião de dezembro. 2 Operacionalização das reuniões regionalizadas do CNAS
1036 com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do Distrito
1037 Federal. Atendendo ao disposto no plano de ação da Comissão que define essa agenda anual para
1038 o Conselho Nacional, foi discutido o formato das reuniões regionalizadas. Objetivo: discutir juntos
1039 aos Conselhos Estaduais e CAS/DF questões afetas ao controle social do SUAS, atendendo as
1040 especificidades das cinco regiões do país, visando discutir o planejamento das ações dos Conselhos
1041 Estaduais e CAS/DF, tendo por base os resultados do Censo SUAS e deliberações de Conferências.
1042 Temporalidade: Semestral, excetuando nos anos de realização de Conferências da Assistência
1043 Social, que devem acontecer no primeiro semestre. Duração: As reuniões deverão acontecer em
1044 dois dias consecutivos. Calendário: Região Sul: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina,
1045 março de 2013. Região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Pará, Rondônia e Roraima,
1046 abril de 2013. Região Centro-Oeste: Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás,
1047 maio de 2013. Região Nordeste: Alagoas Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco,
1048 Rio Grande do Norte, Sergipe, junho de 2013. Região Sudeste: Minas Gerais, São Paulo, Rio de
1049 Janeiro, Espírito Santo, julho de 2013. Tendo em vista que em 2013 é o ano de Conferências, estas
1050 reuniões podem ser um início para mobilização e orientação sobre as Conferências. As datas
1051 também estão propostas pensando nas Conferências Estaduais que deve acontecer a partir de
1052 agosto. Sudeste ficou por último por ser esta reunião a sede para a descentralizada do CNAS em
1053 novembro de 2012. E a região Sul ficou como primeira tendo em vista a situação apresentada pela
1054 Secretaria Nacional de assistência Social SNAS, que é o estado com municípios que não aderiram
1055 ao SUAS. Pautas comuns a todas as regiões. A) Resultado do Censo SUAS Conselhos e ações a
1056 serem desenvolvidas pelos CEAS. B) Discussão sobre o planejamento das ações do CEAS e
1057 CAS/DF tendo em vista superar as ações apresentadas pelo Censo SUAS 2011/2012 conforme
1058 orientações para criação das comissões de acompanhamento aos Conselhos Municipais de
1059 Assistência Social e pelo CEAS. C) Discussão sobre as orientações para mobilização e realização
1060 das Conferências de Assistência Social em 2013. D) Debate do CEAS com o CNAS das questões a
1061 serem apresentadas pelos Conselhos. E) Debater sobre orientações aos CEAS para que esses
1062 acompanhem junto aos Conselhos municipais de Assistência Social a implementação desta
1063 Resolução, resolução CNAS nº 16/20102. Local das reuniões: Essa definição ficará a cargo dos
1064 Conselhos da respectiva reunião. Forma e registro das reuniões: Gravação e degravação das
1065 reuniões para posterior elaboração de relatório com as principais discussões e encaminhamentos,
1066 para essa ação deve-se contratar consultores. Participantes: CEAS e CAS/DF, os Conselhos
1067 definirão os participantes, sugere-se a participação dos respectivos Secretários e Secretárias
1068 executivas. CNAS, os representantes do CNAS serão definidos conforme pauta. Encaminhamentos:
1069 2.1 Apresentar a proposta das reuniões regionalizadas na reunião do Conselho Nacional de
1070 Assistência Social com o CEAS e CAS/DF tendo em vista socializar os planos de ação das
1071 comissões temáticas, o tema das reuniões descentralizadas bem como outras questões já
1072 apresentadas pela Presidência Ampliada. 2.2 Definir na pauta um período para debate do CEAS
1073 com o CNAS das questões a serem apresentadas pelos Conselhos. 2.3 Definir que as reuniões

1074 regionais sejam de trabalho, com o objetivo de tratar de assuntos referentes ao funcionamento e
1075 atuação dos Conselhos. 3 Agenda para execução do plano de ação da Comissão, a Comissão
1076 definiu os prazos das ações a serem operacionalizadas nos meses de setembro e outubro.
1077 Encaminhamentos: 3.1 Estabelecer os prazos para operacionalização das demais ações no mês de
1078 outubro. 3.2 Encaminhar aos Conselheiros da Comissão cópia dos e-mails enviados com os
1079 respectivos ofícios e memorandos. 3.3 Encaminhar à Presidência ampliada propostas de adição de
1080 boletim temático mensal do CNAS com informações a cerca das questões deliberadas e discutir
1081 pelo CNAS. 3.4 Divulgar dados do Censo SUAS aos CEAS e CEAS/DF com orientações para a
1082 utilização dos mesmos. 3.5 Enviar e-mail à mala direta de Conselhos, Conselheiro e gestores
1083 informando sobre a importância do debate a cerca das questões que devem constar na lei de
1084 criação dos Conselhos papel cumprimento das leis e normas vigentes. 3.6 Inserir o link das
1085 orientações do CNAS para adequação das leis de criação dos Conselhos nas assinaturas de e-mails
1086 dos servidores do Conselho. 3.7 Enviar ofício ao CONGEMAS e FONSEAS solicitando ampla
1087 divulgação das orientações para adequação das leis de criação dos CAS junto aos gestores
1088 estaduais e municipais. 3.8 Enviar ofício ao CONGEMAS e FONSEAS solicitando ampla
1089 divulgação da Resolução nº237/2006 que dá diretrizes para estruturação, reformulação e
1090 funcionamento dos Conselhos junto aos gestores. 3.9 Acompanhar agenda de eventos do
1091 CONGEMAS e FONSEAS para envio de sugestões de inclusão na pauta do debate a cerca da
1092 criação dos Conselhos em conformidade com a LOAS. 3.10 Sugerir ao FONSEAS a inclusão desse
1093 debate no encontro nacional a ser realizado em 2012. 3.12 Sugerir ao CONGEMAS inclusão do
1094 tema nos encontros regionais e posteriormente no encontro nacional dos gestores municipais para
1095 inclusão no planejamento de suas ações. 3.12 Encaminhar à Presidência do CNAS a inserção da
1096 disseminação das legislações e normas afetas ao tema no plano de comunicação do CNAS. 3.13
1097 Divulgar os resultados do Censo SUAS, Conselhos de 2011 ao CEAS para subsidiar o
1098 planejamento das ações desses, junto aos Conselhos municipais de Assistência Social, por meio da
1099 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais. 3.14 Solicitar informações dos fóruns
1100 existentes sobre o funcionamento e financiamento de suas atividades para posterior debate nessa
1101 Comissão. 3.15 Sugerir inclusão de dados cadastrais dos Fóruns com atuação nas três esferas de
1102 governo, no CAD/SUAS Via Conselhos. 3.16 Sugerir aos Conselhos que divulguem suas ações e
1103 debates junto aos Fóruns. 3.17 Enviar memorando do CNAS apontando dados do Censo
1104 SUAS/Conselhos e sugerindo inclusão da dotação orçamentária que viabilize o funcionamento dos
1105 CAS para o cumprimento da lei pelos gestores no pacto de aprimoramento da gestão estadual do
1106 SUAS. 3.18 Enviar ofício ao CONGEMAS e FONSEAS sugerindo orientações aos gestores sobre os
1107 desdobramentos do artigo 30 da LOAS e a garantia de dotação orçamentária que viabilize o
1108 funcionamento dos Conselhos de Assistência Social para o cumprimento da lei pelos gestores. 3.19
1109 Enviar memorando a Secretaria Nacional de Assistência Social solicitando que o tema dotação
1110 orçamentária, destinado aos Conselhos de Assistência Social seja contemplado no Plano Nacional
1111 de Capacitação. 3.20 Sugerir à SNAS/MDS, CONGEMAS e FONSEAS que inclua a discussão a
1112 cerca da implantação da secretaria executiva para assessoria técnica aos Conselhos mas eventos a
1113 serem realizados pelos mesmos. 3.21 Enviar ofício ao CONGEMAS e FONSEAS recomendando
1114 que reforcem junto aos gestores da assistência social a importância de reestruturar as Secretarias
1115 Executivas dos Conselhos Municipais da Assistência Social, Conselhos Estaduais da Assistência
1116 Social e CAS/DF. 3.22 Solicitar à Secretaria Nacional de Assistência Social, por meio do
1117 DG/SUAS Coordenação Geral de Apoio ao Controle, Social e à Gestão Descentralizada do SUAS
1118 que elabore orientações aos gestores e Conselhos sobre as questões que devem constar no Plano de
1119 Ação da Assistência Social que permitirá o pleno funcionamento dos CAS, incluindo gastos com
1120 execução de suas atribuições competências 3.23 Incluir previsão orçamentária para

1121 execução/publicação do documento Perguntas e Respostas para distribuição. 3.24 Incluir previsão
1122 orçamentária para execução a produção de DVD com tecnologia acessível. 3.25 Sugerir ao
1123 CONGEMAS e FONSEAS que Orientem aos COEGEMAS a divulgação, junto aos Conselheiros
1124 Municipais de Assistência Social, das pautas, atas e pactuações realizadas nas Comissões
1125 Intergestoras. 4 Informes da coordenação de acompanhamento aos Conselhos: A Coordenação
1126 informa: Os documentos/informe encaminhados no mês de agosto aos Conselhos e Conselheiro de
1127 assistência social a saber: Data do envio, 27/08/2012. Ofício Circular nós°270/2012 SE/CNS/MS
1128 que versa sobre o projeto, laboratório de inovação sobre participação e controle social na
1129 elaboração e monitoramento das políticas, ações e serviços de saúde. Demanda enviada por
1130 deliberação da plenária de agosto de 2012. Data do envio: 28/08/2012. A Secretaria Nacional de
1131 Renda de Cidadania, SENARC, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS
1132 divulga os cursos de capacitação EAD índice de gestão descentralizada municipal IGDN e índice
1133 de gestão descentralizada estadual Índice de Gestão Descentralizado que estão disponíveis no
1134 portal EAD/MDS no endereço eletrônico www.mds.gov.br/ead. Demanda enviada por SENARC em
1135 agosto de 2012. Data do envio: 23/08/2012. Decreto n° 7788 de 15/08/2012 que regulamenta o
1136 fundo nacional de Assistência Social instituída pela lei 8742 de 07/12/1993 que dá outras
1137 providências. Demanda enviada por deliberação da plenária de agosto de 2012. Data do envio:
1138 27/08/2012, faltando quatro dias. 21/08/2012 faltando 10 dias, prazo prorrogado. Prazo para
1139 preenchimento do plano de ação 2012 e o demonstrativo da execução física e financeira 2001. 11
1140 Demanda enviada por deliberação plenária de julho e agosto de 2012. Data do envio: 26/07/2012.
1141 Preenchimento do formulário eletrônico para apreciação sobre as entidades de Assistência Social e
1142 os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos Conselhos de
1143 Assistência Social. Demanda enviada por deliberação plenária de julho e agosto 2012, Data do
1144 envio 05/09/2012. Pauta da 204° Reunião Ordinária do CNAS. Encaminhamentos: 4.1 Divulgar ao
1145 (ininteligível) do CNAS um link do site do MDS que divulga as apresentações realizadas no
1146 seminário de gestão financeiro do SUAS. 5 Pauta da reunião do mês de outubro. 5.1 Discutir o
1147 documento com orientações aos Conselhos Assistência Social com estratégias para o cumprimento
1148 da determinação de utilização de número mínimo 3% do GD/SUAS e do Programam Bolsa Família
1149 para o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social contando com a colaboração da
1150 Secretaria Nacional de Assistência Social, CNAS, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania,
1151 SENARC, e o Fundo Nacional de Assistência Social FNAS. 5.2 Definir cronograma mensal com
1152 temas a serem abordados em matérias para disseminação. (intervenção fora do microfone)
1153 Desculpa. Definir cronograma semestral. 5.3 Discutir orientações aos CAS para desenvolver ações
1154 para mobilização dos segmentos para participação no controle social do SUAS. 5.4 Definir
1155 questões que devem constar no documento com orientações para discussão e construção do Plano
1156 de Ação dos CAS. 5.5 Definir fluxos de repasse de informações das discussões da CIT junto as
1157 Secretarias Executivas dos CAS. 6 Definição de tema e convidados para a oficina temática de
1158 outubro. Tema: O papel dos Conselhos de Assistência Social no controle social do programa Bolsa
1159 Família nos municípios onde não há atuação das instâncias de controle social exclusiva do
1160 programa Bolsa Família. (intervenção fora do microfone) Onde há a atuação. Convidados
1161 Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, SENARC, Fundo Nacional de Assistência Social,
1162 FNAS. 7 Oficina de trabalho de setembro. Tema: Apresentação dos dados comparativos do Censo
1163 SUAS, Conselhos de 2010 e 2011. Convidado: Hugo Miguel Pedro Nunes, da coordenação gera de
1164 Vigilância Social do SUAS, Departamento de gestão do SUAS SNAS. Verifica-se uma melhora
1165 significativa na situação dos Conselhos com destaque para atualização das leis de criação dos
1166 Conselhos, previsão de recursos para funcionamento, funcionários na Secretaria Executiva e
1167 outros. Pode-se atrelar a essas melhoras a atuação do CNAS na elaboração de documentos e

1168 *orientações a cerca do funcionamento e atuação dos Conselhos e as orientações para atualização*
1169 *das leis de criação dos CAS. Verificam-se, também, alguns pontos que devem ser aprofundados*
1170 *pela Comissão, tais como o número ímpar de Conselheiro titulares representação da sociedade*
1171 *civil, ainda com indicação do poder público e realização de reuniões semestrais e anuais.*
1172 *Encaminhamento: Encaminhar apresentação aos Conselheiros depois CNAS. Margareth Alves*
1173 *Dallaruvera, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos de Assistência*
1174 *Social.”. A Presidenta passou ao Item 1, com o Conselheiro Wagner indicando que a Comissão de*
1175 *Normas tinha como meta no seu plano de ação a questão de apresentação do estudo do processo de*
1176 *escolha dos representantes da Sociedade Civil nos CAS, podendo tratar do tema conjuntamente,*
1177 *sendo acatada sua proposta. Prosseguindo, o Conselheiro Wagner observou que para discutir o*
1178 *processo de eleição da Sociedade Civil havia sido feita consulta pública e outras ações, observando*
1179 *que o trabalhador ainda estava se organizando nesses municípios de p1 e p2 e usuários, tendo uma*
1180 *boa proposta da Comissão de Normas e que poderia ser acatada futuramente. A Conselheira Leila*
1181 *manifestou que gostaria de ver a possibilidade de o documento de análise da consulta pública ser*
1182 *socializado com os Conselheiro, demanda existente desde 2011. A Conselheira Margareth*
1183 *esclareceu para o Conselheiro Wagner que estavam atentos à reflexão que havia feito, estando nos*
1184 *encaminhamentos no item 3.8, e que a Resolução 237 estava presente, sendo estudada juntamente*
1185 *com o material da consulta pública. Em não havendo mais nenhuma colocação, a Presidente*
1186 *considerou o item um aprovado pelo Pleno. Item dois, operacionalização das reuniões*
1187 *regionalizadas do CNAS com os Conselhos Estaduais e Conselho de Assistência Social do Distrito*
1188 *Federal. O Conselheiro Wagner indagou se o resultado do Censo SUAS, já havia sido enviado para*
1189 *os Conselhos Estaduais, para que chegassem na reunião regionalizada com propriedade e poder*
1190 *participar ativamente das discussões. A Conselheira Leila, observando que uma das pautas e a*
1191 *discussão das orientações para mobilização e eleição das Conferências de Assistência Social em*
1192 *2013 e a última regionalizada seria em julho, ponderou se esses tempos não ficam descompassados*
1193 *para essa discussão e para essa orientação, considerando que as Conferências Municipais*
1194 *aconteceriam desde maio. O Conselheiro José da Cruz, no item 2, aprovou a estratégia de encontros*
1195 *regionais, que dava resultados bastante positivos, sugerindo que a Região Sul e Sudeste fizessem*
1196 *um encontro conjunto. No último parágrafo do item calendário, indicou o ajuste da redação: “E a*
1197 *Região Sul ficou como primeira tendo em vista a situação apresentada pela Secretaria Nacional*
1198 *que o estado com municípios que não aderiram ao SUAS.” Sabendo-se que essa região Sul era das*
1199 *que tinha o maior número de municípios que não aderiram ao sistema, registrando em ata essa*
1200 *correção. A Conselheira Aldenora indicou o item: “Formas de registro das reuniões.” e “Para essa*
1201 *ação deve se contratar consultores.” que havia sido colocado para a reunião de outubro, visto não*
1202 *ter sido debatido, estando incluído no documento por engano. A Presidenta esclareceu para o*
1203 *Conselheiro Wagner a Comissão havia solicitado ao CNAS os microdados do Censo 2011,*
1204 *relacionado ao módulo Conselhos. Que a Comissão de Conselhos estava trabalhando em uma*
1205 *apresentação do mesmo a cada Conselho, com o Censo podendo ser visitado no módulo consulta na*
1206 *página da SAGI. O Conselheiro Edivaldo registrou sua satisfação pela informação, porque era*
1207 *muito importante para os Conselhos Estaduais, relatando o que a falta de informações havia*
1208 *ocasionado em um encontro no Mato Grosso do Sul. A Conselheira Margareth, indicou a*
1209 *preocupação da Comissão, no item 3.13: “Enviar os resultados Censo SUAS.”, sendo um dos*
1210 *encaminhamentos. Concordou com a sugestão de reunir as Regiões Sul e Sudeste, levando essa*
1211 *sugestão que atendia, inclusive, a preocupação da Conselheira Leila, da questão do prazo, o que*
1212 *poderia ser definido na reunião de outubro, entendendo como acatada essa proposição. A Presidenta*
1213 *observou que, em não havendo nenhuma intercessão, considerava aprovado pelo Pleno o item da*
1214 *Comissão. Com relação ao 3º item, sobre a agenda da execução do Plano de Ação da Comissão, o*

1215 Conselheiro Wagner indicou que o ponto 3.8 Presidenta trazia o envio de ofício ao CONGEMAS e
1216 FONSEAS solicitando ampla divulgação da resolução devido ao advento da LOAS, ponderando
1217 que a mesma necessitava de revisão, conforma já haviam discutido. Discorreu sobre sua
1218 preocupação com municípios de p1 e p2, sendo preciso estudar uma forma de composição de
1219 Conselho, e os quais solicitavam esclarecimentos e, se possível, um manual de normatização
1220 periodicamente. O Conselheiro Charles ponderou que esse estudo seria aprofundado, levando à
1221 Comissão de Normas para fazer a reformulação geral. O Conselheiro José da Cruz indicou o item
1222 3.3, “*É função da Comissão encaminhar a Presidência ampliada a proposta e edição de boletim...*”,
1223 solicitando esclarecimentos se era função da Comissão, traduzir em matéria e organizar conteúdos
1224 para o boletim. Indicou o item 3.14, indagando qual era a finalidade desse debate. A Conselheira
1225 Margareth esclareceu que haviam ficado de levar para um debate na Presidência Ampliada a
1226 necessidade de trazer as informações em um boletim, questão que havia evoluído, com a Presidenta
1227 encaminhando a nível de comunicação do CNAS, criando um Boletim SUAS Informa, discorrendo
1228 sobre sua importância para levar informações aos Conselhos. Em relação à questão do item 3.14, na
1229 meta, um ponto do Plano de Ação já apresentado, que era assegurar que os Conselhos cumprissem
1230 suas funções enquanto instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição
1231 paritária, discorrendo sobre essa deliberação. O Conselheiro José da Cruz observou que a estratégia
1232 não estava convergindo com a ação, que era fortalecer a paridade nos Conselhos de Assistência
1233 Social. A Conselheira Margareth esclareceu o que o documento trazia, mapeando os Fóruns
1234 existentes em âmbito municipal, estadual, do DF e nacional, usuários trabalhadores de entidades e
1235 Fóruns da Assistência Social, para que pudessem conhecer esses organismos. O Conselheiro José da
1236 Cruz observou que essa estratégia poderia ser amadurecida, mas que não conseguiria apoiar a
1237 Comissão para alcançar essa meta, devendo se fortalecer a participação dos usuários, dos
1238 trabalhadores nos Conselhos, mas não fazendo esse mapeamento. A Presidenta sugeriu que perto do
1239 3.14, poderiam colocar aprofundar o debate acerca dessa estratégia, com a concordância da
1240 Conselheira Margareth. Em não havendo mais nenhuma colocação, a Presidenta considerou
1241 aprovada a agenda de execução do Plano de Ação da Comissão. Indicou o ponto 5, sobre os
1242 informes e a pauta da reunião do mês de outubro, sendo aprovado pelo Pleno. No item 6,
1243 “Definição de tema e convidados para a oficina temática de outubro.” o Conselheiro José da Cruz
1244 esclareceu que, conforme conversado na Presidência Ampliada, era importante socializar com todos
1245 Conselheiro que na parte da tarde, o Conselho receberia a nova Norma Operacional Básica, do
1246 SUAS, e que nesse momento todas as Comissões pautassem a discussão da NOB/SUAS ao invés de
1247 trazer convidados ou outras pautas. Que isso seria colocado no relato da Comissão de Política, mas
1248 apresentariam uma metodologia de discussão da NOB/SUAS no Conselho. O Conselheiro Wagner
1249 solicitou que recebessem o material com antecedência, para que pudessem estudar o assunto, com
1250 essa NOB sendo um marco histórico. A Conselheira Margareth esclareceu que a Comissão estava
1251 sugerindo que essa apresentação fosse para todas as Comissões, com todos entendendo a
1252 importância do debate da NOB, mas com esse debate acontecendo em dezembro, mas que seria
1253 definida essa data na próxima reunião, com a Presidência Ampliada debatendo ainda nesse mês a
1254 NOB. A Presidenta, em não havendo mais nenhuma colocação, considerou aprovada pelo Pleno a
1255 Memória da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.
1256 **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião, convidando a todos que retornassem no dia
1257 seguinte às 9h, com o Conselheiro Anderson justificando sua ausência no dia seguinte.
1258 **ABERTURA.** A Presidenta reiniciou a 204ª Reunião Ordinária do CNAS, dando as boas vindas aos
1259 presentes e indicando a pauta a ser trabalhada, solicitando à Secretária-Executiva a conferência do
1260 quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Luziele Maria Tapajós, Conselheiro
1261 José Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Aparecida Rampim, Conselheiro José Ferreira da

1262 Crus, Conselheira Leira Pizzato, Conselheiro Wagner Carreiro de Santana, Conselheiro Volmir
1263 Raimondi, Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoy
1264 de Faria, Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Conselheira Márcia de Carvalho Rocha,
1265 Conselheira Nilsia Lurdes dos Santos. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Fábio Bruni,
1266 Conselheiro Charles Pranke, Conselheira Cláudia Faquinote e Conselheiro Carlos Rogério de
1267 Carvalho Muniz. **Item Apresentação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras**
1268 **drogas pelos Ministérios da Justiça, Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** A
1269 Presidenta agradeceu a presença da representação da Casa Civil, chamando o representante do
1270 Ministério da Saúde, Dr. Leon de Sousa Lobo Garcia, Coordenador-Substituto da área técnica de
1271 saúde mental pelo Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, Sra. Regina
1272 Mique, ou a sua representação; Sra. Cristina Vila Nova, diretora do Departamento de Políticas,
1273 Programas e Projetos. Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, Sra. Kátia Chagas ou sua
1274 representação, Sr. Aldo Azevedo, Coordenador-Geral de Prevenção, Tratamento e Reinserção
1275 Social. Secretaria Executiva Adjunta do Ministério da Justiça, Rodrigo Faria, secretário executivo
1276 adjunto e Sra. Heloína Fonseca, assessora da Secretaria-Executiva Adjunta. Convidou para compor a
1277 mesa a Dra. Nina, da Casa Civil, e a Sra. Salete Camba, da Secretaria Nacional de Promoção e
1278 Defesa dos Direitos Humanos da SDH. A Dra. Nina se apresentou aos presentes, relatando seu
1279 trabalho na Casa Civil. A Presidenta falou sobre a composição do CNAS e as bancadas
1280 representadas, ampliando e debatendo a política de Assistência Social nesse Conselho. Indicou que
1281 a Dra. Nina faria a coordenação dos trabalhos, que informou que falaria sobre a organização da
1282 estruturação do programa, Crack é Possível Vencer, e depois cada Ministério faria colocações sobre
1283 as principais ações a partir dos eixos com os quais o programa estava organizado. A seguir, passou
1284 a apresentar o histórico do plano, lançado pela Presidenta Dilma e nascido pela discussão entre
1285 governo, Assistência Social e áreas pertinentes. Relatou que a orientação da Presidenta era no
1286 sentido de que estruturassem projetos, programas, planos de governo que conseguissem garantir a
1287 estruturação de uma política pública de estado e não necessariamente uma política pública exclusiva
1288 de governo. Destacou que o primeiro desafio havia sido como articular as diferentes tendências
1289 sobre o tema, considerando a sua complexidade. Informou que ainda não poderiam avaliar os
1290 resultados desse projeto, com a Casa civil tendo que buscar dados junto aos órgãos envolvidos, para
1291 informar à Presidenta. Discorreu sobre a articulação existente entre os envolvidos, colocando as
1292 dificuldades existentes, mas com esse trabalho visando o atendimento completo do usuário, com
1293 comprometimento de todos. Falou sobre a assinatura dos termos de adesão dos municípios e seu
1294 comprometimento na implantação desses comitês, realizando-se debates com a sociedade e os
1295 Conselhos nacionais e da Sociedade Civil, propiciando o processo de monitoramento da execução
1296 desse projeto dentro do município. A Dra. Nina falou sobre o monitoramento desse programa,
1297 realizando-se nesse momento oficinas nos estados, e a prioridade era com os 12 estados que já
1298 haviam assinado o termo de adesão. Na sequência, o Sr. Leon de Souza Lobo Garcia, do Ministério
1299 da Saúde, passou a se referir ao material em tela, discorrendo sobre os três eixos que o projeto
1300 estava articulado e os resultados do processo de elaboração desse plano. Falou sobre o grande
1301 problema que o crack representava, mas que esse projeto também se estendia às demais drogas,
1302 lícitas e ilícitas, como também da necessidade de ampliação da rede de serviço. Ponderou que esse
1303 plano partia do princípio que a rede de serviço para atendimentos às pessoas com dependência era
1304 deficiente, discorrendo sobre as reestruturações que vinham sendo feitas na área da saúde, deixando
1305 a rede de SUS preparada e integrada para ofertar esses serviços. Falou sobre o contexto social em
1306 que essas pessoas estavam inseridas, com o impacto do uso de droga variando conforme a
1307 vulnerabilidade social dessa pessoa, discorrendo sobre essa situação que afetava não somente ao
1308 usuário, mas também à sua família. Falou sobre as políticas já existentes para a população de rua e

1309 que seriam reforçadas, copara tratamento especializado. O Sr. Leon falou sobre os serviços que
1310 estariam disponíveis, proporcionando saúde para todos, com a oferta dos atendimentos necessários
1311 com equipes volantes e acolhimento dessas pessoas, sendo acompanhadas pela CAPS. Indicou que
1312 a política era estimular a internação em hospital geral, por terem todas as especialidades
1313 necessárias, informando os recursos que seriam repassados, ademais de parcerias com o SUS e com
1314 a rede de Assistência Social mais próxima da saúde junto com os CAPS com conjunto da rede de
1315 atenção psicossocial. Observou que essa ampliação de serviços e contratação de novos profissionais
1316 precisava estar apoiada na formação, na capacitação dos profissionais, existindo uma parceria
1317 grande com a SENAD, que tinha tradição de formação no campo da dependência a drogas, como
1318 também ofertas do Ministério da Saúde, arrazoando sobre a ampliação da oferta de formação para
1319 os profissionais da área. Falou sobre a integração e ampliação dos serviços, relatando as ações que
1320 estavam sendo feitas, tendo passado da fase de pactuação da ampliação dos serviços e iniciando a
1321 integração do trabalho das redes envolvidas nesse programa. Relatou o encaminhamento de que
1322 fossem formados fóruns locais nas regiões administrativas do município de Maceió, com encontros
1323 regulares entre os representantes de diversas redes para discutir todas as ações envolvidas.
1324 Concluindo, colocou que era preciso ter garantido ao usuário o acesso a saúde, mas também à
1325 Assistência Social e suas iniciativas. A Presidenta informou a chegada da Dra. Kátia e Dr. Aldo, da
1326 SENAD, dando-lhes as boas vindas. A seguir, passou a palavra para a Secretária Denise Colin, que
1327 cumprimentou os presentes e manifestou sua satisfação, discorrendo sobre a articulação entre as
1328 áreas, proporcionadas pela saúde e Assistência Social, indicando as atribuições de cada uma delas.
1329 Observou que a realização de oficinas facilitaria a realização desse programa, com a Assistência
1330 Social junto com a saúde desde a abordagem dessa população nas ruas ou nas suas residências, com
1331 essa equipe vinculada ao CRAS, informando o que estava sendo feito dentro dos Centros. Indicou o
1332 centro de atenção à população de rua, os centros POPS que se dedicavam especificamente a esse
1333 público, indicando os procedimentos que iam sendo tomados conforme sua recuperação. A
1334 Presidenta passou a palavra para a Dra. Cristina Villanova, diretora do Departamento de Políticas,
1335 Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública, SENASP, Ministério da Justiça,
1336 que se apresentou e agradeceu pelo convite. Relatou serem responsáveis pelo eixo autoridade, com
1337 enfrentamento ao tráfico de drogas e ao crime organizado, e também de intervenção nas cenas de
1338 uso. Discorreu sobre o relevante papel que desempenhavam nessa luta, observando que em todas as
1339 ocasiões, havia sempre um chamado aos profissionais de segurança pública, mas que percebiam que
1340 eram poucas as vezes que tinham um papel mais forte, mais participante, a não ser nas situações que
1341 os usuários eram ameaçados pelo crime organizado. Que para esse projeto deveriam ter uma
1342 discussão conjunta, inclusive como essa intervenção deveria ser feita, apesar de terem um dever
1343 legal muito diferenciado das áreas de Assistência e de saúde, tendo inclusive, papel de sigilo e de
1344 respeito ao usuário de drogas e de confidencialidade em muitos casos. Esclareceu como se dava
1345 esse procedimento, a criteriosa seleção dos profissionais que atuariam nesse programa, construindo
1346 conjuntamente com o Ministério da Saúde e da Assistência Social, e também da Secretaria de
1347 Direitos Humanos, todo o cronograma de formação desses profissionais, que era presencial e
1348 coordenada diretamente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, esclarecendo como era todo
1349 esse procedimento e como havia sido elaborado. Discorreu sobre a necessidade de integração das
1350 políticas públicas, que trazia melhores e mais rápidos resultados, mobilizando os estados a partir da
1351 Secretaria de Segurança Pública, falando sobre os espaços urbanos seguros. A Dra. Cristina
1352 prosseguiu, falando sobre a atuação articulada entre as áreas de saúde, Assistência Social e
1353 segurança, orientação de usuários para serviços de acolhimento e tratamento. Arrazoou sobre as
1354 oficinas de alinhamento conceitua, esclarecendo como as mesma vinham facilitar a integração e
1355 conhecimento das ações a serem implementadas, respeitando os princípios de diretrizes que

1356 estavam trabalhando. Esclareceu como era feito o atendimento ao usuário de drogas, sendo que o
1357 serviço que o recebia e tinha o primeiro contato com a pessoa, continuava sendo responsável pelo
1358 usuário que estava em uma rede de atenção e cuidado, com constante monitoramento e avaliação.
1359 Esclareceu que essa orientação partia do eixo autoridade e também dessa ação compartilhada, entre
1360 a saúde e Assistência Social. Ressaltou que os profissionais tinham uma atuação específica, de
1361 implantação nos locais, de policiamento de proximidade ostensiva, sendo capacitados para esse
1362 atendimento, inclusive de uso diferenciado da força, baseado em princípios de direitos humanos, de
1363 utilização de equipamentos de menor potencial ofensivo. Que essa doutrina havia sido criada a
1364 partir de um acordo de cooperação celebrado entre a CENASPE e a Secretaria de Direitos Humanos
1365 da Presidência da República, com toda uma metodologia diferenciada, ademais de o próprio usuário
1366 escolher o tipo de tratamento que queria receber e se queria ou não aderir ao sistema. Que existiam
1367 outros profissionais que tem técnicas e conhecimento muito mais apropriado para fazer essa
1368 intervenção junto aos usuários de drogas. Concluindo, a Dra. Cristina relatou como se dava esse
1369 trabalho de identificação e prisão de traficantes, com ações integradas da Polícia Federal e do
1370 Estado, para gente poder identificar e prender os traficantes especificamente que abasteciam de
1371 drogas as cenas de uso. A Dra. Cátia passou a falar sobre ações da SENAD, que estavam centradas
1372 principalmente no eixo de prevenção, que contemplava as capacitações, a disseminação de
1373 informações e orientações sobre drogas, com essas estratégias preventivas estando presentes nas
1374 outras políticas. Falou sobre a prevenção nas escolas, capacitação específica para educadores,
1375 ademais da capacitação de diferentes profissionais para atenção ao usuário de drogas. Falou sobre
1376 os Centros Regionais de Referência, vinculados a universidade e tendo como objetivo a formação
1377 permanente de profissionais, discorrendo sobre o trabalho realizado e a manutenção desses centros.
1378 Falou sobre a disseminação das informações e orientações sobre drogas, tendo um site e o serviço
1379 telefônico gratuito de orientações e informações sobre drogas, dispondo de consultores
1380 especializados. O Dr. Leon agradeceu à Conselheira Nilsia por colocar com clareza a necessidade
1381 de sempre se considerar os determinantes sociais da saúde e da doença, levando em consideração
1382 questões como gênero, cor, nível educacional, renda, existindo informações que influenciavam no
1383 processo saúde e doença. Falou sobre a pesquisa que estava sendo feita sobre drogas e que havia
1384 sido publicada, mas ainda não tinham seus resultados completos, apenas que o uso do crack havia se
1385 disseminado no conjunto da população da sociedade brasileira. Discorreu sobre o impacto que isso
1386 tinha na saúde, sendo proporcional ao nível de vulnerabilidade social daquela pessoa, tendo que
1387 ficar atentos a esses grupos. Falou sobre a disseminação e aumento no uso de outras drogas, saindo
1388 de grandes cidades e passando também para a área rural, mas ainda não se conhecendo essa
1389 proporção. Observou que o debate da droga vinha sendo vinculado à restrição de direitos como uma
1390 solução para o problema da droga, com o governo chegando com força para recolocar esse debate
1391 dentro dos eixos na garantia de direitos. Citou as colocações de que esse plano era para o futuro,
1392 mas o que estava sendo feito agora, a preocupação com a questão mais imediata, já tinha resultados
1393 concretos, citando os progressos que estavam sendo feitos. Com relação ao falado sobre a geração
1394 perdida, discordava sobre o uso desse tipo de denominação para as pessoas que tinham identidade e
1395 uma vida, trabalhando-se com essas pessoas em primeiro lugar. Prosseguiu, falando que o Ministro
1396 Padilha usava o paralelo da AIDS para falar da questão do crack, com o mesmo desconhecimento
1397 devendo ser enfrentado na questão do crack. Falou sobre as grávidas que faziam uso de droga, com
1398 a oferta da saúde sendo um cuidado integral para todas as situações, relatando uma situação sobre as
1399 mães, usuárias de crack, que perdiam a guarda de seus filhos. O Dr. Leon falou sobre outros
1400 programas, pretendendo-se criar uma capilaridade entre esses projetos, alcançando melhores e
1401 maiores resultados. Destacou que, conforme colocado pela Dra. Cristina, que a política com relação
1402 no campo da saúde, da assistência social, da segurança, havia sido anunciada pela Presidente da

1403 República, estava sendo difundida e apostava na valorização na garantia dos direitos e
1404 principalmente na busca de construção de autonomia por parte do usuário. Que construir autonomia
1405 pressupunha respeitar e ver o outro como um ser diferente com suas possibilidades e singularidades
1406 e ajudá-lo nessa construção, sendo contrário a medidas compulsórias de tratamento ou de
1407 recolhimento de qualquer natureza. A Secretária Denise informou que seria distribuído um material
1408 que contava um pouco da trajetória do CONANDA em construir de forma inter-federativa e inter-
1409 setorial o enfrentamento ao crack e outras drogas. Relatou que as ações que estavam apresentando
1410 eram de atuações diretas nessa temática, com as ações dos demais organismos se complementando,
1411 discorrendo sobre os diversos pontos abordados. Falou sobre as iniciativas aplicadas nos estados,
1412 com a necessidade de a sociedade, a importância do acompanhamento dos Conselhos em monitorar
1413 essas ações e de estar pressionando para que fossem adotadas aquelas que tivessem maior eficácia e
1414 que respeitassem a integridade de cada um dos cidadãos. Discorreu sobre a questão cultural,
1415 havendo um movimento na sociedade que cobrava a repressão do poder público, com o próprio
1416 sistema de justiça se mostrando favorável a essa atuação. Manifestou-se a favor dessa mobilização,
1417 colocando-se à disposição do MEC, para discutir a questão e que os Conselhos se mobilizassem nos
1418 estados e nos municípios para que adotassem essa outra lógica de atuação na área. A Conselheira
1419 Maria Aparecida, dirigindo-se ao representante do Ministério da Saúde, esclareceu o uso do termo
1420 geração perdida, e que se não acreditassem na melhoria das pessoas, não estaria presente nesse
1421 Pleno. Discorreu sobre o trabalho que realizava na área da saúde, relatando as condições que
1422 encontrava e o atendimento prestado, falando de uma realidade que precisava ser tratada.
1423 Considerou muito importante a existência da política e de um programa inter setorial, com as
1424 diversas secretarias e ministérios, mas que o que havia sido colocado pela segurança, somente se
1425 realizaria dentro de dez anos, sendo necessária uma mudança de cultura. Conclui, esclarecendo que
1426 como trabalhadores ou Sociedade Civil e principalmente da CUT, não estavam dando sentença de
1427 morte, mas sim trabalhando para a recuperação das pessoas e que isso não acontecesse. O Doutor
1428 Leon se considerou esclarecido e aliviado de entender o sentido dessas palavras. A Presidenta
1429 solicitou à Secretária Denise e Doutor Leon que fossem portadores dos agradecimentos aos
1430 convidados, sendo acatado o encaminhamento da Conselheira Maria Aparecida de se retomar essa
1431 questão com mais especificidade, sobre o tema, o qual poderia ser abordado nas Conferências, com
1432 o CNAS estando à disposição. O Conselheiro Wagner solicitou que o CNAS fizesse um
1433 levantamento de quantos programas de âmbito nacional o governo tinha, citando alguns como o
1434 Brasil sem Miséria, combate ao Crack, Viver sem Limite, etc. e que gostaria de saber se essas
1435 informações estavam sendo cruzadas. A Presidente falou que solicitaria à Comissão de Política que
1436 trabalhasse essa questão, considerando ser essa uma demanda muito ampliada. **Item Relato da**
1437 **Comissão de Financiamento.** O Conselheiro Volmir solicitou ao Conselheiro José Geraldo que
1438 procedesse à leitura da *“Memória de reunião. Comissão de financiamento e orçamento da*
1439 *assistência social. Reunião 003 de 2012. Data 11/09/2012. Horário das 9h às 12h. Local anexo A*
1440 *do bloco F, sala 111. Conselheiro presentes, Volmir Raimondi Coordenador da Comissão, José*
1441 *Geraldo França Diniz, Dóris Margareth de Jesus, Marcilio Marquezini Ferrari, ausência*
1442 *justificada Fábio Moassab Bruni, convidado Adailton Amaral Barbosa Leite Assessor do Gabinete*
1443 *da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, ouvinte Meire Lucia A. S. Faz Conselho*
1444 *Estadual do Tocantins, Secretaria Executiva do SNAS Jamile Callado, Mirian Li Dantas e Suzani*
1445 *Gonçalves. Informe. um informes. Um ponto um. Projeto de lei orçamentária anual 2013 PLOA*
1446 *2013. O assessor da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, Adailton Leite, apresentou*
1447 *comparativo, em anexo, entre a estimativa apresentada em 20 de julho de 2012 neste Conselho e a*
1448 *proposta encaminhada ao Congresso Nacional pelo Ministério do Planejamento Orçamento e*
1449 *Gestão. De acordo com a estrutura do plano (ininteligível) anual 2012, 2015, o SNAS executa o*

1450 programa temático 2037, fortalecimento único da assistência social suas e juntamente com a
1451 Secretaria de Direitos Humanos executam os objetivos 0829 PET, o programa temático 2037
1452 contempla cinco objetivos, 0282 serviço de proteção e social básica, 0370 serviço de proteção
1453 social especial, 0371 benefícios BPCRNIV e benefícios eventuais. 0372 gestão e vigilância social e
1454 0373 controle e participação social. O objetivo 0371, os benefícios referem-se aos pagamentos dos
1455 benefícios da renda mensal vitalícia e do benefício de prestação continuada, portanto, despesas
1456 obrigatórias tendo apenas seus valores ajustados pelo Ministério do Planejamento Orçamento e
1457 Gestão. Em comparação com projeto de lei orçamentário de 2012 houve um reajuste positivo em
1458 torno de 11,28% para 2003. O objetivo 0282 serviços de proteção social básica é composto por
1459 três ações, A2 A60 serviço de proteção social básica e a 2B30 estruturação da rede de serviços,
1460 20V5 ações complementares a ser suas. Para a ação 20 a 60 houve um incremento de R\$
1461 100.000.000,00, entre a estimativa apresentada ao SNAS e a proposta encaminha ao Congresso
1462 Nacional que deverá ser aplicado no raleamento do serviço de convivência. Para a ação 2B30 foi
1463 mantido o mesmo valor de R\$ 86.186.382,00 que serão suficientes para o atendimento das metas
1464 do Brasil sem Miséria e para a ação 20V5 foi previsto o valor de R\$ 120.000.000,00 o que garante
1465 a implementação do programa. O objetivo 0370 serviço de proteção social especial é integrado
1466 pelas ações 2A65 serviço de proteção social especial, média complexidade e a 2A69 serviços de
1467 proteção social especial, alta complexidade e 2B31 estruturação da rede de serviços de proteção
1468 social especial. A ação 2A65 teve um incremento positivo de 13,87% tendo em vista o cumprimento
1469 de metas do Brasil sem Miséria com a implementação de 356 novos CREAS, 113 novos centros
1470 POPI e a expansão da abordagem social para 1517 CREAS, além da manutenção da rede já
1471 instalada. Para a ação 2A69 ocorreu um incremento de 116% com vistas a qualificação da oferta
1472 de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Na ação 2B31 o valo do PL de 2013 ficou
1473 em R\$ 16.912.500,00 sendo o valor necessário para o disposto no Brasil sem Miséria. As ações
1474 2060 proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho e 862
1475 concessão de bolsa para crianças e adolescentes em situação de trabalho que compõe o PET
1476 tiveram respectivamente um ajuste positivo de 26,85% e a manutenção do valor de R\$
1477 30.000.000,00. O objetivo 0372 gestão e vigilância social é formado pelas ações 8893, apoio à
1478 organização, gestão e vigilância social no SUAS e 8893... Deve estar errado aqui. Não deve ser o
1479 mesmo código. Apoio e organização, gestão e vigilância social no SUAS. A ação alocada na SNAS
1480 teve um reajuste positivo de 12,8% e os recursos alocados do fundo nacional de assistência social
1481 que são aqueles referentes ao índice de gestão descentralizada do SUAS e IGD suas foi mantido o
1482 valor de R\$ 170.999.000,00. Por fim, para o objetivo 0373, controle e participação social no qual
1483 está a ação 8249, funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, foi encaminhado ao
1484 Congresso Nacional a proposta no valor de R\$ 9.011.483,00. Em síntese, conforme quadros
1485 resumem em anexo, houve aumento entre a estimativa apresentada pela SNAS em 20 de julho de
1486 2012 neste Conselho e a proposta do PL em 2003 enviado ao Congresso para o orçamento da
1487 assistência social, passou de R\$ 35.420 mil reais... (intervenção fora do microfone) R\$ 35 bilhões.
1488 Está certo, é porque aqui está falando o total da proposta na verdade. R\$ 35.420.291.304,00 para
1489 R\$ 35. 903.756. 821,00. Um ponto dois. Memo Gab. SNAS Ministério do Desenvolvimento Social e
1490 Combate a Fome numero 1686. A Comissão tomou conhecimento da resposta encaminhada pela
1491 SNAS referente à solicitação da análise da criação de plano orçamentário específico para
1492 mulheres vítimas de violência nas ações 2A65, serviço de proteção especial social de média
1493 complexidade e 2A69 serviço de proteção especial social de alta complexidade que integram o
1494 programa 2037 fortalecimento do sistema único da assistência social suas de responsabilidade
1495 daquela secretaria. Encaminhamento. A comissão de financiamento sugere à plenária fazer uma
1496 consulta a secretaria especial de mulheres sobre o tema. Dois: definição de temas prioritários as

1497 serem discutidos entre a comissão de financiamento e orçamento da assistência social e o fundo
1498 nacional de assistência social FNAS. Com base no estudo dos planos de ação das quatro comissões
1499 temáticas realizadas pela Secretaria-Executiva no qual foi identificada assuntos que possuem
1500 interfaces com outras Comissões e em conformidade com o plano de ação da Comissão de
1501 Financiamento, foi definido a seguinte pauta para a reunião com o FNAS no mês de outubro.
1502 Metodologia utilizada para a elaboração da nota explicativa apresentada a comissão de
1503 financiamento. Revisão, aprimoramento do manual orientador aos Conselhos municipais de
1504 assistência social elaborada em conjunto pelo FNAS e o SNAS. Subsídios para a elaboração de
1505 orientação aos Conselhos de assistência social sobre os mecanismos de repasse de recursos do
1506 FNAS para os estados e municípios com o respectivo controle em nível municipal conforme prevê a
1507 LOAS e sobre mecanismos para garantir recursos financeiros humanos e infra-estrutura necessária
1508 para realizar visitas do Conselho nos equipamentos públicos e serviços socioassistenciais, ações
1509 integradas o plano de ação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos a serem realizadas
1510 em conjunto com a Comissão de Financiamento. Encaminhamento. A Comissão de Financiamento
1511 sugere à plenária enviar os integrantes das comissões para conhecimento, o estudo realizado do
1512 plano de ação da comissão de financiamento. Três. Capacitação sobre matéria orçamentária e
1513 financeira. O diretor do departamento de programa sociais da Secretaria de Orçamento Federal,
1514 SOF, o Conselheiro Nacional José Geraldo França Diniz apresentou a capacitação para a
1515 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social sobre a elaboração de orçamento
1516 federal. Quatro. Definição de pauta para o mês de outubro. Análise do relatório de execução
1517 orçamentária e financeira do FNAS, exercício de 2012, terceiro trimestre, relatório trimestral em
1518 cumprimento ao Art. 19, inciso ou item VII da LOAS a agenda com fundo nacional da assistência
1519 social. Cinco. Definição de tema e convidados para a oficina temática para outubro. A comissão
1520 discutiu a pauta para a oficina temática para o mês de outubro e definiu como primeiro convidado
1521 o Secretário Adjunto (ininteligível) institucional da SOF, o Senhor Eliomaro Wesley Rios, para a
1522 apresentação sobre educação fiscal, conforme disponibilidade e agenda e como segundo convidado
1523 em caso de impossibilidade do primeiro, a apresentação sobre planos orçamentários com
1524 representantes da SOF e do MDS. Outros temas foram sugeridos para posteriores pautas das
1525 oficinas temáticas. Nota técnica numero 01 da Secretaria-Executiva que trata sobre o orçamento
1526 da seguridade das unidades da federação. O texto 1724 do IPEA que fala sobre o financiamento e
1527 responsabilidade federativa na política de assistência social e finalmente, o piso de proteção
1528 social, o debate internacional e a experiência brasileira, Eduardo Facnani, Volmir Raimondi,
1529 Coordenado da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social”. O Conselheiro
1530 Volmir indicou o encaminhamento para que a Secretaria Especial das Mulheres fosse ouvida
1531 novamente, porque a explicação que havia chegado não havia sido de total conformidade com a
1532 proposta feita pela Conselheira Dóris, podendo se debater essa questão. Outro encaminhamento
1533 seria a questão da distribuição do documento e a agenda, tendo sido conversado, inclusive, na
1534 Presidência Ampliada da preocupação que tinham em trazer palestrantes para a oficina temática.
1535 Que seria interessante pensar conjuntamente com as outras Coordenações de Comissão para que
1536 alguns temas propostos pudessem ser amplos e escutados por mais Comissões e pessoas. A
1537 Presidenta indicou que a questão das oficinas temáticas havia sido ponto de pauta da Presidência
1538 Ampliada, existindo no relato uma nova proposta para a realização das oficinas temáticas. Informou
1539 que o Conselheiro Ademar Bertuci não aparecia como ausência justificada por não ter informação
1540 oficial sobre sua não participação. Indicou o ponto 1, informes, com o 1.2 tendo um
1541 encaminhamento. Falou sobre o projeto de lei orçamentária anual 2013, registrando que estavam
1542 crescendo R\$ 483.465.517,00 no orçamento da Assistência Social no Brasil. Destacou a
1543 participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, da Sra. Ministra, da Sra.

1544 Secretária Nacional, da equipe da SNAS, com o apoio da Secretaria de Orçamento e Finanças do
1545 Ministério do Planejamento, na pessoa do Conselheiro José Geraldo. Que era preciso, deixar para os
1546 anais desse Conselho esse significativo aumento, questão que teria que ser publicizada para toda a
1547 sociedade. O Conselheiro José Geraldo complementou que a proposta orçamentária encaminhada ao
1548 Congresso Nacional, no que dizia respeito ao MDS, chegava a R\$ 61,8 bilhões de reais, indicando
1549 as despesas discricionárias para o próximo exercício, de quase R\$ 3.000.000.000,00. Esclareceu que
1550 a SOF, era Secretaria de Orçamento e Finanças e atualmente era Secretaria de Orçamento Federal.
1551 A Presidenta agradeceu pelo esclarecimento e pelas sobre as despesas discricionárias, que merecia
1552 destaque. O Conselheiro Volmir registrou o agradecimento da Comissão ao Conselheiro José
1553 Geraldo que havia feito uma exposição durante a sua reunião, com essa apresentação podendo ser
1554 feita a todos os Conselheiros e outra oportunidade. A Presidenta passou para 1.2, - consulta à
1555 Secretaria Especial de Mulheres sobre a temática do plano orçamentário específico para mulheres
1556 vítimas de violência. O Conselheiro José da Cruz indagou quem tratava do serviço de proteção
1557 social especial de alta complexidade e da 2A65 da médica complexidade e sobre o porquê de, fazer
1558 a consulta à Secretaria Especial de Mulheres sobre esse tema. O Conselheiro José Geraldo informou
1559 ter havido uma demanda de criação de um plano orçamentário específico para mulheres vítimas de
1560 violência. Esclareceu ser uma reestruturação do orçamento feito para 2013 depois de um estudo de
1561 mais de seis meses realizado por uma equipe específica da SOF, esclarecendo como esse trabalho
1562 havia sido feito. O Conselheiro José da Cruz registrou ter sido um grande avanço, discorrendo sobre
1563 como o orçamento da Assistência Social era organizado, com esse avanço contribuindo para atender
1564 as necessidades de todos os usuários. Relatou o debate travado com o Ministério do Planejamento
1565 para reordenar o orçamento proporcionando que o município implantasse o SUAS e seus serviços,
1566 com as resoluções desses Conselhos que propiciariam esse avanço. O Conselheiro José Geraldo
1567 concordou com essas colocações, sendo que ideia era que em especial na saúde e na assistência
1568 social não dividissem esse atendimento, por ser extremamente prejudicial na execução da política
1569 pública. O Conselheiro Fabio observou que nesse tema de fazer uma consulta havia ficado um
1570 pouco fora do contexto porque estaria dando conhecimento da resposta institucional do Conselho à
1571 Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Considerava que teria que haver a troca do tema,
1572 destacando esse avanço que havia sido a concepção de piso, de proteção, dizendo que atualmente
1573 tinham os planos orçamentários que a SOF havia instituído diziam respeito aos planos prioritários
1574 do governo, os quais tinham a ver com a expansão de serviços. O Conselheiro Volmir observou ter
1575 sido uma demanda gerada em Plenário levando o financiamento para a Comissão, que não havia se
1576 sentido apta a seguir com o tema e o trouxe de volta ao Pleno, para continuar o debate. Considerava
1577 que dar a conhecer o parecer que haviam feito poderia ser o melhor encaminhamento nesse
1578 momento, colocando essa questão para a presidência, como coordenador. O Conselheiro José da
1579 Cruz concordou que poderia fazer outros grandes debates, avançando com protocolo de
1580 atendimento nos serviços, dando mais visibilidade ao público. Que predominava o atendimento à
1581 mulher na área da Assistência Social, discorrendo que os vários instrumentos existentes
1582 possibilitavam ter mais visibilidade do público a ser atendido, com as mulheres sendo vítimas de
1583 diversas situações. Agradeceu ao Coordenador pelo acolhimento do encaminhamento, devendo ser
1584 dado conhecimento de todas as ações do CNAS. A Presidenta observou o encaminhamento de dar
1585 conhecimento ao Plenário, da justificativa do MDS por não utilizar esse procedimento, com o
1586 mesmo sendo acatado. No item 2, com relação à definição de temas prioritários a serem discutidos
1587 entre a Comissão de Financiamento e no Fundo, com o encaminhamento sendo o envio aos
1588 integrantes da Comissão para conhecimento do estudo realizado no plano de ação, com aprovação
1589 do Pleno. Com relação ao item 4, de definição da agenda com o Fundo Nacional, e no item 5, sobre
1590 a revisão da metodologia das oficinas, não havia nenhum questionamento. A Presidenta, indicando

1591 não ter mais nenhuma observação, considerou aprovada pelo Pleno a Memória da reunião da
1592 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social com o agradecimento ao
1593 coordenador Volmir, ao Coordenador Adjunto e a toda a equipe da Comissão.
1594 **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para
1595 retornarem às 14h. **ABERTURA.** A Presidenta, reiniciando a reunião, solicitou à Secretária-
1596 Executiva a verificação de quórum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Luziele
1597 Maria de Souza Tapajós, Conselheiro Léa Lúcia Cecílio Braga, Conselheiro José Geraldo França
1598 Diniz, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheira Leila
1599 Pizzato, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles,
1600 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoy de Faria, Conselheira Maria do Carmo Fernandes
1601 Tabosa, Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Conselheira Nilsia Lurdes dos Santos.
1602 Conselheiros Suplentes: Conselheiro Fábio Bruni, Conselheiro Charles Pranke e Conselheira
1603 Cláudia Faquinote. **Item Relato da memória da reunião da Presidência Ampliada,** pela
1604 Presidenta: *“Reunião 003 2012, 11/9/2012, de 14h30 às 19h30. Local: CNAS, sala 111.*
1605 *Conselheiro integrantes da presença ampliada, Luziele Tapajós, presidenta do Conselho Nacional*
1606 *de Assistência Social, Leila Pizzato, vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social,*
1607 *José Ferreira da Cruz, Volmir Raimondi, Margareth Alves, Marisa Rodrigues da Silva, Secretária-*
1608 *Executiva, Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Silvani Sousa, Thaís Pereira Braga, Maria do*
1609 *Socorro Cruz, Talita Coelho. A pauta da reunião: 1 – Processo eleitoral, vacância referente a uma*
1610 *vaga para Conselheiro nacional representante do segmento das entidades na condição de 3º*
1611 *Suplente. a) Proposta de resolução que dispõe sobre o processo de eleição; b) Proposta de*
1612 *resolução que institui a resolução eleitoral; c) Proposta de edital contendo calendário eleitoral do*
1613 *CNAS. Todo esse material está em anexo, senhores. Só quero fazer um destaque, um comentário*
1614 *rápido aqui para esclarecimento dos senhores Conselheiro, que esse calendário foi enviada para*
1615 *todos os Conselheiro e houve concordância por parte dos Conselheiro que se manifestaram. Então*
1616 *nós só lemos essas duas resoluções e o edital, certo? Para conhecimento da presidência ampliada.*
1617 *Não° 2, 2º pauta: A programa da reunião descentralizada e ampliada do Conselho Nacional de*
1618 *Assistência Social em Vitória, Espírito Santo, dia 6, 7, e 8 de novembro de 2012, anexo a) O*
1619 *Conselho Nacional de Assistência Social e a Secretaria de Estado de Assistência Social do Espírito*
1620 *Santo manifestaram oficialmente o interesse em sediar a 2º reunião descentralizada e ampliada do*
1621 *Conselho Nacional de Assistência Social. Outros estados se manifestaram informalmente, mas não*
1622 *chegaram a fazê-lo oficialmente. Diante da coerência, dos critérios estabelecidos na última*
1623 *plenária deste Conselho, de que o estado da região Centro-Oeste, Sul ou Sudeste, sediasse a*
1624 *referida reunião. Sobretudo, levando em consideração a disponibilidade da operacionalização da*
1625 *reunião pelo estado do Espírito Santo, e ainda por nunca ter sediado uma reunião deste caráter, a*
1626 *presidência do CNAS acertou que a regia Sudeste, representada pelo estado do Espírito Santo,*
1627 *sediará o evento ora mencionado, com a precisão de receber um público de aproximadamente 800*
1628 *pessoas. O anexo A, por favor, senhores. A gente não vai ler a minuta da resolução porque ela*
1629 *pode ser incorporada na hora do debate, se for o caso. Eu gostaria só que vocês localizassem o*
1630 *anexo A que está no final, antes das resoluções, logo depois da pauta, nós fizemos um primeiro*
1631 *ensaio de debate sobre a pauta reunião descentralizada do Conselho Nacional de Assistência*
1632 *Social. Então dia 6/11, 8h o credenciamento, 9h a mesa de abertura, 10h30 o painel de abertura,*
1633 *10h30 às 12h. Tema: NOB-SUAS, o novo texto da NOB-SUAS “A luz de uma nova pactuação” O*
1634 *CNAS coordenando e como convidados a CNAS, o CONGEMAS e o FONSEIAS. 12h00 às 13h00,*
1635 *debate, 13h00 às 14h00, almoço, 14h00 às 17h00 painel 1, tema: A lei do SUAS, conquista da*
1636 *assistência social. Convidados: CNAS e MDS. 17h às 18h desse dia, debate. No dia 7 de novembro,*
1637 *de 9h às 13h, oficinas. Temas: Mobilização e participação dos usuários, vigilância sócio*

1638 *assistencial, o pacto federativo e o controle social, a gestão do trabalho do SUAS, a adequação da*
1639 *lei de criação dos Conselhos em conformidade com a LOAS, gestão da informação, senso SUAS*
1640 *2011. 13h00 às 14h00, almoço. 14h00 às 16h00, mesa redonda. Gestão financeira do SUAS, o novo*
1641 *decreto do Fundo Nacional de Assistência Social. Convidados: Fundo Nacional de Assistência*
1642 *Social. 16h00 às 1700, debate, 17h00 encerramento. No dia 08/11, reunião ordinária do CNAS”. A*
1643 *Presidenta observou que se os Conselheiros da Presidência Ampliada ou a Vice-Presidente quisesse*
1644 *fazer alguma esclarecimento na pauta, observando que os temas das oficinas estavam relacionados*
1645 *ao controle social, com esse tema vindo das Comissões. A Conselheira Leila observou que na*
1646 *oficina da gestão da informação, a ideia era poder mostrar o conjunto de informações que existia no*
1647 *sistema, para o gerenciamento da política no município. A Presidenta prosseguiu com a pauta:*
1648 *“Item três da nossa pauta. 1º reunião do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social.*
1649 *Pauta permanente com a presidência dos Conselhos estaduais de assistência social. A presidência*
1650 *ampliada propõe institucionalizar reunião de pauta permanente com os Conselhos estaduais,*
1651 *municipais das capitais, e do Distrito Federal, com o objetivo de criar uma relação direta de*
1652 *escuta, debate e fortalecimento dos Conselhos de assistência social. A sugestão é que a 1º reunião*
1653 *seja realizada em outubro de 2012, datas sugeridas, 9, 15 ou 19 de outubro, com a presença dos*
1654 *presidentes dos Conselhos estaduais e municipais das capitais e do DF, dos membros da*
1655 *presidência ampliada do CNAS. Foi proposta a seguinte pauta: Apresentação da agenda do plano*
1656 *de ação do CNAS, orientações aos Conselhos e assistência social quanto aos dados do SUAS 2011*
1657 *em cada estado. Discutir ainda a possibilidade de agendar visitas aos Conselhos estaduais durante*
1658 *as reuniões ordinárias daqueles Conselhos. Item 4 da nossa pauta: Reunião da Presidenta do*
1659 *CNAS com a assessoria jurídica, com assessoria de comunicação e com a assessoria parlamentar*
1660 *do MDS. a) CONJUR, reunião com a consultoria jurídica do MDS, Dra. Vanessa Mazali e com o*
1661 *coordenador geral de atos normativos e judiciais da CONJUR, MDS, Dr. Wiliam Olivindo. Pauta:*
1662 *Pareceres da CONJUR em resposta das solicitações de consultas formuladas pelo CNAS.*
1663 *Providencias a CONJUR irá enviar informações atualizadas sobre o andamento do inquérito*
1664 *policial da operação Fariseu da Polícia Federal, e quanto ao item 9.6 do acordo 2809 de 2012, irá*
1665 *se pronunciar até a reunião de outubro, uma vez que o assunto está no âmbito do departamento*
1666 *extra judiciais da consultoria geral da União. A Secretaria Executiva do CNAS irá encaminhar*
1667 *para os Conselheiros informações pertinentes sobre o referido item do acordo do TCU. Nós já*
1668 *enviamos a informação da Secretaria Executiva. Eu gostaria só de informar aqui e aproveitar e*
1669 *informar que nesse item o Conselheiro Tiago, infelizmente, hoje não está, que nós já enviamos para*
1670 *o e-mail de todos os senhores, todo o material do Acórdão, do item 9.6 do Acórdão 2809, do TCU,*
1671 *do qual nós falamos aqui nesse item. O que nos foi dito, foi uma reunião bastante interessante com*
1672 *a CONJUR, que acatou todas as nossas demandas, eles enviaram um dia após a nossa reunião do*
1673 *colegiado o parecer sobre a vacância, foi logo um dia após, nós tomamos a providência a partir*
1674 *daí, e sobre o Acórdão eles solicitaram ainda um tempo porque eles ainda estão em conversa com a*
1675 *procuradoria geral da União e com a controladoria geral na perspectiva de um novo*
1676 *encaminhamento. Então nós acordamos na presidência ampliada de esperar até a reunião de*
1677 *outubro para pensar qual encaminhamento que a gente vai tirar a partir daí. E também quero*
1678 *informar que já foi judicializado o resultado da operação Fariseu. A Dra. Vanessa nos informou,*
1679 *ainda não de forma oficial, nós já solicitamos, assim que chegar a gente informa aos senhores*
1680 *porque já não é mais segredo de justiça, que já há denunciados provenientes do inquérito. Então já*
1681 *foi para frente, já tem uma tratativa, um andamento judicial dessa questão. b) Reunião com a*
1682 *ASCOM. Reunião com a coordenadora geral da ASCOM, MDS, Adriana Moraes. Pauta: Estratégia*
1683 *de comunicação do CNAS, houve entendimentos no sentido do CNAS ter um profissional*
1684 *contratado da área de comunicação social para atender as demandas do Conselho, além da*

1685 ASCOM se colocar a disposição para colaborar em eventos de publicidades. Isso é uma decisão
1686 inédita de o CNAS poder concretizar um núcleo de comunicação nacional dentro do próprio
1687 Conselho sem a dependência externa da ASCOM, então com isso nós geraríamos a produção de
1688 textos, produção de artigos, administração de conteúdo, site, mailing, e outras questões vinculadas
1689 a comunicação institucional. c) Reunião com a Assessoria Parlamentar. Reunião com o assessor
1690 parlamentar Dr. Bruno Garcia. Pauta: Acompanhamento dos projetos de lei relacionados a
1691 assistência social e informes da plenária do CNAS sobre a tramitação dos mesmos. Providências:
1692 O assessor parlamentar irá dar informes sobre os projetos de lei relacionados a assistência social
1693 na próxima plenária. Também serão solicitadas para aquela ASPAR, informações sobre os projetos
1694 de lei em tramitação na Câmara e no Senado federal sobre Bolsa Família, BPC e benefícios
1695 eventuais. Quero fazer também só um adendo dizendo que o assessor parlamentar assegurou
1696 celeridade nas informações da ASPAR para esse Conselho podendo vir sempre que for convidado
1697 fazer as informações da questão mesmo do nosso projeto de lei, enfim, ou dos projetos de lei que
1698 perpassam assistência social. E esse último encaminhamento, essa providência, já é fruto da
1699 orientação da comissão de acompanhamento a benefícios e de transferência de renda. N° 5 da
1700 pauta: A proposta de pauta para a 205° reunião ordinária do CNAS nos dias 16, 17 e 18 de
1701 outubro de 2012. Anexo b. Por favor, os senhores podem identificar o anexo B? Proposta de pauta
1702 para a 205° reunião ordinária do CNAS. 16/10, 9h às 13h, entrega e apresentação do novo texto da
1703 NOB-SUAS para a Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS. Só quero fazer um adendo,
1704 não sei se pode fazer já, pela CIT, está? Foi nos informado pelo Conselheiro José Araújo, é que
1705 quem viria o novo texto da NOB era a Comissão Intergestora ou seja, a Secretaria Nacional junto
1706 com o CONGEMAS e o FONSEIAS, com a coordenadora, lógico, a secretária Denise. 14h30 às
1707 17h, reunião da comissão de acompanhamento aos Conselhos da assistência social, reunião da
1708 comissão de financiamento da assistência social, reunião da comissão de normas da assistência
1709 social, reunião da comissão de política da assistência social. 17h, reunião da presidência
1710 ampliada. Do dia 17/10/2012, de 9h às 12h, a pauta: Discussão do novo texto da NOB-SUAS nas
1711 comissões, reunião da comissão de acompanhamento aos Conselhos, reunião da comissão de
1712 financiamento e orçamento, reunião de comissão de normas e reunião da comissão de política com
1713 a pauta única, mas reuniões separadas, sobre o novo texto da NOB-SUAS, compreendendo que ela
1714 pode ser compartimentalizada para o estudo dos Conselheiro. De 14h às 14h15 aprovação da ata
1715 do 104° reunião ordinária do CNAS e da pauta da 205° reunião ordinária do CNAS. 14h15 às 16h,
1716 informes da presidência, secretaria executiva, MDS, CIT, Conselheiro, COMSESI e COMGEMAS.
1717 16h às 17h, apresentação sobre a ética do Conselheiro nacional pelo Conselheiro José Geraldo
1718 França Diniz e outros convidados. 17h às 18h, relato da comissão eleitoral da vacância. Dia
1719 18/10, de 9 às 10h30, relato da Presidência Ampliada, 10h30 às 12h, relato da comissão de
1720 acompanhamento aos Conselhos, 14h às 15h30, relato da comissão de normas de assistência
1721 social, das 15h30 às 17h, relato da comissão de política de assistência social, 17h às 18h, relato da
1722 comissão de financiamento e orçamento da assistência social. Item 6: Documento a ser
1723 encaminhado aos candidatos a prefeitos municipais, na verdade é documento a ser encaminhado
1724 sobre a eleição municipal, está? Não é aos candidatos não, nós não corrigimos isso, sobre a
1725 eleição municipal, não é diretamente aos candidatos não, está? Foi equívoco nosso. A presidência
1726 ampliada sugere que o CNAS encaminhe documento dirigido a sociedade sobre onde conste os 10
1727 compromissos do candidato a prefeito com a política pública da assistência social e sistema única
1728 de assistência social, o documento deve ser amplamente divulgado. Essa foi uma ideia que nós
1729 tivemos de manifestar a posição do CNAS com relação da importância da eleição municipal, claro
1730 que a gente vai conversar sobre isso e chegar ao melhor termo”. A Presidenta solicitou à
1731 Conselheira Leila que prosseguisse com a leitura, informando que o texto havia sido concluindo no

1732 final da noite anterior, e que até o final da reunião passariam para todos. A Conselheira Leila
1733 prosseguiu: “7 Informes. 7.1: Convites. A UniGrandeRio, GranRio, convidou o CNAS para a
1734 solenidade de abertura do curso de capacitação de Conselheiro municipais e assistência social do
1735 Duque de Caxias no dia 5 de setembro. O CNAS foi representado pela conselheira Margareth Alves
1736 (ininteligível). b) O presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Maia, convidou o CNAS para a
1737 sessão solene em homenagem aos 50 anos da psicologia do Brasil e ao dia do psicólogo realizado
1738 no dia 31 de agosto de 2012. c) o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso convidou o CNAS para
1739 participar na qualidade palestrante do Simpósio, desafios para o cuidado da pessoa idosa, que
1740 acontecerá no dia 13 de setembro de 2012, de 9h00 às 18h00 na SDH, Paraná. O tema sugerido
1741 para a palestra foi: Panorama das políticas de cuidado do Brasil, magnitude do problema. Essa
1742 atividade é fruto de debates intersetoriais e conta com a participação dos Ministérios e Conselho
1743 Nacional de Saúde e da educação. Foi deliberado (ininteligível) o expediente, agradecendo pelo
1744 convite e informando a impossibilidade de presença devido a 204ª reunião ordinária do CNAS. d)
1745 O Conselho Municipal de Assistência Social de Barro Alto, Goiás, convidou o CNAS para
1746 acompanhar uma reunião realizada no dia 5/9/2012 na Câmara Municipal de Barro Alto, naquela
1747 ocasião o CNAS apresentaria várias denúncias referentes a (ininteligível) de idosos e
1748 irregularidade de (ininteligível) dentro da Secretaria de Assistência Social. A Secretaria Executiva
1749 do CNAS comunicou ao CEMAS sobre a impossibilidade de presença na reunião e entrou em
1750 contato com a presidente do CIAS, Goiás para dar conhecimento do fato e solicitar que aquele
1751 Conselho acompanhasse a reunião. Por fim, solicitamos aos CIAS Goiás e CEMAS de Barro Alto
1752 que nos mantenha informados sobre os encaminhamentos daquela reunião. e) O departamento de
1753 proteção social especial do PSE da Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, convida a
1754 presidenta do CNAS para participar da mesa de abertura da reunião técnica para fortalecimento
1755 da inclusão da população em situação de rua no cadastro único para programas sociais e
1756 vinculação a serviços essenciais no dia 19/9/2012, às 19h. O evento será realizado nos dias 19 e 20
1757 de setembro de 2012 pelo MDS, por meio da secretaria nacional de assistência social, SNAS e rede
1758 de cidadania, SENAC. Tem como objetivo, viabilizar a proposição de ações conjuntas e articuladas
1759 entre as áreas do cadastro único e da proteção social especial do SUAS de modo a garantir o
1760 incremento das pessoas em situação de rua no cadastro única para programas sociais, bem como a
1761 vinculação desse público a serviços sócios assistenciais dos territórios. Estima-se a participação de
1762 150 gestores ou representantes das áreas da proteção social assistencial dos SUAS e do cadastro
1763 único nos estados, Distrito Federal e capitais brasileiras. 4.2.1 – Participações do CNAS: a) A
1764 presidente Luziele Tapajós e secretária executiva do CNAS Maria das Mercês, participaram da 6ª
1765 reunião como representantes do governo da sociedade civil nas comissões organizadoras das
1766 conferências nacionais, no dia 30 de agosto de 2012 no auditório do anexo 1 do Palácio do
1767 Planalto. Foram apresentadas as pesquisas desenvolvidas pelo IPEA, no link
1768 WWW.ipea.gov.br/participação. Constam as referidas pesquisas, inclusive a que trata do CNAS. b)
1769 A presidenta Luziele Tapajós participou da mesa de abertura da capacitação, serviço de medida
1770 sócio educativa de LA e PCC nos SUAS e SENASI, no dia 27 de setembro de 2012 e Conselheiro
1771 Fábio Bruni representou o CNAS nas atividades do referido evento. É de agosto, é. Agosto, tem que
1772 arrumar a data aqui. Nem estamos lá ainda. No referido evento no período de 27 a 29 de agosto em
1773 Brasília. c) A presidenta Luziele Tapajós e a vice-presidenta Leila Pizzato representaram o CNAS
1774 na reunião descentralizada e ampliada do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo
1775 realizada nos dias 4 e 5 de setembro de 2012 em Ribeirão Preto – São Paulo. O evento teve como
1776 tema central o SUAS, fortalecimento do controle social e contou com m público de
1777 aproximadamente 500 pessoas e de Conselheiro técnicos gestores municipais e estaduais. A
1778 presidenta participou da mesa de abertura e a vice-presidenta fez exposição no painel quatro, a

1779 *inscrição de entidades, atendimento, assessoramento e defesa garantida de direitos. d) A presidenta*
1780 *Luziele Tapajós, o Conselheiro Edivaldo Ramos e conselheira Lea Braga, representaram o CNAS*
1781 *no encontro estadual para discussão da inscrição de entidades socioassistenciais e vínculos com*
1782 *SUAS, realizado no dia 23 de agosto de 2012 em Campo Grande – Mato Grosso do Sul. A*
1783 *presidenta fez sua exposição no painel um, panorama atual do controle social, retrato nacional*
1784 *estadual e todos os palestrantes participaram da mesa redonda e inscrições de entidades CEMAS e*
1785 *o vínculo SUAS. Luziele Maria de Souza Tapajós, presidente do CNAS, Leila Pizzato, vice-*
1786 *presidente do CNAS”. A Presidenta indicou o Item 1, processo eleitoral., passando à leitura das*
1787 *propostas de Resolução e do edital: “Resolução não° x, de x, de x, de 2012. Dispõe sobre o*
1788 *processo de eleição da representação da sociedade civil no CNAS, gestão 2012/2014 para uma*
1789 *vaga como representante do segmento das entidades e organizações de assistência social na*
1790 *condição de 3° suplente. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, no uso da competência*
1791 *que lhe é conferida pelo Artigo V do decreto do não° 5.003 de 4 de março de 2004, publicado no*
1792 *diário oficial da união no dia 5 de março de 2004 e considerando o disposto em Inciso 2 do*
1793 *parágrafo 1° do Artigo XVII da lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, lei orgânica da assistência*
1794 *social LOAS, considerando determinação do subitem 9.6 do acordo do TCU, n° 2809 de 2009 do*
1795 *TCU, considerando que no processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho*
1796 *Nacional de Assistência social, CNAS, gestão 2012, 2014 e considerando a vacância da 3°*
1797 *suplência da representação da sociedade civil, notadamente em relação as entidades e*
1798 *organizações de assistência social resolve. Artigo I: O processo de eleição da representação da*
1799 *sociedade civil no CNAS, gestão 2012, 2014 para uma vaga como representante do segmento das*
1800 *entidades e organizações de assistência social na condição de 3° suplente, da (ininteligível)*
1801 *conforme prevê os artigos 3° e 4° do decreto 5.003 de 2004 e em Assembleia especialmente*
1802 *convocada para este fim sobre a fiscalização do Ministério Público Federal. § 1° - A assembleia*
1803 *que trata o (ininteligível) em Brasília no dia 24 de outubro de 2012, em conformidade com o artigo*
1804 *6° do decreto 5.003 de 2004 convocada por meio do edital. § 2° - O ato homologação da relação*
1805 *dos representantes das entidades e organizações da assistência social habilitados a designarem*
1806 *candidatos, candidata, juntamente com a pessoa física a ser eleita, bem como as habitadas como*
1807 *eleitoras, será publicada no diário oficial da união no dia 19 de outubro de 2012. Artigo II - Será*
1808 *instituída pelo CNAS uma Comissão Eleitoral integrada por seis Conselheiros dividida em*
1809 *subcomissão de habilitação e subcomissão de recursos para coordenar o processo de habilitação*
1810 *dos representantes das entidades e organizações da assistência social habilitadas a designarem*
1811 *candidato, candidata, juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as*
1812 *postulantes a eleitoras. § 1° - Caberá ao CNAS eleger em reunião plenária a comissão eleitoral. §*
1813 *2° - A Comissão Eleitoral será composta exclusivamente por Conselheiros nacionais,*
1814 *representantes e organizações de usuários, entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS e*
1815 *que não concorrerão ao pleito eleitoral. § 3° - A Comissão Eleitoral coordenará o processo*
1816 *eleitoral até a instalação da assembleia de eleição. § 4° - A Comissão Eleitoral elegerá entre seus*
1817 *pares um presidente e um vice-presidente de segmentos diferentes e um coordenador para cada*
1818 *subcomissão, sendo ela de habilitação e de recursos. Artigo III - As regras e critérios definidos na*
1819 *resolução CNAS número quatro de 14 de março de 2012, publicada no diário oficial da união em*
1820 *14 de março de 2012, serão mantidas para o processo de eleição da representação da sociedade*
1821 *civil no CNAS, gestão 2012/2014, para uma vaga como representante do segmento das entidades e*
1822 *organizações da assistência social na condição de 3° suplente, observado o calendário para*
1823 *realização do processo a ser fixado em edital. Artigo IV – A documentação necessária para*
1824 *legislação deverá ser enviada via postagem registrada ao protocolo do Ministério do*
1825 *Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS, no horário de 8h30 às 18h em dias úteis no*

1826 *endereço abaixo. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS, aos cuidados*
1827 *Secretaria Executiva do CNAS, Esplanada dos Ministérios, bloco A, sala T 40, CEP 70.050906*
1828 *Brasília, DF. Artigo V – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as*
1829 *disposições em contrário. Luziele Maria de Souza Tapajós, presidenta do Conselho Nacional de*
1830 *Assistência Social” “ Resolução nº x, de x de 2012 Institui a comissão eleitoral que trata o artigo II*
1831 *da resolução CNAS nº x de x de 2012. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em*
1832 *reunião ordinária realizada em 11 a 13 de setembro de 2012, no uso da competência que lhe é*
1833 *conferida pelo artigo V do decreto nº 5.003 de 4 de março de 2004 publicado no diário oficial da*
1834 *união no dia 5 de março de 2004, considerando o disposto no inciso 2 do parágrafo 1º do artigo*
1835 *XVII da lei 8.742 de 7 de dezembro de 93, lei orgânica da assistência social, LOAS e considerando*
1836 *o artigo XIX do artigo II da resolução CNAS nº 6 de 2011 que aprova o regimento interno do*
1837 *CNAS e considerando a resolução CNAS nº X de 2012 que dispõe sobre o processo eleitoral da*
1838 *representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social, gestão 2012/2014,*
1839 *para uma vaga como representante no segmento das entidades e organizações de assistência social*
1840 *na condição de 3º suplente resolve. Artigo I – Instituir a comissão eleitoral de que trata o artigo 2º*
1841 *da resolução CNAS, nº x de x de 2012. Artigo II – A comissão eleitoral Serpa composta pela*
1842 *subcomissão de habilitação e de recurso conforme prevê a resolução CNAS nº x de 2012 em seu*
1843 *artigo 2º. Artigo III – Os membros da comissão eleitoral eleita na 202ª reunião ordinária do*
1844 *CNAS, serão os Conselheiro representantes da sociedade civil. Tiago Dosoque de Barbosa*
1845 *Ferreira Cabral, representante da ordem dos advogados do Brasil OAB, José Araújo da Silva,*
1846 *representante da pastoral do idoso. Dores Margareth de Jesus, representante da união brasileira*
1847 *de mulheres. Nilsa Lunes dos Santos, representante da união de negros pela igualdade do negro.*
1848 *Edivaldo da Silva Ramos, representante da associação brasileira de educadores de deficientes*
1849 *visuais, ABEDEV e Alderona Gomes González representante da confederação nacional das*
1850 *associações dos moradores CONAN. Artigo IV – A comissão eleitoral elegerá entre seus pares um*
1851 *presidente e um vice-presidente de segmentos diferentes e um coordenador para cada subcomissão,*
1852 *sendo elas a de habilitação e de recursos. Artigo V – Esta resolução entra em vigor na data da sua*
1853 *publicação. Luziele Maria de Souza Tapajós, presidenta do Conselho Nacional de Assistência*
1854 *Social. Minuta três, senhores, para fechar a documentação sobre o assunto. Podemos ler a minuta*
1855 *do edital também e passamos ao debate, pode ser assim? Então, minuta três. Edital nº um de x do x*
1856 *de 2012. Convocação para assembleia de eleição da representação da sociedade civil no CNAS.*
1857 *Gestão 2012/2014 para uma vaga como representante do segmento das entidades e organizações*
1858 *de assistência social na condição de 3º suplente. O presidente do Conselho Nacional de Assistência*
1859 *social no uso de suas atribuições legais e regulamentares e tendo em visto o decreto nº 5.003 de 4*
1860 *de março de 2004. O disposto no artigo XVII, parágrafo 1º do inciso 2 da lei 8.742 de 7 de*
1861 *dezembro de 3, a resolução CNAS nº x de x de 2012, convoca. Artigo I - Os representantes da*
1862 *sociedade civil de âmbito nacional para as eleições da representação da sociedade civil no CNAS*
1863 *para gestão 2012/2014, para uma vaga como representante do segmento das entidades de*
1864 *assistência social, na condição de ter sido suplente a ser realizada no dia 24 de outubro de 2012 a*
1865 *partir das 9h no plenário do Conselho nacional de assistência social, CNAS, Esplanada dos*
1866 *Ministérios Bloco F, anexo ala A, sala 108. Calendário Eleitoral CNAS, gestão 2012/2014. Data:*
1867 *de 14 de setembro de 2012 a 24 de setembro de 2012. Prazo para atender pedido de habilitação*
1868 *perante a comissão eleitoral para entidades eleitoras ou eleitoras e candidatas, 1º de outubro de*
1869 *2012. Prazo final para análise dos pedidos de habilitação para entidades eleitoras, ou eleitoras e*
1870 *candidatas, 4 de outubro de 2012. Publicação no diário oficial da união da relação de*
1871 *representantes das entidades e organizações de Assistência Social habilitados, de 5 de outubro de*
1872 *2012 a 10 de outubro de 2012. Prazo para ingressar com recursos junto a subcomissão de*

1873 recursos, 16 de outubro de 2012. Prazo final para julgamento de recursos e apreciação de
1874 manifestações contrárias apresentadas, 19 de outubro de 2012. Prazo final para publicação no
1875 diário oficial da união do ato de homologação da relação de representantes das entidades e
1876 organizações de assistência social candidatas ao pleito como eleitoras, eleitores, candidatas e
1877 resultado do julgamento de recurso, 24 de outubro de 2012. Assembleia de eleição, 29 de outubro
1878 de 2012. Prazo final para publicação do resultado das eleições CNAS, 5 de novembro de 2012, a
1879 final para posse do Conselheiro do CNAS, gestão de 2012/2014 para a terceira vaga de suplente do
1880 segmento das entidades e organizações de assistência social. Artigo II – As entidades inscritas
1881 deverão no momento da apresentação do pedido de habilitação indicar o segmento a que pertence,
1882 observados seu estatuto e sua condição de eleitora ou de eleitor e candidata conforme resolução
1883 CNAS n° x de 2012. § único – O pedido de habilitação deve ser feito em requerimento assinado
1884 pelo representante legal da entidade ou organização ou por um dos seus representantes legais,
1885 sendo obrigatório o preenchimento de dados como endereço completo, telefone, fax, endereço
1886 eletrônico, pessoa de referência para comunicação em tempo hábil com a entidade ou organização.
1887 Artigo III – Outras informações poderão ser obtidas na secretaria executiva do Conselho Nacional
1888 de Assistência Social, telefones (61) 34332402 ou (61) 34332403. Fax: (61) 34332444, endereço
1889 eletrônico: cnas@mds.gov.br. Luziele Maria de Souza Tapajós, presidente do Conselho Nacional
1890 de Assistência social”. A Conselheira Marisa Rodrigues observou que no artigo IV faltavam as
1891 datas ou uma referência ao calendário eleitoral, com a Presidenta sugerindo fazer o adendo
1892 conforme o edital, para certificar o período. O Conselheiro Edivaldo observou que na Resolução
1893 que trazia o nome dos membros, o seu estava mal grafado, solicitando a correção. Observou
1894 também, que uma das resoluções iniciava citando a “Presidente do Conselho” e a outra apenas dizia
1895 “O Conselho”, o que deveria ser adequado, haja vista que a Presidenta assinava os documentos. A
1896 Conselheira Aldenora, indicando a mesma observação da Conselheira Marisa no artigo IV,
1897 solicitando que seu nome corrigido, sendo Aldenora Gomes Gonzáles. A Presidenta considerou o
1898 item 1 da memória da reunião de Presidência Ampliada, calendário e documentação aprovado pelo
1899 Conselho. Solicitou que o Conselheiro Tiago pudesse ser avisado rapidamente dessa questão, tendo
1900 feito essa demanda na última reunião, informando a sua publicação no DO. Item 2, programação da
1901 reunião descentralizada do CNAS em Vitória. Relatou que nessa oportunidade alguns Conselhos
1902 haviam solicitado tempo para se manifestar oficialmente, mas que o tempo colocado não permitia
1903 isso. Que haviam fechado a questão junto ao Conselho Estadual do Espírito Santo, com o que estava
1904 dentro do critério tirado e que contemplava não ter sido realizada uma reunião naquela localidade.
1905 O Conselheiro Wagner aprovou a indicação, lembrando que São Paulo havia se colocado à
1906 disposição, com o problema não sendo recursos mas sim o prazo para essa realização. A Presidenta,
1907 esclarecendo o que havia sido discutido, considerou aprovado o item 2, com o Espírito santo
1908 sediando a reunião Descentralizada com no novo texto da NOB-SUAS. Item 3. A primeira reunião
1909 do CNAS com os Conselheiro Estaduais. O Conselheiro Wagner concordou com a pauta,
1910 colocando-se à disposição antecipadamente, haja vista que não estaria presente na reunião de
1911 outubro por outros compromissos. A Presidenta considerou anotada a proposição, esclarecendo o
1912 objetivo dessa reunião de agenda conjunta com os Conselhos Estaduais e Municipais. A
1913 Conselheira Aldenora parabenizou pelo evento, que viria fortalecer ainda mais esse processo de
1914 aproximação com os demais Conselhos, fortalecendo o controle social. A Presidenta informou ter
1915 sido discutida a possibilidade de agendar visita aos Conselhos Estaduais, para participar das
1916 reuniões ordinárias e fortalecer o controle social, considerando aprovada essa proposta. O
1917 Conselheiro Charles indagou a data, com a Presidenta indicado o dia 19. A Presidenta considerou
1918 aprovado pelo Pleno esse item da pauta. Indicou que o item quatro não tinha encaminhamento,
1919 colocando a importância de estabelecer no CNAS um serviço de comunicação institucional, inédito

1920 e muito positivo para o trabalho do Conselho, e para a execução do plano de ação das estratégias.
1921 Item 5, proposta da pauta da 205ª reunião ordinária do CNAS, anexo b. O Conselheiro Volmir
1922 solicitou inversão na pauta da Comissão de Financiamento, fazendo o primeiro informe e não o
1923 último, tendo em vista a necessidade de aprovação com quorum qualificado, sendo acatada sua
1924 proposição. A Presidenta discorreu sobre a discussão realizada quanto à pauta, indicando a sugestão
1925 do Conselheiro José Geraldo Diniz, com relação a questão da oficina temática, repensando a
1926 metodologia quanto ao número de participantes, com a realização de grupos de estudos, de
1927 realização de oficinas temáticas conjuntas, com ou sem convidados, o que havia sido acatado.
1928 Indicando a falta de espaço para as quatro comissões, informou que uma realizaria a reunião fora do
1929 CNAS, com o Conselheiro José Geraldo esclarecendo que não havia colocado em discussão o
1930 conteúdo desta proposta, mas sim a forma. A Presidenta informou que estariam recebendo no dia 10
1931 de outubro pela CIT, o novo texto da NOB, o qual seria motivo do primeiro estud. Que no dia 16
1932 trabalhariam as pautas deliberadas pelos Conselheiros nas Comissões, já tendo sido deliberadas as
1933 pautas da de Financiamento e a de Acompanhamento aos Conselhos, e que aconteceriam na reunião
1934 de comissão, assim como na de Política e de Normas. Esclareceu que a reunião de comissão seria
1935 feita com todos os Conselheiros, incluindo os coordenadores sobre o novo texto da NOB, o que
1936 seguiria na Reunião Descentralizada. Indicou que a NOB seria entregue no dia 16 pela manhã,
1937 realizando-se à tarde reunião de Comissão e Presidência Ampliada, às 17h, com a reunião de
1938 Comissão iniciando às 14h, ao invés de 14h30. Dia 17, haveria reunião de comissão de manhã, com
1939 a pauta do novo texto da NOB e à tarde haveria apresentação sobre a ética do Conselheiro.
1940 Informou ter sido realizada uma reunião na Comissão de Ética, conforme solicitado pelo
1941 Conselheiro José Araújo, sendo sugerido pela Presidência Ampliada que esse tema entrasse como
1942 pauta na reunião de outubro, inclusive para conhecimento dos novos Conselheiros. Solicitou ao
1943 Conselheiro José Geraldo que fizesse uma leitura do código de ética, exemplificando algumas
1944 questões, mas com tempo para a apresentação dos representantes da Sociedade Civil. No dia 18 seriam
1945 os relatos considerando a demanda do Conselheiro Volmir, que o relato da Comissão de
1946 Financiamento e Orçamento não ficasse por último, tendo em vista a natureza do relato e a
1947 necessidade de voto qualificado. O Conselheiro José Crus sugeriu que fosse feito um rodízio todo
1948 mês do relato das Comissões, com o Conselheiro José Geraldo observou que o relato da Comissão
1949 de Financiamento era realizado três vezes no ano, sendo para votação do orçamento e dos relatórios
1950 trimestrais. A Presidenta considerou a pauta aprovada pelo Pleno. Item 6, documentos sobre eleição
1951 municipal a serem encaminhado, esclarecendo como isso deveria ser feito, apresentando à
1952 sociedade brasileira um portfólio de compromissos que deveriam pautar o melhor voto, relacionado
1953 à política de Assistência Social. A Conselheira Leila indicou haver uma minuta preparada, e que
1954 deveria ser discutida, e que havia encaminhado, sugerindo que a Sociedade Civil e os demais
1955 Conselheiros encaminhassem suas sugestões para a Secretaria-Executiva até o dia seguinte, para
1956 que fizessem um texto mais adequado. A Presidenta sugeriu que as respostas fossem encaminhadas
1957 para seu e-mail luziele.tapajos@mds.gov.br, com a Conselheira Leila sugerindo que a Secretaria-
1958 Executiva mandasse para o e-mail de todos.. Informou que haviam recebido a pesquisa que muitos
1959 dos Conselheiros haviam respondido para o IPEA, na gestão passada, sobre a visão dos
1960 Conselheiros sobre os Conselhos pesquisados. Destacou que o CNAS era um Conselho que vinha
1961 sendo referenciado como um Conselho modelo, tanto no que se referia à Conferência Nacional,
1962 acessibilidade e participação. Informou que o IPEA havia entregue um texto para discussão,
1963 Conferências Nacionais ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil , e que
1964 seria entregue aos Conselheiros. A Presidente, ressaltando que a reunião havia sido muito produtiva,
1965 encerrou o relato da memória da reunião da Presidência Ampliada, com a mesma sendo aprovada
1966 pelo Pleno. O Conselheiro Wagner solicitou correção no informe de São Paulo, sendo Ribeirão

1967 Preto, com a Presidenta destacando ter sido excelente a reunião, assim como as de São José de Rio
1968 Preto e de Campo Grande. A Conselheira Marisa passou ao **Item Memória da reunião da**
1969 **Comissão de Normas de Assistência Social 2012.** “Reunião 003, 2012. Data: 11/9/2012 às 13h,
1970 local: CNAS. Conselheiros presentes: Marisa Rodrigues da Silva, Claudia Faquinote, Eloiana
1971 Cambraia Soares, Leila Lúcia Cecílio Braga, Leila Pizzato, Tiago Cabral, Wagner de Santana.
1972 Ausência justificada: Simone Aparecida Albuquerque, secretária executiva Cristiane Menezes,
1973 Geovana Veloso, Dialoana Lop, Drogas Amaro e Fátima Teixeira de Sousa. 1) Informe da
1974 Secretaria Executiva, coordenadora da comissão de norma da assistência social, Marisa Rodrigues
1975 da Silva, leu o relato das ações desenvolvidas pela coordenação de norma da assistência social, da
1976 secretaria executiva que deram procedimento aos encaminhamentos deliberados no mês de agosto
1977 de 2012. Encaminhamento 1.1 – Enviar por e-mail a todos os Conselheiro da comissão de normas
1978 o documento pesquisa documental de entidades mistas CONCEBAS, produto elaborado pela
1979 professora Aldaíza. O referido documento foi remetido em 9/8/2012 pela Secretaria Executiva, a
1980 conselheira Leila conforme encaminhamento durante reunião da comissão de normas de 14 de
1981 agosto de 2012 para que a conselheira elaborasse um estudo preliminar sobre o tema a ser
1982 apresentado no mês de outubro. 2) Eleição do novo coordenador adjunto. Considerando a
1983 publicação da resolução CNAS do 25/2012 a qual altera o número de componentes, composição
1984 das comissões, houve a necessidade de um novo coordenador adjunto da comissão de norma da
1985 assistência social, foi eleita para esse a conselheira Simone Albuquerque. 3) Apreciação da medida
1986 de ordem de serviço. Foi apreciada pela comissão de normas a minuta ordem de serviço em
1987 andamento que regulamenta procedimentos administrativos relacionando os questionamentos
1988 recebidos por comunicação eletrônica ou outro meio de acesso ao CNAS. 3.1) Aprovar a minuta da
1989 ordem e serviço em anexo. 3.2) encaminhar para a secretaria após a aprovação da minuta de
1990 ordem pela plenária do CNAS o relatório elaborado pela secretaria executiva de perguntas
1991 pendentes que aguardam liberação para apreciação da presidência. 4) Debate do planejamento
1992 das ações de norma da assistência social com definição de prazo. Foram discutidos os prazos das
1993 ações provadas para a comissão de normas da assistência social. Encaminhamento. 4.1) Enviar
1994 por e-mail aos Conselheiro o plano de ação com os prazos inalados. 5) Apresentação e discussão
1995 sobre o tema mobilização e participação dos usuários na política social com deliberação da
1996 comissão de normas no mês de agosto de 2012. É apresentado pelo formato PowerPoint pelos
1997 Conselheiros Wagner Carneiro de Santana e Lea Braga o resultado do estudo desenvolvido com
1998 esse tema pelos Conselheiros considerando as deliberações das conferências senso 2011, resolução
1999 CNAS n° 24 e 26, e outros documentos. Os referidos Conselheiros também apresentaram um breve
2000 texto apontando o histórico deste debate na comissão de normas e na qual ratifica as propostas de
2001 professor Edival (ininteligível) e da professora Márcia Pinheiro (ininteligível) para que essas
2002 possam ser agregadas para discussão e elaboração dos debates na comissão. O documento
2003 encontra-se em anexo. Encaminhamento. 5.1) O documento elaborado pelos Conselheiro Wagner
2004 Carneiro Santana e Lea Braga, como documento referente a consulta pública, processo eleitoral da
2005 sociedade civil que está sendo discutido na comissão de acompanhamento aos Conselhos de
2006 assistência social deverão ser considerados nas próximas discussões da comissão de normas sobre
2007 o tema. 5.2) Deverá ser realizada reunião conjunta com comissão de acompanhamento aos
2008 Conselhos da assistência social para discutir a temática afeta as duas comissões. 6) Definição de
2009 pauta para o mês de outubro. Apresentação pelo departamento da rede sócio assistencial privada
2010 do SUAS, das informações trimestrais sobre o processo de certificação de entidades de assistência
2011 social conforme disposto no Artigo I, da resolução CNAS número 18/2011. Apresentação pela
2012 conselheira Leila Pizzato e pelo Conselheiro Tiago Cabral de uma proposta de processo de
2013 fiscalização de procedimento e certificação de entidades beneficente de assistência social

2014 desenvolvida no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS.
2015 Apreciação do relato pela conselheira Leila Pizzato do estudo preliminar sobre o documento
2016 pesquisa documental de entidades (ininteligível) realizado em 2008 pela professora Aldaíza.
2017 Apreciação do histórico a ser levantado pela Secretaria-Executiva sobre o processo de discussão
2018 do CNAS, de elaboração e apreciação da minuta da resolução, que regulamenta os procedimentos
2019 aplicáveis aos recursos das decisões do Conselho de assistência social do Distrito Federal
2020 apresentados a este Conselho nacional com âmbito a inscrição das entidades e organização de
2021 assistência social bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais que
2022 subsidiará o debate sobre o assunto na comissão. 7) Definição do tema a convidados para a oficina
2023 temática de outubro. Encaminhamentos. 7.1) Encaminhar para a presidência ampliada proposta
2024 que essas oficinas de temáticas sejam realizadas de forma conjunta com todas as comissões de
2025 modo a socializar os temas a serem abordados a todos os Conselheiro do CNAS. 7.2) Sugerir como
2026 proposta de tema para a próxima oficina temática a ser realizada no mês de outubro, processo de
2027 realização das conferências convidando a Secretaria-Executiva para expor o tema. Marisa
2028 Rodrigues da Silva – Coordenadora da Comissão de Normas.” A seguir, procedeu à leitura da
2029 ordem de serviço em anexo, a ser aprovada pelo Pleno: “Brasília, setembro 2012, ordem de
2030 serviço...nº ...CNAS. Regulamenta procedimentos administrativos relacionados aos
2031 questionamentos recebidos por comunicação eletrônica ou outro meio de acesso ao CNAS. A
2032 Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social, o CNAS, no uso da competência
2033 que confere o Inciso 5º do § 52 do regimento interno aprovado pela Resolução (ininteligível) nº.
2034 109 de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 25 de fevereiro de 2011
2035 resolve: Artigo 1º Regular os procedimentos administrativos para a Secretaria Executiva
2036 referente ao tratamento dos questionamentos que chegam ao Conselho Nacional de Assistência
2037 Social, o CNAS, para orientações e esclarecimentos. Artigo 2º Serão considerados como
2038 questionamentos chegam que ao CNAS todos aqueles recebidos por correspondência eletrônica e
2039 institucional das coordenações e a Secretaria Executiva do CNAS, da Presidência ou de servidores,
2040 FAX ou carta, cujo conteúdo seja solicitação de orientações e esclarecimentos de uma situação ou
2041 de uma dúvida. Artigo 3º Os questionamentos recebidos pelo CNAS receberão o seguinte
2042 tratamento: 1 os questionamentos em que o teor de seu conteúdo é de competência do CNAS e a
2043 deliberação sobre o assunto pelo colegiado seja por meio de resoluções ou documentos
2044 orientadores serão respondidos aos solicitantes pela Secretaria Executiva em conformidade ao
2045 normatizado e deliberado. 2 Os questionamentos em que o teor do seu conteúdo é de competência
2046 do CNAS e não há deliberação sobre o assunto pelo colegiado deverão ser encaminhados a
2047 Presidência ampliada pela Secretaria Executiva para a definição de seu tratamento. 3 Os
2048 questionamentos em que o teor de seu conteúdo não é de competência do CNAS serão
2049 encaminhados aos órgãos competentes pela Secretaria Executiva. Parágrafo Único. Na incidência
2050 do inciso II desse artigo deverá ser remetido um formulário em anexo ao solicitante para
2051 preenchimento e posterior envio a Presidência ampliada pela Secretaria Executiva, sendo também
2052 enviada uma comunicação ao solicitante informando qual o tratamento que será dado a sua
2053 solicitação. Artigo 4º A Secretaria Executiva poderá designar um servidor ou uma coordenação
2054 para que dê o tratamento devido aos questionamentos conforme os critérios (ininteligível) nesta
2055 ordem de serviço. Artigo 5º Esta ordem de serviço entra em vigor nesta data. Maria das Mercedes
2056 Avelino de Carvalho – Secretária Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social.” Indagou
2057 se havia necessidade de leitura do anexo sobre o usuário na política do assistente social, sendo
2058 colocado pela Presidenta que não haveria necessidade dessa apresentação. A Presidenta informou a
2059 chegada do material do IPEA sobre o CNAS e que seria distribuído aos Conselheiros, com o
2060 Conselheiro Volmir solicitando que o material fosse colocado no site, o que já havia sido feito, mas

2061 que seria encaminhado aos Conselheiros. A seguir, passou à apreciação da memória: item um:
2062 informes da Secretaria-Executiva com relação ao e-mail enviado a todos os Conselheiro da
2063 Comissão de Normas com o documento Pesquisa Documental de Entidades Mistas com CEBAS, da
2064 professora Aldaíza Sposati, sendo aprovado pelo Pleno. Sobre a eleição do novo Coordenador
2065 Adjunto, falou sobre as alterações acontecidas, não tendo sido colocado nas memórias. Observou
2066 que gostaria que fosse enviado para todos os Conselheiros o documento da professora Aldaíza, o
2067 que já havia sido feito. “*Apreciação da minuta da ordem de serviço. Foi apreciada pela Comissão*
2068 *de Normas a minuta da ordem de serviço em anexo que regulamenta os procedimentos*
2069 *administrativos relacionados aos questionamentos recebidos. Os encaminhamentos: aprovar a*
2070 *minuta da ordem de serviço em anexo e enviar para a Secretaria-Executiva após a aprovação da*
2071 *minuta da ordem de serviço pela Plenária do CNAS e o relatório elaborado pela Secretaria-*
2072 *Executiva de perguntas pendentes que aguardam deliberação para apreciação da Presidência*
2073 *Ampliada”* O Conselheiro Volmir indagou se o item “*Que quando não for de competência do*
2074 *Conselho será redistribuído para...*” era dentro do próprio Ministério ou se era para outros órgãos.
2075 Após algumas colocações, a Presidenta indicou que seria enviada também uma comunicação
2076 solicitando os atos, informando o tratamento a ser dado à solicitação feita. Item 4, debate do
2077 planejamento das ações da Comissão de Normas com definição de prazo. “*A deliberação é enviar*
2078 *para todos os Conselheiro da Comissão o plano de ação com os prazos assinalados.*” A
2079 Conselheira Marisa destacou que gostariam de receber de outras Comissões, com a Presidenta
2080 sugerindo que fosse colocado como padrão. Item 5: apresentação e discussão sobre o tema
2081 mobilização e participação dos usuários na política de Assistência Social. Indicou que o
2082 encaminhamento era que o documento elaborado a partir do estudo, do esforço concentrado da
2083 Conselheira Leila e do Conselheiro Wagner fosse considerado nas próximas reuniões, discussões de
2084 normas sobre o tema e a realização de uma reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento
2085 de Conselhos e assistentes sociais para discutir a mesma temática. A Conselheira Aldenora
2086 concordou com o encaminhamento, encontrando muito importante o trabalho que a Comissão de
2087 Conselhos vinha realizando nesse sentido, sendo importante que, antes de socializar o trabalho que
2088 estava feito pelas duas comissões, que esses grupos se reunissem antes dessa reunião. A Conselheira
2089 Nilsia lembrou ter ficado acertado que a Comissão de Acompanhamento de Conselho se reuniria
2090 com a Comissão de Política, com a Presidenta esclarecendo que estavam acertando a ação e não a
2091 data. A Conselheira Aldenora informou que a Comissão de Conselho havia definido que o seu
2092 trabalho seria apresentado na reunião de dezembro. A Conselheira Leila lembrou que deveria ser
2093 enviado a todos o documento referente à consulta pública do processo eleitoral da Sociedade Civil.
2094 Observou a semelhança existente entre as pautas das Comissões, tendo combinado que afinariam os
2095 prazos de estudo equivalentes, para não haver um descompasso. O Conselheiro Wagner sugeriu que
2096 os coordenadores das Comissões de Normas e Conselhos pudessem organizar essa agenda de
2097 reunião, sendo importante que o documento colocado em slides pela Conselheira Leila fosse
2098 repassado para os Conselheiros. Em não havendo mais colocações, a Presidenta considerou
2099 aprovado o item. Definição de pauta para o mês de outubro. O Conselheiro José da Cruz indagou,
2100 na pauta de outubro, sobre a apresentação pela Vice-Presidente Leila e o Conselheiro Tiago de uma
2101 proposta do processo de fiscalização do procedimento de certificação de entidades beneficentes de
2102 Assistência Social desenvolvido no âmbito do Ministério, se seria apenas sobre certificação,
2103 considerando as demais funções que o CNA tinha. A Conselheira Leila esclareceu que estava na
2104 pauta da Comissão a apresentação do processo de certificação, considerando ter um inciso
2105 específico na LOAS sobre a fiscalização do processo de certificação, e que sempre era apresentado
2106 apenas um relatório sobre o número de certificações. O Conselheiro Wagner ratificou a fala da
2107 Conselheira Leila, discorrendo sobre o relatório que era apresentado trimestralmente sendo preciso

2108 discutir e entender esse tema. O Conselheiro José da Cruz concordou, observando que esse debate
2109 também deveria ser feito na questão da fiscalização e do financiamento. Que haviam feito uma
2110 agenda na Comissão de Política de que trimestralmente pautariam a gestão para discutir as questões
2111 pertinentes à Assistência Social, com a ação da Comissão não sendo apenas para a certificação, mas
2112 para o Sistema e suas várias ações. O Conselheiro Volmir ponderou que deveriam iniciar com um
2113 tema, para poder entender o todo, apoiando a proposta da Conselheira Leila. O Conselheiro Wagner
2114 concordou com as falas colocadas, falando sobre a necessidade de orientar os Conselhos estaduais e
2115 esses os Municipais, indicando as normas existentes sobre essa questão, e tendo que se ter um olhar
2116 integral sobre todas as ações. A Conselheira Marisa concordou que havia que dar universalidade a
2117 essa fiscalização, iniciando esse processo e pensando não ser uma questão de mérito, mas de forma,
2118 tendo já uma alteração nesse texto. Solicitou à Conselheira Leila que pudessem trazer uma inclusão
2119 de adequação de texto para aprovar ou não esse encaminhamento, considerando importante avançar
2120 nessa discussão como um todo para efetivamente adequar o que era da sua competência como
2121 Conselheiros do CNAS. A Presidenta observou que as competências do CNAS definidas nesse
2122 inciso, no III e no IV do artigo 18 da LOAS, era matéria da Resolução do CNAS, nº. 18, de 20 de
2123 junho de 2011, que regulamentava as competências do CNAS, com o que havia sido colocado
2124 estando correto. A Conselheira Leila sugeriu que ficasse *“Apresentação pela Conselheira Leila*
2125 *Pizzato e pelo Conselheiro Tiago Cabral de uma proposta de como efetivar a fiscalização do*
2126 *processo de certificação...*” igual ao que estava na LOAS, com a Presidenta procedendo à leitura do
2127 item da Resolução 18, que seria encaminhada para todos os conselheiros. E efetivamente aqui
2128 nessa Resolução 18, que eu vou solicitar que seja encaminhada a todos os Conselheiros. O
2129 Conselheiro José da Cruz concordou com o debate, mas não com a forma de encaminhamento,
2130 discorrendo sobre o papel da Comissão de Normas, mas devendo ser pautada a questão da
2131 fiscalização de todo processo e não apenas da certificação. Sugeriu que esse debate fosse iniciado
2132 na Reunião Descentralizada em um painel, existindo dúvidas sobre o fiscalizatório do Conselho.,
2133 com esse debate sendo importante não apenas para o processo de certificação, mas sim para o
2134 SUAS, por ser a função desse Conselho. A Conselheira Marisa concordou com o encaminhamento
2135 feito pelo Conselheiro José da Cruz, ampliando esse debate, com a Conselheira Leila trazendo
2136 elementos para que pudessem começar essa discussão dentro da sua Comissão. A Presidenta
2137 ponderou que não havia dissenso com relação ao papel do Conselho quanto a fiscalizar, discutindo-
2138 se uma questão absolutamente legítima, mas com a redação proposta podendo ter passado outra
2139 compreensão, já que essa era uma matéria deliberada pelo Conselho. Que poderia ampliar,
2140 colocando algumas pautas com relação a essa fiscalização, com a questão do financiamento e das
2141 entidades voltando para a Comissão para ser pensado outro formato para discutir ou ser aprovado
2142 pelo Pleno. O Conselheiro José Geraldo falou que o conselho tinha atribuições para fiscalizar e cujo
2143 formato teria que ser discutido, não especificamente da certificação, mas também quanto ao
2144 financiamento. O Conselheiro Volmir ponderou que existia a resolução, as competências estavam
2145 definidas e que não havia dúvidas sobre a atuação do CNAS em relação a sua competência, falando-
2146 se sobre a questão do processo, propondo que fosse feito um debate muito mais amplo e com mais
2147 tempo. A Presidenta colocou o encaminhamento do Conselheiro Volmir para que esse tema voltasse
2148 para a Presidência Ampliada, para que pudessem discutir uma metodologia de discussão, mas
2149 embasada e com mais tempo. O Conselheiro Wagner concordou que estava faltando metodologia
2150 para a fiscalização, concordando com os Conselheiros José da Cruz e José Geraldo de que a
2151 fiscalização fosse feita com mais efetividade. Concordava que após consensuado e criada a
2152 metodologia, se houvesse tempo, levar essa questão mais esclarecida para essa Descentralizada ou
2153 nos debates das próximas Conferências. A Conselheira Leila informou que o texto seria revisado,
2154 registrando que não estava no planejamento da Comissão de Normas iniciar esse debate nesse

2155 momento, mas encontrando pertinente a discussão sobre fiscalização, fazendo-se novo
2156 encaminhamento. O Conselheiro José Geraldo sugeriu que houvesse uma proposta de discussão do
2157 processo de acompanhamento e fiscalização da política de Assistência Social pelo CNAS e CEBAS.
2158 Indagou se o modelo de acompanhamento e fiscalização do financiamento existente atendia, não se
2159 criando algo separado do todo. A Presidenta indicou o encaminhamento à Presidência ampliada, ao
2160 que o Conselheiro José da Cruz observou que o Pleno já estava tomando uma decisão, não sendo
2161 preciso levar para a Presidência ampliada, devolvendo para a Comissão de Norma pensar na
2162 metodologia e como isso seria feito. A Presidenta colocou como encaminhamento “*Que a comissão*
2163 *de normas inicie uma discussão sobre a construção de metodologia, de como efetivar o processo de*
2164 *acompanhamento e fiscalização do SUAS, considerando as competências do Conselho Nacional de*
2165 *Assistência Social, nesse âmbito fazer a consideração de todas as necessidades de fiscalização e*
2166 *acompanhamento que esse CNAS tem, inclusive, certificação, financiamento, etc.*” O Conselheiro
2167 José da Cruz sugeriu “*acompanhamento e fiscalização da política pública de Assistência Social*
2168 *considerando as competências do Conselho*” agradecendo a todos pelo debate, construindo-se
2169 juntos propostas ousadas e que contribuíam com a metodologia de trabalho do CNAS. A Presidenta
2170 considerou aprovado o item pelo Pleno. Falou sobre a importância do debate para esclarecimento
2171 dos temas colocados, agradecendo a todos os Conselheiros pelas intervenções. Item 6, aprovação da
2172 apresentação da Conselheira Leila sobre o estudo da Professora Aldaíza e apreciação do histórico
2173 sobre o processo de discussão do CNAS e da elaboração e apreciação da minuta de Resolução que
2174 regulamentava os procedimentos aplicáveis aos recursos das decisões do CNAS. A Conselheira
2175 Leila informou que na próxima reunião apresentaria o relato do estudo preliminar do artigo 11 da
2176 Resolução 16, a lei da LOAS, a lei 12.101 e da pesquisa documental de entidades mistas
2177 CONCEBAS, realizado em 2008 pela professora Aldaíza Sposati. A Presidenta indagou se havia
2178 alguma observação, considerando aprovado o item. Item apreciação do histórico sobre o processo
2179 de discussão no CNAS, elaboração e apreciação de minuta de resolução que regulamenta os
2180 procedimentos aplicáveis aos recursos das decisões do Conselho de Assistência Social do Distrito
2181 Federal, apresentar para este Conselho Nacional quanto à inscrição de entidade e organizações bem
2182 como dos serviços, programas, projetos e benefícios, que subsidiará o debate sobre o assunto na
2183 Comissão. Em não havendo nenhuma observação, considerou aprovada a pauta da reunião da
2184 Comissão de Normas. Item, definição do tema e convidados para oficina temática de outubro,
2185 considerando aprovado o item, tendo em vista nova agenda da reunião. A Conselheira Margareth
2186 justificou sua saída, com a Conselheira Maria Aparecida permanecendo na reunião. A Presidenta
2187 falou que as passagens poderiam ser solicitadas para o dia seguinte, com o Conselheiro José da
2188 Cruz passando à leitura do **Item Relato da Comissão de Política:** “*Comissão de Política da*
2189 *Assistência Social, a reunião foi realizada no dia 11 de setembro de 2012, de 9h00 às 12h00, na*
2190 *Espanada dos Ministérios, anexo do bloco F, ala A, Conselho Nacional de Assistência social, sala*
2191 *102. Conselheiros presentes: José Crus, coordenador, Anderson Lopes Miranda, Edivaldo da Silva*
2192 *Ramos, Jari Pereira Cremente, Márcia de Carvalho Rocha, Maria Aparecida do Amaral Godoy de*
2193 *Faria, Nilsia Lurdes dos Santos. Ausências justificadas: (ininteligível) Sônia Piazesi, coordenadora*
2194 *adjunta, Léa Lúcia Cecílio Braga, Maria do Fernandes Socorro. Ouvintes: Ana Lúcia Soares,*
2195 *Débora Arquema, Luziania Maranhão, Maria Cristina Lobo. Secretaria Executiva presente a*
2196 *reunião, Maria Auxiliadora Pereira, Carolina Ribeiro, Ana Teresa Gomes, Maria Antonia Pereira*
2197 *Valente, Rosiele Bonfim. O primeiro ponto de pauta foi a socialização e validação dos responsáveis*
2198 *e prazos do plano de ação da comissão de política. A comissão de política partiu da avaliação da*
2199 *agenda mensal de operacionalização do seu plano de ação para os anos de 2012, 13 e 14, e*
2200 *considerando a demanda trazida pela comissão de acompanhamento de benefícios e transferência*
2201 *de renda, da necessidade, realização de uma reunião conjunta dessas comissões no mês de*

2202 dezembro para definição de atribuições específicas que cabem a cada uma delas em relação aos
2203 benefícios e transferências de renda no ano do SUAS em os seguintes encaminhamentos: 1.1) Plano
2204 de ação de 2012. Remanejamento de operacionalizações 2012, considerando as prioridades
2205 elencadas conforme o calendário abaixo. No mês de setembro solicitar ao Ministério do
2206 Desenvolvimento e Combate a Fome que priorize ainda em setembro a discussão do estado da arte,
2207 da metodologia de definição, dos trabalhadores de nível médio, fundamental e médio do sistema
2208 único de assistência social, com a participação do representante dos trabalhadores do CNAS.
2209 Outubro, apresentação da política nacional de educação permanente do sistema única da
2210 assistência social, definição da metodologia de monitoramento, as deliberações da 8º conferência
2211 nacional de assistência social, a proposta dessa metodologia será apresentada pelos Conselheiros
2212 Anderson Lopes Miranda e Margarida Munguba Cardoso. A discussão da CBO do nível médio,
2213 convidando a Secretaria Nacional de Assistência social, a definição de metodologia da discussão
2214 de NOB-SUAS. Esta proposta de metodologia será feita e apresentada pelos Conselheiros José
2215 Crus e Edivaldo Ramos. Em novembro reunião ampliada do CNAS, foi feito, foi realizado um
2216 levantamento de temas constantes do plano de ação da comissão de política que subsidiará o CNAS
2217 na organização da programação, painel e oficinas em reuniões com os Conselhos, reuniões
2218 descentralizados e ampliados, conferência, entre outros eventos conforme deliberado por este
2219 Conselho. Dezembro, na parte da manhã no dia 10/12, de 14h00 às 18h00, a reunião conjunta da
2220 comissão de política e a comissão de acompanhamento e benefício de transferência de renda. Uma
2221 apresentação dos avanços e desafios em relação aos benefícios e transferências de renda, tendo
2222 como convidados na comissão, na reunião conjunta, a Secretaria Nacional de Assistência social, e
2223 a Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania, e os encaminhamentos conjuntos. No dia 11/12,
2224 terça-feira, de 9h às 13h, reunião da comissão de política com a pauta da NOB-SUAS. Os
2225 encaminhamentos, realização pela Secretaria Executiva e pelo coordenador da comissão de um
2226 balanço das operacionalizações previstas no plano de ação para 2013 e 14 e proposição de uma
2227 sistemática a de agendamento trimestral da participação da Secretaria Nacional de Assistência
2228 social, para apresentação de temas afetos a essa comissão. Propor ao pleno como pauta para
2229 plenária de fevereiro a apresentação do cenário do SUAS, os avanços e desafios. Queria contribuir
2230 já com a redação, que é considerando aqui as demandas constantes nos planos das comissões
2231 temáticas do Conselho. Então com a leitura que a gente fez de todos os planos, a gente percebeu a
2232 necessidade de iniciarmos 2013 com esta agenda. Da gente pautar no Conselho pleno deste CNAS,
2233 um cenário do Sistema Único da Assistência social, da sua implantação com seus avanços e
2234 desafios. Então a gente também propõe nesse encaminhamento esta agenda para fevereiro de 2013.
2235 O item dois, o relato dos trabalhos do GT da política nacional de educação permanente do SUAS.
2236 A Conselheira Jânia Clemente apresentou um breve relato dos trabalhos de sistematização do terço
2237 da política nacional de educação permanente do SUAS a partir das contribuições oriundas da
2238 oficina realizada pelo Conselho nacional de assistência social em 25 de março de 2012. Em
2239 complementação as informações repassadas na reunião da comissão em agosto. Esse GT conta
2240 com a participação dos Conselheiros Jânia Clemente e José da Cruz, e com a colaboração e com a
2241 experiência dos seguintes convidados: Esther Lemos, Joaquina Barata, Juscelino Neres Silveira e
2242 Stela Ferreira. Até o momento foram realizadas quatro reuniões, 2 e 16 de julho essas reuniões já
2243 foram relatadas neste pleno no mês de agosto. Em 31 de julho quando o GT discutiu os itens
2244 históricos das capacitações anteriores, trabalho e educação no SUAS, formação e capacitação no
2245 SUAS, principio, diretrizes, objetivo, e iniciada o debate sobre os percursos formativos. Em 23 de
2246 agosto o GT retomou a discussão da linha do tempo nas conferências nacionais de assistência
2247 social que resgata a historicidade das reivindicações, das capacitações permanentes no âmbito da
2248 assistência social. A professora Joaquina Barata da Universidade Federal do Pará fez uma

2249 *apresentação sobre os dois itens da política Princípio da Interdisciplinaridade e objetivos da*
2250 *política. Em seguida o GT trabalhou a redação do objetivo geral e específicos, trabalho e*
2251 *educação no SUAS, diretrizes, público e modalidade política. A próxima reunião do GT é dia dois*
2252 *de outubro para finalizar a redação da política. Por fim foi ressaltada a importância da*
2253 *participação das professoras convidadas e eficiência dos trabalhos realizados pelo GT até o*
2254 *momento, visando contribuir com a institucionalização da educação permanente no Sistema Único*
2255 *da Assistência social. Os encaminhamentos solicitaram o pleno do CNAS a prorrogação do prazo*
2256 *do GT por um mês para a finalização do trabalho de sistematização do texto final da política*
2257 *nacional de educação permanente, considerando que o prazo de 90 dias previsto na resolução*
2258 *número nove que termina em setembro. Outro encaminhamento após a conclusão do trabalho do*
2259 *GT, encaminhar com antecedência aos Conselheiros do CNAS o texto final da política que será*
2260 *discutida no âmbito da comissão de política em outubro para posterior a apreciação, contribuição*
2261 *e aprovação do pleno. Item 3) Apresentação dos critérios estabelecidos para a instituição da rede*
2262 *nacional de educação permanente do SUAS. A comissão contou com a participação de Ana Maria*
2263 *de Oliveira, coordenadora geral de formação da SAD, Secretaria de Avaliação e Gestão da*
2264 *Informação, que apresentou o processo de instituição da rede nacional de educação permanente do*
2265 *SUAS, que envolveu as seguintes ações: Definição de critério de credenciamento, foi realizado de*
2266 *fevereiro a abril de 2012; (ininteligível) dos estados e instituições de Ensino Superior, realizado de*
2267 *abril a maio de 2012 e publicado no Diário Oficial da União, a instituição do comitê técnico por*
2268 *meio da portaria 145; Elaboração de avisos e chamadas públicas e lançamento do MDS e*
2269 *publicação no Diário Oficial da União, da instituição do comitê, está repetido aqui, da instituição*
2270 *do comitê técnico da portaria, foi maio e junho de 2012; Análise dos termos de adesão, julho a*
2271 *agosto e divulgação do resultado no dia 25 de agosto de 2012. Essas ações demandaram oficinas*
2272 *internas da SAD e da CNAS, reuniões técnicas com INEP, MEC, instrumentalização de processo*
2273 *com nota técnica e consulta e validação da consultoria jurídica do Ministério do Desenvolvimento*
2274 *Social. O MDS convidou as instituições públicas e privadas a participarem do processo de*
2275 *credenciamento para compor a rede nacional de capacitação e educação permanente do SUAS por*
2276 *meio do aviso número um de 2012 de 13 de junho de 2012. Os requisitos do credenciamento então*
2277 *estabelecidos nesse aviso foram: Ser credenciadas pelo MEC há pelo menos quatro anos; Ofertar*
2278 *no mínimo três cursos reconhecidos pelo MEC e classificados nas áreas do conhecimento*
2279 *estabelecidas pela coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, RACAPS com as*
2280 *seguintes três grandes áreas: Ciências Exatas e (Ininteligível) com os cursos Probabilidade de*
2281 *Estatística e Ciência da Computação; As Ciências sociais aplicadas com os cursos: Direito,*
2282 *administração, ciências contábeis, economia, planejamento urbano e regional, demografia, ciência*
2283 *da informação, comunicação e serviço social; Na área das Ciências Humanas: Sociologia,*
2284 *Antropologia, História, Psicologia, Geografia, Educação e Ciência Política. Outro item é colocar*
2285 *também no aviso número um, foi declarar no termo de adesão o atendimento aos critérios*
2286 *estabelecidos no sistema nacional de avaliação da educação superior por sinais que são eles: O*
2287 *índice geral de cursos, EGC, três, quatro ou cinco e o Conselho preliminar de cursos, o CPC, três,*
2288 *quatro ou cinco para os cursos. Ofertar atividades de extensão universitária em políticas públicas*
2289 *e/ou sociais, tais como cursos, seminários, estudos e pesquisas e outros inconvenientes de*
2290 *metodologias e abordagens para enfrentamento dos efeitos multidimensionais da pobreza e da*
2291 *exclusão social. O aviso número dois publicado no Diário Oficial da União no dia 11 de julho de*
2292 *2012, ele alterou os critérios de credenciamento previsto no aviso número um, referente ao EGC*
2293 *que passou a ser dois, três, quatro ou cinco e alterou a modalidade de envio dos termos de adesão*
2294 *que no aviso número um as instituições deviam enviar ao seu termo de adesão impresso e assinado,*
2295 *mas só que nós conseguimos modernizar e implantar um sistema online para o envio desses termos*

2296 de adesão. A portaria 145 já mencionada, de 10 de julho de 2002, ela institui o comitê técnico de
2297 credenciamento das instituições de ensino superior, a rede nacional de capacitação da educação
2298 permanente do SUAS, com (ininteligível) ao comitê avaliar os termos de adesão de acordo com os
2299 avisos um e dois publicados no Diário Oficial da União. Esse comitê técnico tem uma composição
2300 de 18 membros, representante da Secretaria Nacional de Assistência social, da Secretaria de
2301 Avaliação e Gestão da Informação, do Conselho Nacional de Assistência social, do fórum nacional
2302 de secretários estaduais de assistência social, FONSEIAS, e do colegiado nacional de gestores
2303 municipais da assistência social, CONGEMAS. Os prazos que esse comitê teve, então. 15/8,
2304 divulgação da lista das instituições deferidas e indeferidas depois da primeira análise, o prazo de
2305 20/8, prazo final para que as instituições de ensino superior entrassem com recursos. 23 e 24,
2306 análise desses recursos, e dia 25/08 a divulgação dos resultados do credenciamento no site do
2307 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, o endereço www.mds.gov.br/site. Nós
2308 recebemos um total de 170 temas de adesão, na leitura que fizemos observamos repetição das
2309 instituições no sistema, portanto foi um total de propostas analisadas entre sete e oito de agosto, de
2310 130 termos de adesão, sendo que 83 delas foram deferidas, 22 termos foram indeferidas, 25 termos
2311 entraram em diligência, e nós tivemos no final todos os recursos de emergência, 101 instituições de
2312 ensino superior deferidas e 29 instituições de ensino superior indeferidas. A relação de instituição
2313 de ensino superior por estado, região, encontra-se em anexo, os senhores têm a lista, então de
2314 todas instituições de ensino superior que foram credenciadas a rede nacional de assistência, a rede
2315 nacional de capacitação e educação permanente do SUAS para destacar o sistema online na
2316 página do MDS, possibilita que a qualquer momento as instituições de ensino superior podem
2317 manifestar interesse em compor a rede, o sistema está aberto. As deliberações das conferências
2318 nacionais de assistência social já traziam reivindicações para instituição de uma rede de educação
2319 permanente do Sistema Único de Assistência social, portanto a instituição dessa rede contribuirá
2320 para a execução das capacitações, pesquisa, extensão e assistência social, e para o fortalecimento
2321 e consolidação do Sistema Único de Assistência social. O item cinco, informe sobre as respostas as
2322 moções da 8º conferência, o CNAS encaminhou as moções da 8º Conferência Nacional de
2323 Assistência social dos seus respectivos destinatários. As respostas às mesmas serão pautadas na
2324 comissão para conhecimento e em dezembro o CNAS publicará no site o consolidado desse
2325 monitoramento. Nessa reunião foram apresentadas respostas recebidas em relação a moção de
2326 repúdio número quatro e as moções de apoios números 24,25,26,29 e 31. O item seis, definição da
2327 pauta do mês de outubro. Discussão da política nacional de educação permanente do SUAS que
2328 serão apresentados pelos Conselheiro integrantes deste GT, apresentação da proposta de
2329 metodologia de monitoramento das deliberações da 8º Conferência Nacional de Assistência Social,
2330 que será feito pelos Conselheiro Anderson Lopes Miranda e a Conselheira Margarida Munguba
2331 Cardoso, e a discussão da CBO do nível médio. A Secretaria Nacional de Assistência social vai
2332 apresentar o estudo que foi feito, o levantamento que foi feito na classificação brasileira de
2333 ocupações. E também apresentação da proposta de metodologia da discussão da NOB-SUAS no
2334 âmbito do Conselho nacional que será realizada pelos Conselheiros José Cruz e Edivaldo Ramos.
2335 O item sete, definição do tema e convidados para oficina temática de outubro que a gente já
2336 corrigiu, que a gente vai pautar na oficina temática a norma operacional básico do Sistema Único
2337 de Assistência Social na sua nova versão. José da Cruz, coordenador da Comissão de Política da
2338 Assistência Social.” A Presidenta indicou o item 1, plano de ação. Prazos, validação de
2339 responsáveis e a socialização. A solicitação ao MDS da priorização da metodologia de definição
2340 dos trabalhadores de nível médio, fundamental e médio do SUAS, em outubro a apresentação da
2341 política nacional de educação permanente, definição da metodologia de monitoramento das
2342 deliberações, discussões da CBO nível médio, definição da metodologia de discussão da NOB-

2343 SUAS. Novembro, reunião ampliada do CNAS, dezembro, reunião conjunta com a Comissão de
2344 Acompanhamento de Conselhos e de Benefícios, dezembro, NOB-SUAS. A Conselheira Leila
2345 indagou como estava o andamento da tipificação conforme os encaminhamentos da Resolução 35,
2346 que não constava do relato e que estava pendente desde junho. O , Conselheiro José da Cruz
2347 concordou que o assunto deveria constar na memória, mas esclareceu ter os ofícios a serem
2348 encaminhados prontos para assinatura da Presidenta, solicitando as propostas de alteração ao MDS.
2349 A Presidenta considerou aprovado o item 1. Relato dos trabalhos da GT da política nacional de
2350 educação permanente, indicou a prorrogação do prazo do GT e o encaminhamento com
2351 antecedência aos Conselheiro do texto final da política, que seria discutida no âmbito da Comissão
2352 de Política em outubro, para aprovação do Pleno. Em não havendo nenhuma consideração,
2353 considerou aprovada pelo Pleno a prorrogação do GT, com agradecimentos do Conselheiro José da
2354 Cruz. Item 2, apresentação dos critérios estabelecidos para instituição da rede nacional de educação
2355 permanente do SUAS. A Presidenta cumprimentou o Conselheiro José da Cruz pelo trabalho
2356 realizado com relação ao SUAS, citando as ações realizadas. A Conselheira Leila observou que os
2357 números dos itens estavam fora de ordem, com o 3 sendo apresentação dos critérios , o 4, informes,
2358 e o 5, definição de pauta. A Presidenta registrou a importância de socializar essa questão com tantos
2359 detalhes, observando-se que essa rede nacional de capacitação de educação permanente do SUAS
2360 estava sendo construída sobre bases sólidas. O Conselheiro José da Cruz registrou seu
2361 agradecimento ao Conselho, FONSEAS, CONGEMAS, discorrendo sobre o importante
2362 relacionamento entre o Departamento de direção do Sistema Único Social e da SAGI. Que havia
2363 sido uma ação muito importante para o SUAS, relatando as ações que seriam realizadas na
2364 educação permanente do Sistema quanto às capacitações e que no próximo mês seria aprovado o
2365 texto da política nacional de educação permanente do SUAS. Indicou o encaminhamento feito pela
2366 Secretaria-Executiva de incluir como encaminhamento um envio do informe da rede para todos os
2367 Conselhos, que seria publicado no DOU e que sairia o boletim do SUAS em informe especial, e um
2368 boletim especial do MDS para ampla divulgação. O. Conselheiro Wagner indicou se os requisitos
2369 de credenciamento do curso de pedagogia não entravam, com o Conselheiro José da Cruz
2370 esclarecendo que estava no item das ciências humanas, com a pedagogia estando dentro da
2371 educação. A Presidenta parabenizou pelo trabalho, solicitando que informasse a diretora Simone
2372 Albuquerque desse reconhecimento. Indicou os itens 5,6 e 7, não havendo nenhuma colocação. A
2373 Presidenta considerou aprovado pelo Pleno a memória da reunião da Comissão de Política de
2374 Assistência Social. A Presidenta cumprimentou os coordenadores técnicos das Comissões pelos
2375 trabalhos apresentados, propiciando conhecimento a todos os Conselheiros. A Conselheira Leila
2376 destacou o importante trabalho realizado, considerando a qualidade dos relatos e dos debates,
2377 contribuindo para o fortalecimento do SUAS. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a
2378 Presidenta agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os
2379 debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a
2380 fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de de de dois mil e doze.
2381